

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



**AS ESTRATÉGIAS MOBILIZADAS PELOS MIGRANTES CABO-
VERDIANOS EM PORTUGAL NO ATUAL CONTEXTO DA CRISE**

António Carlos Tavares Lopes

MESTRADO EM POPULAÇÃO, SOCIEDADE E TERRITÓRIO

2013

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



**AS ESTRATÉGIAS MOBILIZADAS PELOS MIGRANTES CABO-
VERDIANOS EM PORTUGAL NO ATUAL CONTEXTO DA CRISE**

António Carlos Tavares Lopes

**Dissertação orientada pelo Doutor Jorge Malheiros e coorientação da
Professora Doutora Sónia Pereira**

MESTRADO EM POPULAÇÃO, SOCIEDADE E TERRITÓRIO

2013

Esta dissertação está escrita de acordo com a nova ortografia

À Memória dos meus Pais e Familiares

RESUMO

A opção por este tema *As Estratégias Mobilizadas pelos Migrantes Cabo-verdianos em Portugal, no atual contexto da Crise* era quase incontornável no atual contexto da crise económica e financeira que o mundo inteiro vive. Apesar do crescente debate académico em torno desta temática, pouco está ainda explorado no que se refere aos seus impactos. Neste quadro crescente de dificuldades, há mudanças em todos os níveis da sociedade com agravamento de qualidade de vida. Assim, essa diversidade de impactos promove situações de pobreza, exclusão social, de desemprego, que atingem tanto os nacionais como os imigrantes residentes em Portugal.

A investigação apresentada procura analisar o impacto da crise no seio da comunidade cabo-verdiana em Portugal, bem como conhecer as diferentes estratégias adotadas pelos imigrantes para fazer face à crise. Inicialmente, foi feito um enquadramento da imigração e mercado de trabalho em Portugal, destacando-se a evolução dos fluxos migratórios, e as condições da inserção laboral dos imigrantes, seguindo-se uma análise mais específica sobre a natureza da crise, o desemprego e outros impactos sócio laborais, bem como também as diferentes estratégias mobilizadas neste contexto. Foram ainda abordadas questões ligadas à história da emigração Cabo-Verdiana e às circunstâncias da migração cabo-verdiana em Portugal, com especial enfoque nos seus fatores, retratos e a sua distribuição na AML.

Apurou-se que as estratégias mobilizadas foram distintas de acordo com os que ficaram em Portugal e dos que saíram para outros países da União Europeia. O enquadramento geral do tema fundamenta-se em dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, PORDATA, bem como pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde e Banco de Cabo Verde. A análise empírica dos resultados tem por base a aplicação de entrevistas aos migrantes residentes e reemigrados e às associações dos cabo-verdianos na AML.

Palavras-chave: Comunidade cabo-verdiana; Crise; Estratégias; imigração e mercado de trabalho.

ABSTRACT

The choice of the theme “*The Strategies Mobilized by Cape Verdian Migrants in Portugal, in the crisis context*” was unavoidable in the context of the economic and financial crises that the world currently witnesses. Despite the growing academic debate around this subject, its impacts are still underexplored. There are changes occurring in all levels of the society and a diminishing quality of life. In this sense, the diversity of impacts foments poverty, social exclusion and unemployment that affect both national citizens and immigrants that reside in Portugal.

The research undertaken intends to analyse the crisis impact on the CapeVerdian community in Portugal and to understand the different coping strategies adopted by immigrants to face the crisis. We begin by contextualizing the immigration and the labour market in Portugal, highlighting the evolution of migratory fluxes, the nature of the crisis, the unemployment and other impacts, as well as the different coping strategies.

We have concluded that these strategies are distinct between migrants that chose to stay in Portugal and the ones that have departed to other EU countries. Our analysis is based on data made available by the Instituto Nacional de Estatística, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, PORDATA, as well as the Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde and the Bank of Cape Verde. The empiric analysis is based on interviews to the resident migrants and remigrants and the CapeVerdian associations in Lisbon.

Keywords: CapeVerdian Community; Crisis; Strategies: Immigration and Labour Market.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Doutor Jorge Malheiros, o meu orientador pelos conhecimentos, pela orientação, paciência, atenção, sugestão, pelas correções e caminho adequado que me indicou para que o trabalho chegasse a um bom fim.

À Professora Doutora Sónia Pereira, minha coorientadora por ter aceitado este desafio e pelo apoio e estímulo que sempre manifestou ao longo dos meses de elaboração desta dissertação.

Ao Instituto de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), pela Bolsa que me concedeu para a realização do meu Mestrado, sem a qual não seria possível a concretização deste projeto.

Aos meus Colegas do Curso de Mestrado População Sociedade e Território, em especial ao Nuno Machado pela amizade e companheirismo.

A todos os professores do curso de Mestrado de IGOT pelos contributos científicos e pelas oportunidades de reflexão e discussão.

Ainda, não podia deixar de agradecer a todas as pessoas que se disponibilizaram para colaborar comigo nas entrevistas, pela cordialidade com que me receberam em suas casas, sedes das associações e telefonemas, para o encontro nos cafés ou nos centros comerciais no caso dos reemigrados, e pelas valiosas informações que serviram de base para este trabalho.

À Deus por ter-me dado força, vontade e saúde para enfrentar a vida e a este desafio até ao fim.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

ÍNDICE

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
Introdução	1
Justificação do tema.....	2
Questão de Partida.....	3
Objetivos e Hipóteses da Investigação.....	4
Metodologia.....	5
CAPÍTULO I	8
1. 1. Notas sobre a evolução dos fluxos migratórios	9
1.2. Imigração e mercado de trabalho: abordagens teóricas e a sua pertinência para a análise do caso Português.....	18
1.3. A Natureza da crise económica em Portugal.....	21
1.4. O Desemprego e outros impactos sócio laborais.....	25
1.5. As estratégias de superação da crise.....	28

CAPÍTULO II.....	33
2.1. A emigração cabo-verdiana: alguns fatores explicativos.....	34
2.2. Breve retrato da evolução da imigração cabo-verdiana em Portugal.....	38
2.3. Os Imigrantes Cabo-verdianos na Área Metropolitana de Lisboa.....	44
CAPÍTULO III.....	48
3.1. Metodologia.....	49
3.1.1. Amostra - caracterização sociográfica básica dos entrevistados.....	54
3.2. Modelo de análise: esquematização da problemática.....	55
CAPÍTULO IV.....	59
4. Estratégias Mobilizadas pelos Migrantes Cabo-Verdianos em Portugal no Contexto da Crise	60
4.1. Percurso migratório de Cabo Verde até chegar à Portugal.....	60
4.2. Impacto da crise.....	72
4.3. Estratégias adotadas pelos Entrevistados.....	76
4.4. Síntese comparativa entre os residentes e reemigrados	88
5. Considerações Finais.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

ANEXO.....	104
Guião de entrevista aos residentes.....	105
Guião de entrevista aos reemigrados.....	106
Guião de entrevista das associações.....	108
Matriz síntese comparativa de entrevistas de residentes.....	110
Matriz síntese comparativa de entrevistas de reemigrados.....	113
Matriz síntese comparativa de entrevistas das associações.....	116

ÍNDICE DE FIGURA

Figura 1: População estrangeira residente em Portugal, por NUTS II, 2011.....	14
Figura 2: Principais nacionalidades da população estrangeira residente em Portugal, 2001 e 2011.....	15
Figura 3: Produto interno bruto e a procura interna.....	23
Figura 4: Taxa de desemprego (%) de 2003 a 2012 na população nacional e estrangeira.....	25
Figura 5: Fluxos de entrada e saída de remessas- Cabo Verde	36
Figura 6: Evolução da população residente Cabo-verdiana em Portugal por género, 1991 a 2011 (Nº.).....	41
Figura 7: Distribuição espacial da população residente cabo-verdiana na AML.....	45
Figura 8: Modelo de análise: esquematização da problemática.....	58

ÍNDICE DE QUADRO

Quadro 1: Síntese das ocupações dos imigrantes entrevistados.....	86
Quadro2: Quadro migratório e situação de Residentes na AML e de reemigrados.....	94
Quadro 3: Matriz síntese comparativa de entrevistas de residentes.....	110
Quadro 4: Matriz síntese comparativa de entrevistas dos reemigrados.....	113
Quadro 5: Matriz síntese comparativa de entrevistas das associações.....	116

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AM – Área Metropolitana

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AMP – Área Metropolitana de Porto

BCV – Banco de Cabo Verde

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

INECV – Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIM - Organização Internacional para as Migrações

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

UE – União Europeia

PIB – Produto Interno Bruto

Introdução

A presente dissertação, intitulada *As Estratégias Mobilizadas pelos Migrantes Cabo-verdianos em Portugal no atual contexto da Crise*, foi realizada no âmbito do Mestrado em População, Sociedade e Território, sendo o corolário do processo de aprendizagem que lhe está associado. O trabalho que se apresenta tem como finalidade analisar o impacto da crise económica em Portugal e conhecer as estratégias mobilizadas pelos migrantes cabo-verdianos para enfrentar a presente crise.

A crise económica que atingiu Portugal e o mundo em 2008 conduziu à quebra da atividade económica em toda economia mundial e teve impacto significativo nos mercados de trabalho, com aumento generalizado do desemprego. Em termos concretos, Portugal, após um período de grande prosperidade económica e migratória nos anos 80 e 90 do passado século XX, conheceu, praticamente desde o início do novo milénio, um recuo no ritmo de crescimento da economia com o impacto muito negativo no mercado de trabalho e aumento exponencial do desemprego. Com efeito, em Portugal, o crescimento do PIB passou de -0,01% em 2008, para -3,17% em 2012 e a taxa média de desemprego subiu de 7,6% para 15,7% (PORDATA, 2013). Segmentando este último valor entre nacionais e estrangeiros, verifica-se que o incremento, no período de referência considerado acima, foi 7,6% para 16,6%, no primeiro caso, e de 10,8% para 26,5%, no segundo (PORDATA, 2013). Como o desemprego tem afetado com particular intensidade ramos de atividade (e.g. construção civil, comércio, restauração) com uma concentração importante de emprego de estrangeiros, percebe-se que o impacto sobre o desemprego destes tenha sido particularmente acentuado. Face a isto, a relação entre os imigrantes e o mercado de trabalho tornou-se ainda mais frágil, contribuindo para o agravamento de nível de vida da população em geral e, em particular, para o processo de vulnerabilização e empobrecimento dos imigrantes.

Num quadro crescente de dificuldades a vários níveis, a crise atual conduziu Portugal ao mais forte retrocesso da segunda metade do século XX. Refira-se que, para além da importante dimensão interna da crise, o facto de toda a economia mundial estar a ser afetada, em particular a dos países ocidentais, tem efeitos negativos crescentes sobre o mercado de trabalho português.

Em suma, os impactos da crise económica da atualidade são sentidos, de modo transversal, na sociedade Portuguesa, e, de uma forma mais direta, pelos imigrantes. Peixoto e Iorio (2010) salientam que, em Portugal, como na maioria dos países do Norte, a crise afeta mais as comunidades imigrantes do que as populações nativas. Paralelamente a isto, as mulheres aparecem como uma espécie de “salva-famílias”, como a compensação da perda de trabalho de mão-de-obra masculina do agregado familiar, envolvida, por exemplo, na construção civil e nas obras públicas. Perante esta situação de crise económica grave, torna-se necessária a mobilização de diferentes estratégias no sentido de colmatar a difícil situação do mercado de trabalho.

Justificação do tema

As razões que justificam a escolha deste tema prendem-se primeiramente com o gosto pessoal pela questão das migrações, porque sempre tive a curiosidade em perceber a vida dos imigrantes em Portugal. Apesar da imigração cabo-verdiana ser das mais antigas em Portugal, não existem muitos estudos efetuados sobre este tema, daí que este projeto poderá trazer à superfície algo antes não aflorado em trabalhos de investigação científica sobre uma temática que envolve os cabo-verdianos, em particular, e os cidadãos dos PALOP, em geral. Nesta perspetiva, o estudo foca a atenção sobre a situação e atuação dos imigrantes crioulos no contexto da presente crise económica. Assim, no presente contexto da globalização e da crise económica, a opção por este tema de investigação era quase incontornável e muito importante para a comunidade cabo-verdiana residente em Portugal. Em termos concretos, pretende-se compreender a dimensão da crise económica e das estratégias mobilizadas para a mitigar e superar no seio das comunidades imigrantes e, em particular, dos cabo-verdianos, produzindo um estudo que, desejamos, irá chamar a atenção dos governantes para a problemática da situação desta comunidade em Portugal. Para além das razões anteriormente aludidas, também fui motivado pela constatação da carência, pobreza e risco social crescente em que se encontram muitos membros da comunidade cabo-verdiana, pelo que a vivência com os imigrantes despertou o meu interesse para tentar perceber as diferentes estratégias que estão a ser mobilizadas para enfrentar o período difícil que estes estão a viver. Por último, e em termos mais latos, esta análise acaba por estar associada à

tradição da história migratória que une Portugal e Cabo Verde, processo que muito me fascina e interessa, tanto em termos pessoais, como académicos.

Regressando à questão das migrações no contexto da crise, este é, sem dúvida, um assunto que carece de um estudo aprofundado, visto que a crise é recente e atual e não há trabalhos publicados sobre o assunto em questão. Assim, será importante a realização deste estudo, dado que, por um lado irá colmatar a falta de documentos escritos sobre a temática, chamando potencialmente a atenção dos governantes dos dois países no sentido de compreender e ajudar os imigrantes a lidar com as situações difíceis da comunidade crioula em Portugal e, por outro lado, dará a conhecer os fatores que estão na base dos comportamentos de risco de pobreza dos imigrantes, no sentido de propor um conjunto de estratégias para fazer face à crise e melhorar a sua integração na sociedade Portuguesa.

Ora, a emigração cabo-verdiana para Portugal é uma migração de natureza essencialmente laboral, com baixos níveis de qualificação escolar e profissional, organizada a partir de redes de conhecimento interpessoal e apoio familiar com fortes laços de conhecimento mútuo e que, desde muito cedo, se centralizou na AML. Foi escolhida esta área para o estudo porque aí os imigrantes encontram oportunidades de emprego e um melhor nível de vida e bem-estar social, sendo, portanto, uma área de grande concentração populacional, na qual reside grande parte da comunidade cabo-verdiana. Esta tende, aliás, a fixar-se, fundamentalmente, nesta região onde existe a facilidade de encontrar trabalho na construção civil e nos serviços mais desqualificados, como por exemplo, na restauração, hotelaria, comércio a grosso e a retalho e nos serviços auxiliares e de limpezas.

Questão de Partida

O estudo apresentado procura assim responder à seguinte questão de partida: “Quais as estratégias que estão sendo mobilizadas pelos imigrantes Cabo-Verdianos para fazerem face à atual situação de crise?” Decorrente desta pergunta e, de algum modo, precedendo-a, formulámos a seguinte questão complementar:

- Como é que os imigrantes cabo-verdianos têm sido afetados pela presente crise económica?

Objetivos e Hipóteses da Investigação

Geralmente, todos os trabalhos de investigação exigem definição com clareza dos objetivos que pretendem atingir, tendo por base os diversos conceitos-chave associados ao tema e à sua relação (Quivy e Campenhoudt, 2005). Neste estudo, tratando-se das estratégias mobilizadas pelos imigrantes no contexto da crise, os objetivos gerais são os seguintes:

- Analisar o impacto da crise no seio da comunidade cabo-verdiana;
- Conhecer as estratégias que os emigrantes cabo-verdianos estão a adotar para fazer face à crise.

Estes objetivos ajudam a delinear os grandes capítulos nos quais se fundamenta a investigação, assumindo-se uma forte articulação entre eles. Conhecer o mercado de trabalho em Portugal é fundamental para se compreender as estratégias adotadas pelo migrante para sobreviver em Portugal. A imigração cabo-verdiana em Portugal é essencialmente laboral, com uma proporção muito significativa de trabalhadores envolvidos em tarefas de baixa qualificação, pelo que a sobrevivência depende dos salários e é desenhada pelos imigrantes. Efetivamente, conhecendo o impacto da crise sobre o emprego dos imigrantes, torna-se mais fácil perceber as diferentes estratégias utilizadas para lhe fazer face.

A partir de cada objetivo geral delineiam-se os objetivos específicos que ajudam a um melhor entendimento daquilo que se pretende saber e explicar nos diferentes capítulos do trabalho. Assim sendo, apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o mercado de trabalho em Portugal;
- Caracterizar as migrações cabo-verdianas para Portugal;
- Avaliar o impacto da crise em Portugal sobre as comunidades imigrantes;
- Avaliar o que é que se tornou mais difícil para os cabo-verdianos nos últimos três anos;

- Perceber como é que os imigrantes cabo-verdianos estão a atuar perante a situação da crise.

De acordo com André (2005), quando se definem os conceitos chave e são traçados os objetivos, hão-se de identificar as relações que se estabelecem entre eles no sentido de se configurar a estrutura da investigação e de formular a hipótese a confirmar ou infirmar. Através da concretização destes objetivos, estar-se-á em condições de responder à questão de partida. Perante isto, para provar ou refutar a questão de partida, é traçada a seguinte hipótese:

As estratégias mobilizadas pelos imigrantes para ultrapassar a crise são diversas: um imigrante desempregado tem três cenários possíveis: voltar para o país de origem, reemigrar para outros países, ou permanecer em Portugal, inscrevendo-se nos centros de emprego e ficando a receber o subsídio de desemprego.

Metodologia

Em termos metodológicos, aposta-se nos procedimentos de acordo com os objetivos traçados, de modo a responder à questão de partida. No desenvolvimento do processo da investigação irão ser operacionalizadas diversas metodologias nas diferentes etapas da pesquisa.

A fundamentação teórica irá basear-se na exploração de bibliografia de referência relativamente às migrações, à crise e às estratégias adotadas perante a crise. No âmbito da pesquisa empírica, a metodologia privilegiou abordagens qualitativas baseando-se em entrevistas e observação no terreno, incluindo ainda o tratamento de alguma informação estatística proveniente de fontes secundárias.

A amostra será a comunidade Cabo-Verdiana concentrada na Área Metropolitana de Lisboa - AML - área onde existe maior concentração dos imigrantes crioulos.

As entrevistas foram efetuadas na Área Metropolitana de Lisboa. Nesta região de grande concentração de cabo-verdianos, foram procuradas associações de imigrantes

cabo-verdianos, residentes desta origem e pessoas cabo-verdianas que já residiram, mas, entretanto, saíram de Portugal e estão a viver noutros países de Europa, que considerámos idóneas e ilustrativas do processo de imigração, em todos os seus contornos.

Depois de nas alíneas anteriores terem sido apresentados a justificação do tema, a questão de partida, os conceitos-chave, os objetivos, as hipóteses e a metodologia, importa agora avançar para os conteúdos explorados em cada capítulo.

Este trabalho comporta, para além desta introdução, cinco capítulos subsequentes, sendo utilizada em cada um a metodologia que nos pareceu mais adequada.

No primeiro capítulo da dissertação procura-se enquadrar e retratar a Imigração e a relação desta com o Mercado de trabalho. Dividimos este capítulo em cinco secções. Na primeira descrevemos a evolução dos fluxos migratórios em Portugal e de seguida procura-se fazer uma abordagem teórica, tentando verificar a sua pertinência para a análise do caso português. Na terceira secção procura-se abordar a natureza da crise económica em Portugal e os seus impactos na imigração. Em seguida olha-se para o desemprego e outros impactos sócio laborais. Na quinta secção, são mencionadas algumas estratégias e soluções que podem ser mobilizadas por famílias e trabalhadores para superarem a crise.

No segundo capítulo apresenta-se a realidade da imigração cabo-verdiana em Portugal evidenciando e relacionando as suas principais facetas. Desta forma, numa abordagem inicial, a discussão alicerça-se em três pontos fundamentais: alguns fatores explicativos desse fenómeno, breve retrato da evolução da imigração cabo-verdiana em Portugal e, por fim, a distribuição espacial dos imigrantes cabo-verdianos na Área Metropolitana de Lisboa.

No terceiro capítulo descreve-se a metodologia utilizada e o modelo de análise, incluindo o método de amostragem adotado, a dimensão da amostra e as limitações associadas ao processo de recolha e modelo de análise.

No quarto capítulo apresentam-se os resultados encontrados, que incluem análises dos percursos migratórios desde Cabo Verde até Portugal, dos efeitos da crise nos cabo-verdianos e nas suas famílias e, também, das diferentes estratégias adotadas para os mitigar ou mesmo superar. Faz-se ainda uma síntese comparativa de modo a encontrar as semelhanças e as diferenças nas respostas dos entrevistados.

Por fim, no quinto capítulo, procede-se à síntese conclusiva dos principais aspetos referenciados ao longo do trabalho, com especial incidência no capítulo em que se explorou o conteúdo das entrevistas, e que, para além de responder mais diretamente à pergunta de partida, permite também validar e fundamentar a hipótese previamente estabelecida.

CAPÍTULO I

A Imigração e o Mercado de Trabalho em Portugal

1. 1. Notas sobre a evolução dos fluxos migratórios

Vivemos num mundo globalizado e num contexto de diversidade racial, étnica, cultural e religiosa dos imigrantes. Tal como nos outros países recetores de imigrantes da Europa, em Portugal tem-se assistido a uma maior visibilidade dos problemas associados aos grupos de imigrantes, como o racismo, a xenofobia, a criminalidade, o desemprego ou a pobreza. Entre finais dos anos 80 e o início da primeira década do século XX, tal como aconteceu na maioria dos países da Europa do sul, registou-se, em Portugal, um aumento assinalável da imigração e, como consequência disso, o país transformou-se numa nação marcada pela diversidade étnica e cultural (Fonseca 2006). Essa heterogeneidade de pessoas com características diferentes e bem identificadas é visível em toda a sociedade portuguesa. Segundo Fonseca (2008: 55), “a aceleração do crescimento da imigração para Portugal foi acompanhada pela tendência para o aumento da diversidade étnica e geográfica dos imigrantes.”

Até cerca de 1980, temas como as migrações em Portugal não foram alvo de estudos intensos, se comparados com outros temas da área das Ciências Sociais, em geral, e da Geografia, em particular. Tal como afirmam Baganha *et al.* (1999), até ao início dos anos 90, as questões relativas à imigração para Portugal não constituíam uma temática central, nem no domínio das preocupações académicas ou científicas, nem no âmbito das principais preocupações políticas e sociais. Este, talvez aparente, desinteresse pela problemática das migrações pode ser justificado pelo facto de o país ser, durante vários séculos, um país de emigração.

As grandes modificações políticas, sociais e económicas verificadas em Portugal nos anos 70 e 80 do século passado, conduziram a uma alteração da imagem do país no contexto das migrações internacionais, passando de país orientado para emigração para país recetor de imigrantes. Inicialmente, essa mudança teve a ver, por um lado, com o retorno dos emigrantes e, por outro, com o processo de descolonização que levou a uma deslocação maciça dos portugueses e dos seus descendentes residentes nas ex-colónias para Portugal, processo em que foram acompanhados por muitos africanos e luso-africanos (Pires 2003 e Machado 2002). Refira-se que outro fator importante para o aumento de imigrantes em Portugal, em meados dos anos 70, tem a ver com a promulgação da Lei n.º 308-A/75, que retirou a nacionalidade portuguesa aos nativos

das ex-colónias africanas, transformando-os em estrangeiros, mesmo quando já eram residentes em Portugal a menos de dois anos.

Perante este quadro, a vinda dos retornados, entre 1974 e 1976, contribuiu para mitigar os efeitos demográficos e sociais desfavoráveis da emigração portuguesa dos anos 60 e 70, para além de o processo de descolonização ter criado mais condições para o crescimento e a diversificação dos imigrantes laborais oriundos dos PALOP, nas décadas de 80 e 90. Pelo descrito, parece claro que a situação migratória do país se começa a inverter após o 25 de Abril de 1974, com a instauração da democracia e as independências das ex-colónias em África, no ano seguinte (com exceção da Guiné-Bissau).

Posteriormente a este movimento imigratório, precoce e excecional, que caracteriza Portugal, vários fatores contribuíram para transformar a natureza dos fluxos imigratórios que tinham o país como destino e que passaram a assumir uma natureza essencialmente laboral, bem distinta dos movimentos iniciais em que se destacam os motivos de natureza política e social¹.

Segundo diversos estudos, as migrações laborais para Portugal, em particular, e para a Europa do sul, em geral, têm muito a ver com a deterioração de nível de vida nos países em vias de desenvolvimento e o crescente endividamento externo desses países, para o qual contribuíram os Programas de Ajustamento Estrutural e as políticas deflacionistas do Fundo Monetário Internacional, com consequências ao nível das perdas de emprego e da sua precarização e informalização. Um outro fator, não menos importante, relaciona-se com a entrada de Portugal (e também da Grécia e da Espanha) na Comunidade Económica Europeia que originou a chegada de fundos que sustentaram a construção de grandes obras públicas e que requereram uma necessidade significativa de mão-de-obra, largamente satisfeita por imigrantes. Pelo descrito, parece claro que, de uma forma geral, os diversos autores consideram que a entrada de Portugal na

¹ Apesar da imigração para Portugal se ter alterado e intensificado após 1974, o desenvolvimento industrial e o crescimento urbano dos anos 60 criaram oportunidades de emprego na construção civil e nos serviços desqualificados que não foram satisfeitas internamente, designadamente devido à forte emigração e à manutenção de um contingente de jovens do sexo masculino nas diversas frentes da Guerra Colonial. Esta situação contribuiu para a chegada dos primeiros imigrantes laborais das ex-colónias africanas, com destaque para os Cabo-verdianos (Fonseca 2008). Apesar do seu número relativamente reduzido, esta primeira vaga imigratória, ainda no contexto do “Império”, integra, efetivamente, as primeiras “migrações laborais” do Portugal moderno do pós-2ª Guerra Mundial.

comunidade Europeia aumentou e ampliou a imigração. Baganha *et al* (1999: 149) afirmam que “a diversificação da origem dos imigrantes aponta para uma mudança na posição de Portugal no contexto das migrações internacionais, para um papel mais significativo da procura do mercado de trabalho português no processo de recrutamento de trabalhadores estrangeiros.” Sintetizando, pode-se dizer que a imigração laboral mais sistemática em Portugal é um fenómeno recente, que surgiu nos finais do século XX, mais concretamente nos anos 90 e no início do século XXI e tem sido tema de interesse de estudos diversos. Importa referir que todos os investigadores da área das migrações, concordam que, entre o início dos anos 90 e a segunda metade da primeira década do século XXI, aumentou, de um modo significativo, o número de imigrantes em Portugal e isso contribuiu para a mudança da posição do país no contexto das migrações, ocorrendo também uma diversificação dos fluxos em termos de origens geográficas.

Efetivamente, na década 90 do século passado e em princípios do século XXI, a profunda alteração política, associada ao desmantelamento da União Soviética e à transição para a economia de mercado e para os sistemas de governação democráticos de toda a Europa de Leste, teve como consequência imediata a deterioração do nível de vida, provocando uma nova vaga da imigração para a Europa Ocidental, que também incluiu Portugal, reforçando e diversificando os contingentes de imigrantes existentes. Estes novos fluxos migratórios dos quais fazem parte os ucranianos, os russos, os moldavos, os romenos e os búlgaros, entre outros, foram, popularmente, designados, de forma simples e abrangente, como Migrações do Leste da Europa (Silva, 2010) e, inicialmente, tinham, exclusivamente, objetivos laborais². De acordo com Fonseca (2008), o desenvolvimento da corrente proveniente da Europa de Leste representa uma viragem nos processos tradicionais de imigração para Portugal, uma vez que estes imigrantes tinham poucas ligações linguísticas, culturais ou históricas com Portugal. Refira-se que, para além da imigração da Europa de Leste, que veio a ter consequências muito importantes, a imigração proveniente dos PALOP manteve-se e ocorreu mesmo um reforço da imigração proveniente do Brasil.

Nesta dinâmica crescente e global das migrações, chegaram também a Portugal, indianos, paquistaneses e chineses e também os povos oriundos de países francófonos e

² Só mais recentemente os processos de reagrupamento familiar começaram a ter um peso significativo.

anglófonos de África. Também a entrada em massa dos brasileiros contribuiu para aumentar fortemente o stock dos imigrantes (Fonseca, 2008).

Os estudos realizados sobre as migrações em Portugal permitem constatar que a maior parte da migração posterior aos anos 80 do século passado, em Portugal, é de natureza laboral vinculada a trabalhos precários ou mal remunerados e, frequentemente, de natureza informal. (Baganha *et al*; 1999, Machado, 2002; Malheiros, 2006; Peixoto, 2008; Pereira, 2008). A tendência desses emigrantes é para trabalhar em setores como a construção civil, a hotelaria e restauração e os serviços domésticos. De acordo com Malheiros (citado em Baptista e Gomes 2003), “neste modelo, os fatores económicos e particularmente o emprego assume um papel fundamental, quer como forças repulsivas em relação ao local de partida (crise económica associada à desvalorização dos recursos endógenos, situação de desemprego), quer como forças de atração, no que concerne à área de chegada (existência de maiores oportunidades de emprego e de salários mais elevados).”

Na verdade, como acontece na maior parte dos países recetores dos migrantes laborais, o mercado de trabalho e a esfera profissional ocupam um lugar de destaque e de grande importância, uma vez que a maioria desses imigrantes tem como objetivo encontrar um emprego, aumentar os seus rendimentos e efetuar poupanças, em muitos casos, orientadas para o consumo doméstico ou o pequeno investimento nos locais de origem. Porém, é de lembrar que a imigração e os imigrantes desempenham um papel primordial na economia portuguesa, uma vez que estes realizam trabalhos que os nativos frequentemente não querem fazer.

Para Pereira (2009), os imigrantes ocupam profissões mais desfavorecidas económica e socialmente, ou seja, estes trabalham nas profissões com piores condições, pior remuneradas e com menor possibilidade de promoção profissional, frequentemente associadas ao denominado mercado de trabalho secundário (Piore, 1979). Dada esta situação, importa destacar que grande parte dos imigrantes não permanece durante muito tempo no mesmo trabalho e esse descontentamento advém, frequentemente, das condições em que é exercida a atividade, do seu nível de precariedade e dos salários auferidos. No fundo, o quadro é marcado por incerteza de continuidade no emprego, condições de trabalho com riscos, ausência de proteção legal institucional e baixos

salários, o que têm como consequência o aumento de desigualdade económica e social e um baixo nível de bem-estar físico e psicológico.

Além disso, podemos afirmar que os estudos mostram que os imigrantes estão mais inclinados do que os nacionais a aceitar qualquer tipo de trabalho e em quaisquer condições para assegurarem rendimentos e garantirem a sua subsistência, e, por vezes, dos seus familiares, tanto na sociedade de chegada como no país de partida. Os labutadores imigrantes são frequentemente considerados trabalhadores precários. Segundo Pereira (2008:48), “assistimos atualmente a uma preocupação social e política crescente com a precarização contemporânea das relações laborais, afetando tanto imigrantes como outros trabalhadores, dos indiferenciados aos altamente qualificados”.

A maioria dos imigrantes concentra-se nas Áreas Metropolitanas e nos espaços urbanos, ou seja, nos centros onde podem encontrar trabalho com maior abundância, diversidade e rapidez. Os africanos dos PALOP, em particular, concentram-se em grande maioria na Área Metropolitana de Lisboa e com menor expressão na região de Algarve e na Área Metropolitana do Porto. Por sua vez, os brasileiros estão mais dispersos por todo o país assim como os Europeus de Leste (SEF, 2012). Estes, apesar de residirem predominantemente nas áreas de Lisboa, Setúbal, Faro e Porto, também se encontram noutros espaços, destacando-se uma forte presença nos lugares contíguos à AML, situados nos distritos de Leiria e Santarém, nas zonas industriais do norte e litoral-centro, no Alentejo e na Madeira.

Segundo o censo 2011, a Região de Lisboa concentrava mais de metade dos estrangeiros a residir em Portugal (51,6%), seguindo-se as regiões do Norte, Centro e Algarve, todas com um peso na ordem dos 13%. As regiões com menos estrangeiros residentes eram as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, onde residiam apenas 0,8% e 1,4% dos estrangeiros, conforme mostra a figura 1.

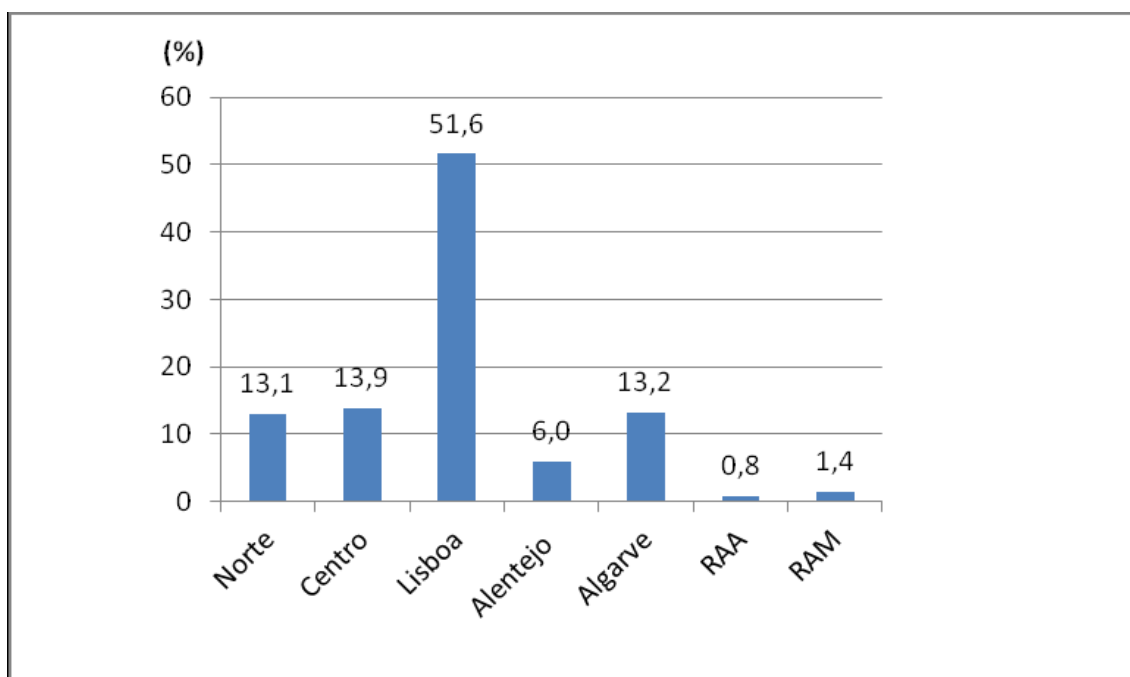


Figura 1: População estrangeira residente em Portugal, por NUTS II, 2011

Fonte: Censos 2011

No atual momento, com o acentuar da crise económica e social, a imigração está a atenuar-se e a emigração portuguesa ganha nova dinâmica e muitos portugueses estão a sair do país para diversos países da UE, nomeadamente, o Reino Unido, a Alemanha, a França o Luxemburgo e a Suíça e, também, para os países emergentes, como é o caso do Brasil e de Angola (Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (2012). Segundo o mesmo relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras saíram do país perto de 6000 cidadãos brasileiros, contribuído para a diminuição dos imigrantes.

Contudo, apesar de, nos últimos anos de profunda crise, os fluxos de imigração serem mais reduzidos, existe um consenso acerca da sua manutenção mitigada, não ocorrendo um completo desaparecimento. De acordo com as estatísticas e com os números de que o SEF dispõe, a diminuição da comunidade estrangeira instalada em Portugal só começou a ocorrer após 2009, e de modo bastante suave³. Para isto, contribui o facto de a situação dos países de origem de muitos imigrantes ser, em muitos casos, mais difícil do que a portuguesa, mesmo em contexto de crise.

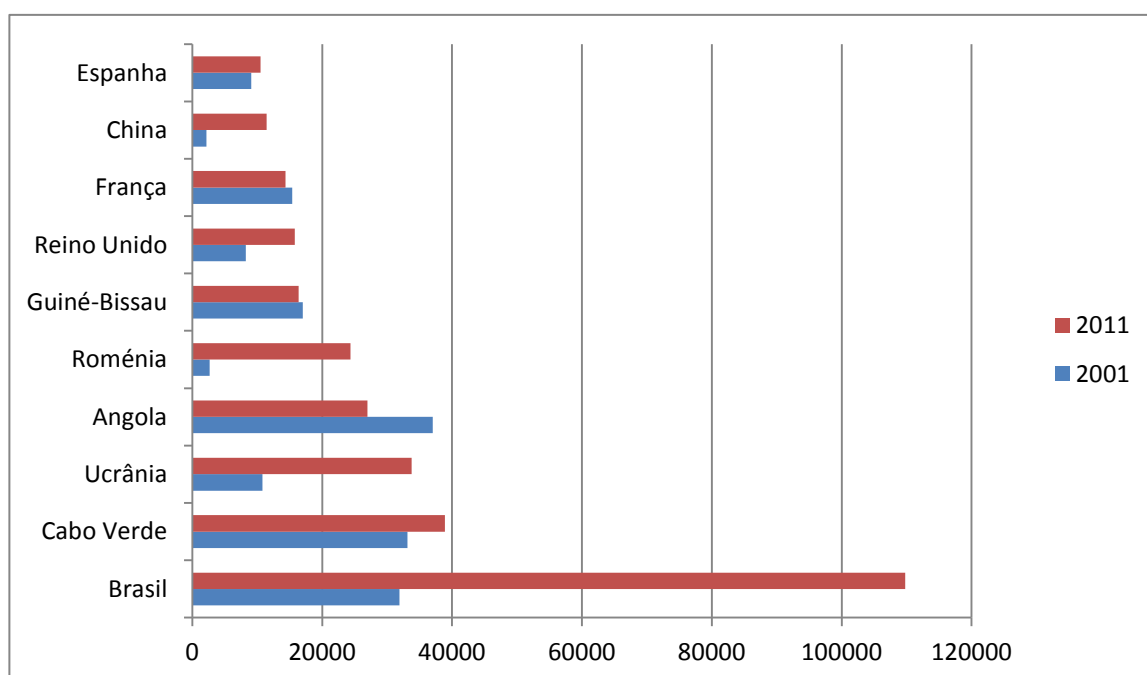
³ Note-se que parte desta diminuição pode ser explicada pelo incremento das naturalizações de estrangeiros no âmbito da Lei Orgânica nº2/2006 de 17 de Abril (SEF, 2012).

Em concordância com estas perspetivas da redução, Malheiros *et al* (2012) evidenciam que, nos anos de 2010 e 2011, já havia uma diminuição da população estrangeira em Portugal, fruto da contração da economia portuguesa desde 2008/09, mas também da aquisição da nacionalidade por um número crescente de cidadãos que preenchem os requisitos necessários exigidos na Lei Orgânica nº2/2006 de 17 de Abril (SEF, 2012). Neste contexto de decréscimo, um relatório publicado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2011, refere que foram emitidas mais de 27.200 certidões de aquisição de nacionalidade, sendo 21,2% de cidadãos brasileiros, 15,6% de cabo-verdianos, 12,8% de ucranianos, 11,7% de angolanos e 7,6% de guineenses. Estas cinco origens geográficas são responsáveis por quase 70% das certidões emitidas.

Efetivamente, de acordo com a figura 2, entre 2001 e 2011, as cinco principais nacionalidades da população residente em Portugal eram Brasil, Cabo Verde, Ucrânia, Angola e Roménia. Ainda de acordo com os dados divulgados pela mesma fonte (Censo 2011), no mesmo ano, em Portugal, as maiores comunidades de cidadãos estrangeiros em situação regular eram a brasileira, com 109.787 pessoas (cerca de 28%) seguida pela cabo-verdiana, com 38.895 pessoas (10%). A terceira mais representativa era a comunidade ucraniana, com 9%, e, de seguida, a comunidade angolana com cerca de 7%. É de salientar ainda o aumento da população chinesa e romena, na última década do novo milénio.

Figura 2: Principais nacionalidades da população estrangeira residente em Portugal.

Fonte: Censos 2011, Elaboração própria



Focando brevemente a análise nos últimos dois anos, correspondente a 2010 e 2011, estes demonstram já uma diminuição da população estrangeira, em Portugal, em resultado da crise económica que o país atravessa desde início de 2008 e, ainda, com os processos de aquisição da nacionalidade por cidadãos que preenchem os requisitos necessários exigidos na Lei Orgânica nº2/2006 de 17 de Abril (SEF, 2012).

Detendo particular atenção sobre os dados relativos aos fluxos migratórios em Portugal, é sempre difícil obter os valores exatos, uma vez que as fontes disponíveis misturam várias situações e com isso, não é possível medir toda a extensão de certos fluxos de entrada, nomeadamente os correspondentes aos nacionais de países da UE. Contudo, as estimativas baseadas nos novos vistos e autorizações de residência de longa duração indicam que os fluxos de entrada diminuíram em 12%, em 2010, considerando 30.000 indivíduos (SEF 2012).

Neste quadro de decréscimo da imigração no contexto português, verificado nos últimos anos, o número de vistos de longa duração concedidos aos imigrantes estrangeiros não comunitários continuou a diminuir, atingindo o valor mais baixo desde 2003, passando a menos de 15.000. Os vistos de estudantes converteram-se na categoria mais importante, atrás dos vistos por motivos familiares. Em relação aos vistos de trabalho, diminuíram ligeiramente em relação a 2009 (cerca de 20%, contra 16% da atualidade, e estes valores desceram abaixo da quota indicativa anual de 3800 fixada pelo governo.) No contexto deste decréscimo, a imigração lusófona e do Brasil ganhou importância (Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2011). De acordo com a mesma fonte, a maior parte dos vistos foram concedidos a nacionais dos países de língua oficial portuguesa e a brasileiros. Relativamente a imigrantes de países da Europa oriental fora da UE, a tendência é para a diminuição, assim como se verificou em 2008 e 2009, dado a redução das oportunidades de emprego, no contexto da crise económica.

De acordo com o SEF (2011), de fato, entre 2009 e 2010, o número de novas autorizações de residência deferidas por Portugal continuou a baixar, passando de 61.400 para 50.700. Porém, é de lembrar que o número referido abrange todos os estrangeiros residentes, inclusive os residentes da UE, e também incluem as alterações de estatuto e as regularizações, em conformidade com um procedimento caso a caso. No

que concerne às autorizações de residência, segundo o SEF (2010), os brasileiros (32%) continuam a ser os primeiros, seguidos dos romenos (12%) e dos cabo-verdianos (8%).

Efetivamente, o efetivo total da população estrangeira titular de uma autorização de residência válida diminuiu 2%, em 2010, ficando pelos 448.000. Deste modo, os brasileiros representam 27% do total, seguidos pelos ucranianos (11%) e pelos cabo-verdianos (10%).

É notório que os dois últimos grupos (ucranianos e cabo-verdianos) representam uma parte decrescente da população imigrante, fruto não só do processo de naturalização, mas também de uma reemigração por parte dos cabo-verdianos e da saída dos Ucranianos. De um modo geral, importa destacar que os dados do recenseamento de 2011 mostram que o saldo migratório registado no decurso do novo milénio diminuiu para cerca de metade, relativamente ao nível da década precedente (1991-2000). Adicionalmente, há que referir que mais de metade destes imigrantes estava empregada na construção civil, na hotelaria, na restauração e em serviços pouco qualificados, tudo setores que se ressentiram bastante da situação de crise. (ver SEF 2010).

Em suma, os anos 2010 e 2011 demonstram já uma diminuição da população estrangeira em Portugal, em resultado da crise económica que o país atravessa desde 2008/2009. Porventura, para esta evolução contribui também o incremento das naturalizações associado à “nova” Lei da Nacionalidade de 2006, com efeitos visíveis a partir de 2007 e 2008 (Lei Orgânica nº2/2006 de 17 de Abril)⁴.

⁴ Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF, 2012), em 2011 foram emitidas mais de 27 200 certidões de aquisição de nacionalidade sendo 21,2% de cidadãos brasileiros, 15,6% de cabo-verdianos, 12,8% de ucranianos, 11,7% de angolanos e 7,6% de guineenses. Estas cinco origens geográficas são responsáveis por quase 70% das certidões emitidas.

1.2. Imigração e mercado de trabalho: abordagens teóricas e a sua pertinência para a análise do caso Português

O papel dos imigrantes no mercado de trabalho em Portugal tornou-se decisivo para a evolução da economia. Contudo, internamente, há várias modalidades de mercado de trabalho, identificando-se, desde logo, um mercado primário e um mercado secundário, bem como situações de enclave étnico, dependendo das diferentes atividades desenvolvidas pelos imigrantes.

Relativamente à segmentação do mercado de trabalho, existem perspetivas que se adaptam bem à realidade portuguesa, merecendo, em nossa opinião, destaque a teoria de mercado de trabalho dual ou segmentado (Piore, 1979; Portes, 1981 e 1999; Massey *et al.*, 1998). Segundo Peixoto (2008), esta teoria caracteriza-se por identificar dois segmentos principais do mercado de trabalho. O mercado primário, com estabilidade de emprego, perspetivas de carreira, estatuto socioprofissional e salário, que se situam num quadro, de algum modo, caracterizado pela proteção e pela estabilidade. No plano inverso, o mercado de trabalho secundário é marcado por condições laborais instáveis, baixos salários, empregos com baixas qualificações, sem oportunidades de promoção e com baixo reconhecimento social, o que traduz situações de insegurança e precariedade. Os estudos realizados por diversos autores concluíram que, em Portugal, a maioria dos imigrantes não comunitários ocupam, no mercado de trabalho, as profissões mais desfavorecidas económica e socialmente, ou seja, as profissões com piores condições, pior remuneração e com menor possibilidade de progressão profissional (Peixoto, 2008).

Pelo exposto, entende-se ser notório que uma das formas para satisfazer as necessidades de mão-de-obra de vários setores da atividade económica de Portugal, com destaque para construção civil e as obras públicas, hotelaria e restauração e agricultura é o recurso ao trabalho dos imigrantes, uma vez que se não fosse assim o país teria entrado em recessão muito mais cedo, com consequências ainda mais nefastas para a sua economia e sociedade (Rita, 2002). Sendo assim, em Portugal, os imigrantes inserem-se, em larga medida, nas atividades débeis e de fracas recompensas económicas e baixo estatuto, trabalhando em sectores como a construção civil, segmentos dos serviços, incluindo serviço doméstico e limpeza, assistência a crianças e idosos, comércio, hotelaria e restauração.

Pereira (2008) afirma que os modelos de inserção dos trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho português estão bem reconhecidos e que os trabalhadores originários dos PALOP e os brasileiros recém-chegados, bem como os vários imigrantes dos países do Leste/Sudeste da Europa, como a Ucrânia, a Roménia e a Moldávia, se encaminham, particularmente, para o segmento secundário, com destaque para os trabalhos pouco qualificados, nos sectores da construção civil, trabalho doméstico, hotelaria e restauração, limpezas industriais e urbanas e agricultura. Relativamente aos migrantes dos PALOP, detetam-se sobre representações no setor da construção civil e obras públicas e, também, nos serviços domésticos, revelando, o primeiro caso, uma tendência bem explícita de masculinização e, o segundo, uma situação claramente inversa. Nestes setores, é também possível identificar uma prevalência significativa de trabalhos precários ou mal pagos, muitas vezes de natureza informal.

Nos finais do século XX, mais concretamente na década de 90, os migrantes de leste vieram complementar a mão-de-obra existente, mas com um nível de escolaridade bastante superior ao dos africanos. No que diz respeito aos migrantes da comunidade brasileira, estes ocupam uma posição mais ambígua, uma vez que uma parte está inserida no mercado primário, com profissões qualificadas, e a outra parte ocupa o mercado de trabalho secundário. Relativamente à imigração asiática, sobretudo chinesa e com origem no subcontinente indiano, e com proporções menores do que a correspondente aos grupos já mencionados, detetam-se algumas particularidades em termos de inserção económica, correspondentes ao quadro de uma economia de enclave (Malheiros, 2001).

Sintetizando, pode-se afirmar que, relativamente à ocupação dos imigrantes no mercado de trabalho, há diferentes modos de inclusão laboral, conforme as necessidades dos países de destino e a origem e a qualificação dos diferentes grupos de trabalhadores migrantes. Neste quadro, a maioria dos migrantes de PALOP e os provenientes da Europa de Leste insere-se, essencialmente, no mercado de trabalho secundário, detetando-se, com frequência, processos de mobilidade socioprofissional descendente, pelo menos na fase inicial do ciclo migratório. No que diz respeito, especificamente, aos imigrantes brasileiros, estes ocupam tanto o mercado primário (os mais qualificados como odontologistas, especialistas em marketing e outros), como o mercado secundário. Neste último, assumem mais destaque os recém-chegados, detetando-se uma maior

proporção destes na segunda vaga migratória, portanto, após o início dos anos 90. No que refere aos asiáticos, muitos apresentam estratégias próximas de enclave étnico.

Relativamente à vida quotidiana dos imigrantes, pode-se afirmar que é dominada pela volatilidade dos trabalhadores e, também, pela sua precarização laboral⁵. Segundo Pereira (2008), a precariedade do trabalho e a dependência em relação a todo e qualquer tipo de trabalho, e em quaisquer condições, marcam a vida dos imigrantes. De uma forma geral, isto vem confirmar que os imigrantes trabalham nos serviços que os nativos recusam e que são, na generalidade, mal renumerados e de baixo estatuto social, ou seja, em setores de trabalho manual, como a construção civil, os serviços domésticos e de limpeza, a hotelaria e a restauração. Quase toda a vida de imigrante é marcada pela incerteza de continuidade do emprego, falta de oportunidades de aprendizagem, condições de trabalho com riscos acrescidos, ausência de proteção legal e institucional, baixos salários e falta de benefícios institucionais.

Kóvacs (citada por Pereira 2008) considera que um emprego flexível se torna precário quando: i) não resulta de opção dos indivíduos; ii) oferece uma cobertura deficiente em termos das condições de risco e proteção social; iii) o trabalhador não tem formação na área do serviço; iv) não há associações (sindicatos) para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Sendo assim, a precariedade domina os trabalhos dos imigrantes em Portugal, uma vez que a maioria vive e trabalha na precariedade. Neste contexto, Peixoto (2008) referia como explicações para a inserção laboral dos imigrantes, para o período que precede, imediatamente, o agudizar da crise económica e social, a então relativamente dinâmica procura de trabalho na economia nacional (mormente em trabalhos precários ou informais), a pouca regulação à entrada e a posterior inserção no mercado de trabalho dos imigrantes que estão em situação irregular e a complementaridade entre a mão-de-obra nacional e a força de trabalho exógena. Este “modelo de recrutamento”, caracterizado pela presença “ilegal” inicial, exploração no mercado de trabalho e regularização *a posteriori* com compensação de jure (mas muitas vezes não de facto) no plano da abrangência dos direitos, com destaque para os laborais (Malheiros, 2012), está, hoje, esgotado, tendo para isso contribuído fortemente a presente crise da economia. Efetivamente, a atual situação da

⁵ A precariedade significa não ter emprego permanente. Trata-se de uma condição social marcada pela instabilidade, insegurança e vulnerabilidade económica e social.

crise económica que o país está a viver tem alterado aquilo que outrora parecia uma boa inserção laboral dos imigrantes, fosse na esfera informal, fosse na formal. Na verdade, na atual conjuntura, o incremento da precariedade e o desemprego são transversais a toda a sociedade portuguesa e, mesmo assim, os imigrantes parecem mais atingidos e mais afetados com a taxa de desemprego (referência Peixoto e Iorio 2010?).

1.3. A Natureza da crise económica em Portugal

Portugal está situado na periferia da Europa e é um país rico em termos de história, mas, com deficiências estruturais que muitos associam a problemas políticos, religiosos, culturais e outros, em relação ao resto do continente (Lains, 2012). Sendo assim, a referida localização geográfica tem distanciado o país das principais regiões consumidoras da Europa e dos principais núcleos produtores. Entretanto, apesar da sua pequena dimensão, o país encontra-se fortemente integrado na economia internacional, possuindo uma economia aberta, muito dependente das suas relações com o exterior, o que incrementa a sua exposição aos efeitos da crise económica atual, que tem um impacto particular na União Europeia.

Todavia, antes de se discutir as causas e os acontecimentos que originaram a atual crise económica, é importante caracterizar a situação económica e financeira do país antes daquela se ter iniciado. Assim, o princípio do novo milénio foi dramático para a economia nacional. Nesta linha de ideias, Peixoto e Iorio (2010) afirmam que a crise económica se instalou em Portugal, a partir de 2002, e, em 2003, o crescimento chegou a ser recessivo. Contudo, é a partir de 2008 que os efeitos da crise económica se fizeram sentir com mais intensidade, quando se observou um período de crescimento nulo. Na realidade, a situação no país agravou-se com o processo de abrandamento da economia, facto este evidenciado pela descida dos valores dos indicadores económicos, pelo aumento massivo do desemprego e pelo agravamento das condições gerais de vida dos nacionais e dos imigrantes (INE 2012).

São várias as causas que explicam a crise da economia portuguesa: a falta de poupança da população portuguesa, o excesso na concessão de crédito por parte da banca e outras instituições financeiras que conduziu a um forte endividamento do Estado, das empresas e das famílias. No entanto, não se pode desprezar que a

implementação de políticas de crédito fácil por parte dos sucessivos governos, as práticas das agências de *rating* e de engenharia financeira, a falta de regulação nos mercados financeiros associada a processos especulativos de enorme dimensão, entre outros, têm responsabilidades na crise económica atual.

Outrossim, muitos afirmam que a atual crise foi provocada pelas más decisões dos políticos ou particulares: por um lado, a esquerda acha que a responsabilidade da crise deve-se à ação dos financeiros e, por outro, a direita atribui essencialmente culpas aos agentes políticos (Lains, 2012). A explicação da atual crise está associada a transformações importantes na economia internacional, parecendo esta linha de argumentação bem mais segura do que aquelas que assentam apenas na ação dos agentes financeiros ou políticos, com destaque para os nacionais.

A crise económica financeira mundial afetou quase todas as áreas sociais que contribuem para o PIB do país, destacando-se, entre as mais atingidas, a construção civil e obras públicas e, também, a hotelaria e restauração, que têm servido de alavanca do progresso e crescimento da economia, contribuindo, tradicionalmente, para a contratação e o emprego de mão-de-obra diversificada. Esse decréscimo económico cada vez mais acentuado nos setores acima referenciados, por não conseguirem atuar como antes, é tido como o fator principal que continua a desencadear a fraca e a retardada recuperação da economia. Estes setores são, ainda, os que contratam o maior número de imigrantes oriundos dos PALOP. Por isso, no atual contexto, a crise económica teve um grande impacto no mercado de trabalho português, com o aumento acelerado das taxas de desemprego dos nacionais de 7,6%, em 2008, para 15,6%, em 2012, e dos imigrantes de 10,8%, em 2008, para 26,5%, em 2012 (PORDATA, 2013).

Focando a atenção na análise da figura 3, pode observar-se que o PIB em Portugal começou a degradar-se a partir de 2002, ainda que entre 2005 e 2007 se tenham verificado indícios de recuperação que os anos subsequentes vieram a desmentir. No entanto, no final do último decénio do século XX, o país detinha um bom ritmo de crescimento, com valores muito positivos. Entretanto, o novo milénio marca a reviravolta do processo de evolução do PIB que começa a atenuar o ritmo de crescimento, até que, no ano 2003, se atingiu mesmo uma variação negativa superior a 2%. Não obstante a supracitada recuperação dos 4 anos seguintes, a partir de 2008, ano

em que o crescimento foi quase nulo, a situação piorou, verificando-se uma sistemática evolução anual negativa (a exceção foi 2009), que tem relação com o impacto da crise mundial, mas que atinge em Portugal proporções bem mais nefastas.

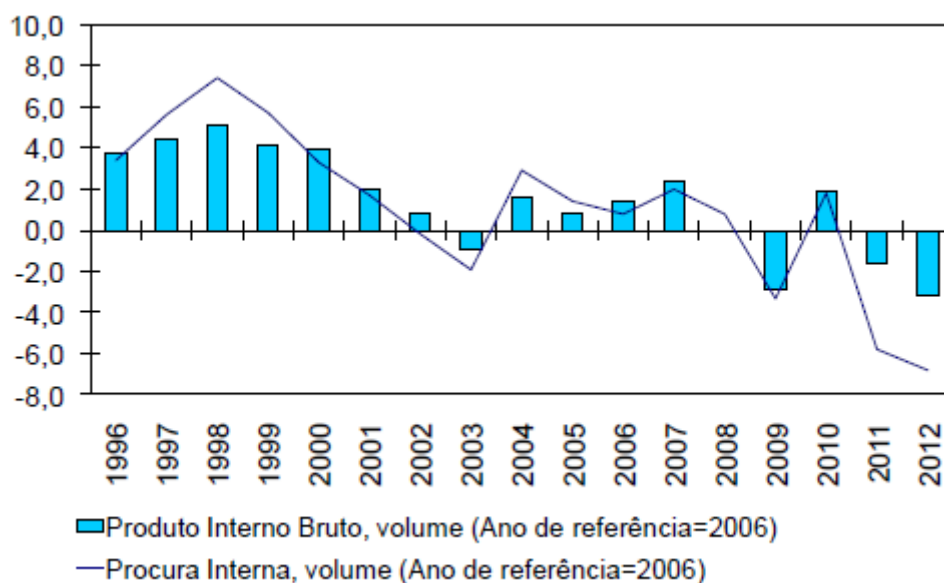


Figura 3: Produto interno bruto e a procura interna
Fonte: INE 2013

De resto, a economia do país, que já estava num recuo, viu este acentuar-se mais ainda em 2012, com uma diminuição do PIB de 3,2%, após a redução de 1,6% verificada no ano 2011. Refira-se que essa redução derivou da diminuição do contributo positivo da procura externa líquida, que passou de 4,7 pontos percentuais, em 2011, para 3,9 pontos percentuais, em 2012 (ver figura 1).

Segundo um relatório de contas nacionais trimestrais e anuais preliminares (Base 2006) 4º Trimestre de 2012 e ano 2012 INE (2013), o PIB registou, em volume, uma diminuição de 3,8% em termos homólogos. Comparativamente com o referido relatório, o PIB reduziu-se 1,8% em volume. Desta forma, De acordo com o mesmo relatório de Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares de 4º Trimestre do INE (2013:1) o contributo positivo da procura externa líquida para a variação equivalente do PIB diminuiu claramente, refletindo uma diminuição menos acentuada das Importações de Bens e Serviços e uma redução das Exportações de Bens e Serviços. Em sentido oposto, a procura interna apresentou um contributo menos negativo para a variação homóloga do PIB, traduzindo, sobretudo, a redução menos expressiva do Investimento.

Neste contexto, o emprego total para o conjunto dos ramos de atividade da economia diminuiu 4,2%, em 2012. Efetivamente, em relação ao desemprego no país, o problema é transversal a toda população portuguesa. Contudo, há uma maior fragilidade nos imigrantes. Nesta linha de pensamento, Tripier (1990), tomando como referência a situação verificada durante a crise dos anos 70 e 80 do século passado, afirma que a crise atinge mais os imigrantes, numa primeira fase, do que os nacionais. Aparentemente, em Portugal, o problema da crise é mais visível nos imigrantes de PALOP.

Conforme vimos, os migrantes laborais vêm para Portugal com a finalidade de ocuparem funções secundárias no mercado de trabalho, em atividades como a construção civil ou o trabalho doméstico. Contudo, a atual situação de crise económica que o país está a viver veio alterar os padrões de inserção laboral dos imigrantes. A crise agrava as condições de vida dos imigrantes, pelo aumento de desemprego, mas os seus impactos refletem-se também na população empregada, com o aumento dos impostos e perdas de subsídios que contribuem para a diminuição de rendimentos.

No caso específico dos imigrantes, os impactos negativos na esfera laboral e socioeconómica têm ainda impactos no estatuto legal dos imigrantes. Devido ao desemprego e à perda de rendimentos, os imigrantes têm dificuldade em renovar as suas autorizações de residência, acrescentando assim a fragilidade ou irregularidade da sua permanência legal no país aos impactos económicos. A crise está ainda a trazer um aumento da dependência do álcool e de doenças, as depressões e a violência doméstica, os líderes associativos das associações entrevistadas.

Confrontados com a crise económica e financeira iniciada em 2008/2009, em Portugal, muitos imigrantes resolveram regressar para o país de origem (Peixoto e Iorio 2010), como é o caso dos brasileiros e angolanos, ou, em alternativa, reemigrar para outros países da UE, como acontece com a maioria dos cabo-verdianos.

1.4.O Desemprego e outros impactos sócio laborais

Como referimos anteriormente, a crise económica que o mundo está a viver teve grande impacto no mercado de trabalho português, sobretudo após 2008, com o aumento exponencial da taxa de desemprego (%). De acordo com o *Eurostat* e os Institutos Nacionais de Estatística, citados em PORDATA (2013), e como demonstra a Figura 4, em 2008, a taxa de desemprego era de 7,6%, para os nacionais, e 10,8%, para os estrangeiros. No período entre 2009 até 2012, para os nacionais, esse valor foi de 9,3%, 10,6%, 12,6% e 15,6%, respetivamente, face aos 16,4%, 18,8%, 22% e 26,5% respetivamente, dos estrangeiros, conforme mostra a figura 4.

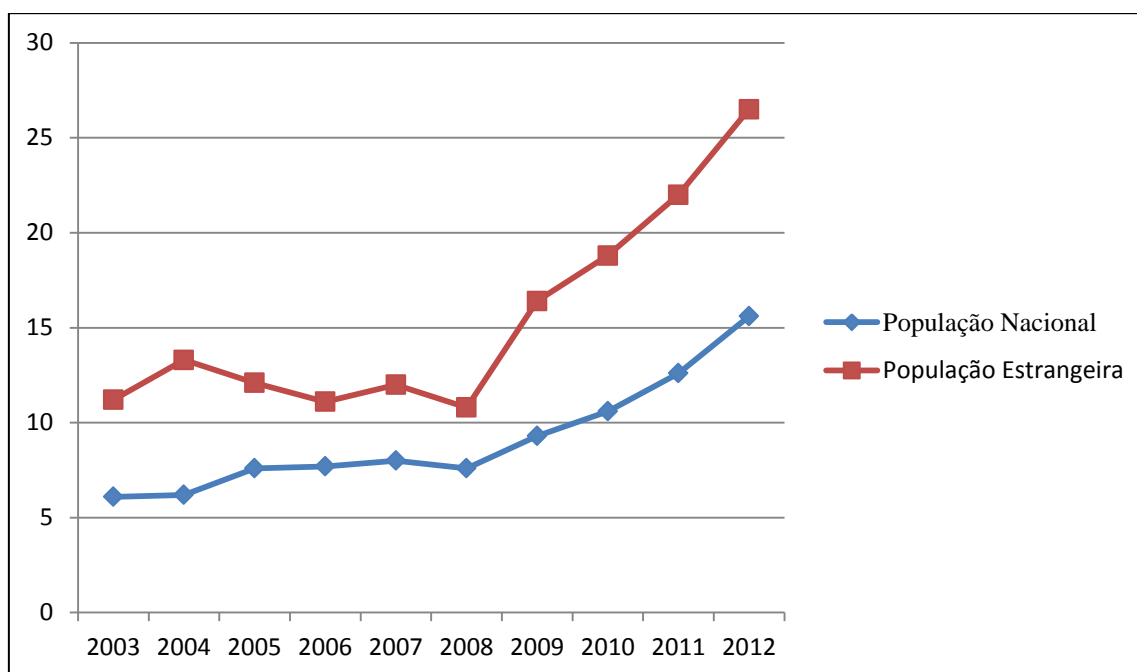


Figura 4: Taxa de desemprego (%) de 2003 a 2012, na população nacional e estrangeira
Fonte: PORDATA 2013 (Elaboração Própria)

De acordo com o Censo 2011, a taxa de desemprego tem afetado particularmente os ramos de atividade como o comércio, os transportes e comunicações, a indústria transformadora e a construção civil, a par de algumas outras atividades de serviços. A taxa de desemprego dos jovens migrantes é quase duas vezes mais do que a dos imigrantes adultos (16% e 29%, respetivamente). Comparada com a situação dos jovens nativos, é ligeiramente mais elevada (28%) e mais alta do que a média da OCDE (INE 2012). Confrontando a taxa de desemprego dos imigrantes na Europa do Sul, com a situação de Portugal, esta apresenta um valor claramente mais baixo do que o observado

na Grécia e em Espanha. Contudo, o país apresenta uma das mais elevadas taxas de desemprego de imigrantes da Europa (Eurostat, 2012).

No estado atual, confirma-se que essa tendência permanece, em especial a partir de 2010, quando se acelera o ritmo de crescimento do número de pessoas desempregadas, e a taxa de desemprego atinge os níveis muito elevados dos últimos anos. Adicionalmente, para além de as taxas de desemprego dos estrangeiros, em Portugal, terem sido, na última década, superiores às dos nacionais, a distância entre os dois grupos tem vindo a aumentar de forma sustentada (4,8% em 2000 e 7,8% em 2010), em detrimento dos primeiros. Em 2010, a diferença entre os dois grupos é, pela segunda vez, nos últimos anos, ligeiramente maior em Portugal do que no espaço comunitário. Acrescente-se que, muito embora a vulnerabilidade dos imigrantes seja válida para ambos os sexos, a diferença nas taxas de desemprego entre autóctones e estrangeiros é, em termos sistemáticos, um pouco mais elevada no caso das mulheres.

No que tange ao comportamento da taxa de desemprego por sectores de atividade, também se verifica um crescimento em todos os sectores, incluindo naqueles em que os imigrantes estão mais expostos, como a construção civil, a restauração e hotelaria e os serviços de limpeza industrial e doméstica.

. Em termos gerais, os imigrantes têm enfrentado dificuldades e estão a conseguir o emprego às custas do agravamento das condições de trabalho e muitos patrões sem escrúpulos estão a aproveitar a situação de crise para explorar ainda mais os imigrantes. O contexto atual tem favorecido o crescimento de trabalho informal, com graves consequências para os trabalhadores, em geral, e para os imigrantes, em particular. Deste modo, na atualidade, vive-se uma situação de retrocesso e de desemprego, que envolve todos os setores da atividade. Sintetizando, pode-se afirmar que todos esses dados revelam a gravidade da situação do mercado de trabalho, aprofundada por níveis crescentes de empobrecimento da população, emergindo os imigrantes como um grupo particularmente vulnerável. Como o desemprego significa ausência parcial (caso haja subsídio) ou total de rendimentos, tendo em vista a precariedade dos empregos que vão sendo gerados, a situação social assume proporções cada vez mais preocupantes, na medida em que o sector informal não tem condições de continuar a crescer se continuar a profunda crise e sem o crescimento da economia.

Os meios de comunicação social evidenciam que, nos últimos três anos, o desemprego entre os jovens é quase o dobro da população adulta, podendo afirmar-se, sem margem para dúvida, que há uma dupla discriminação: ser jovem e ser imigrante. Deve também referir-se que, muitas vezes, os jovens encontram empregos temporários, onde trabalham durante alguns dias e, depois, passam semanas e semanas sem trabalhar. As soluções disponíveis são muitas vezes inadequadas, mas ainda assim, instituições como o IEFP possuem uma panóplia de programas para os jovens, sendo muitos deles estágios, não se sabendo como os jovens irão ficar depois. Quando terminam os estágios, são, frequentemente, afastados, passando a uma situação de desempregados, e as empresas recrutam outros estagiários. Como exemplo do referido anteriormente, e de acordo com uma das associações da região da Amadora:

“A maioria dos jovens está a fugir para o centro de emprego, procurando cursos profissionais, só que o problema não termina aí porque são cursos que demoram normalmente entre um a dois anos e acabando esse período, o problema é o mesmo, o desemprego; (...) o que se vai criar é uma dependência das pessoas para o Estado, (...) Nós entramos, e passado um, dois anos saímos quase na mesma. Desta forma, quando vamos para o mercado de trabalho com um currículo que diz que nós fizemos aquilo, logo as pessoas exigem mais de nós e não estamos capacitados para aquela exigência, pelo que num mês ou dois meses somos despedidos.”

Todavia, existe discriminação no acesso ao emprego relativamente aos jovens, designadamente os chamados imigrantes de segunda geração. Estes jovens referem, explicitamente, problemas de discriminação no mercado de trabalho, que, segundo eles, remetem para, uma espécie de discriminação herdada dos pais segundo as palavras de um dos líderes associativo de Margem Sul “ Neste momento o mercado de trabalho está difícil para os jovens imigrantes porque antes havia construção civil os pais levavam os filhos para as obras e agora como não existe obras, estes estão a ser discriminados e muitas vezes não encontram trabalhos. Por vezes há anúncios de trabalho e quando forem a procura ficam de fora. Às vezes os patrões preferem Brasileiros ou os imigrantes do leste do que um africano. E para muita gente os africanos não sabem fazer outras coisas, e daí a preferência por outras nacionalidades em detrimento dos africanos”. Na realidade, as grandes alterações económicas verificadas nos últimos anos têm piorado o nível de vida dos imigrantes.

É interessante notar que tanto homens, como mulheres foram atingidos. No entanto, como estas últimas tendem a concentrar-se em setores mais estáveis, e por isso menos afetados pela crise financeira e económica, acabaram por ser mais poupadas do que os homens.

Em relação ao género, Peixoto e Iorio (2010) salientam que a taxa de desemprego feminino, em 2009, foi relativamente mais baixa do que a sua equivalente masculina. Porém, com o acentuar da crise, após 2009, não só as mulheres continuam a estar expostas a elevadas taxas de desemprego, mas também os homens aumentaram a sua exposição a este fator, designadamente devido à crise na construção civil. Segundo os dados publicados, a partir de 2010, na comunicação social e em diversos estudos, os setores em que o desemprego é maior são as atividades administrativas e similares, a construção civil, a restauração, os serviços auxiliares, o comércio a grosso e a retalho, exatamente os setores socialmente desvalorizados pelos nativos e que, na maioria dos casos, observam sobre representação dos imigrantes. Porém, o valor do desemprego, por vezes, é enganador e mesmo irreal, uma vez que grande parte das imigrantes trabalhadoras está no mercado informal, principalmente nos serviços auxiliares, como as empregadas domésticas.

1.5. As estratégias de superação da crise

A crise económica que atingiu Portugal e o mundo, em meados de 2008, conduziu à quebra da atividade económica nos diferentes países e teve, como impacto direto, o aumento generalizado do desemprego, com incidência muito especial nas comunidades imigrantes. Deste modo, após um período de alguma prosperidade económica e migratória de Portugal, nos anos 80 e 90, do passado século XX, o início do novo milénio fez recuar o crescimento da economia portuguesa, com impacto muito negativo no mercado de trabalho e no aumento exponencial do desemprego.

Apesar de não existirem dados concretos sobre as consequências da crise económica na imigração em Portugal, há sinais de que aquela teve impacto na migração laboral, com consequências claras no mercado de trabalho português, e no agravamento do nível de vida da população. Como referimos, o desemprego teve uma subida gradual,

desde os primeiros anos do novo milénio, mais concretamente 2002, até aumentar significativamente a partir de 2008/09, chegando atingir a números nunca antes vistos.

Neste contexto de crise, os imigrantes têm a tendência a serem os primeiros a perder o emprego, devido ao fato de atuarem em setores da economia que estão sujeitos a oscilações da procura frequentes, como a construção, os serviços e a restauração, dependendo muito das conjunturas económicas. Assim, e desta forma, Tripier (1990) salientou que a taxa de desemprego massiva é diretamente proporcional à diminuição de trabalho, agravada com o aumento da precariedade e do trabalho em *Part time* e, também, com o crescimento do trabalho temporário e dos contratos a prazo. Efetivamente, em Portugal e no mundo inteiro, a situação laboral de muitos trabalhadores imigrantes arruinou-se com o acentuar da crise.

Quanto aos fatores que explicam o aumento do desemprego dos imigrantes, segundo o relatório da OIM, 2010 “A migração e a crise económica na União Europeia: implicações políticas”, poderão estar relacionados com a concentração relativa de migrantes em setores da economia extremamente sensíveis ao ciclo económico. De facto, variando de país para país, os imigrantes têm a tendência de concentrar-se em determinados setores, preterindo outros. Outro fator que contribui para esse aumento está ligado aos despedimentos individuais e coletivos, devido ao encerramento de empresas (Peixoto e Iorio, 2010). Todos os dias, aparece na comunicação social um anúncio de despedimento dos trabalhadores, devido aos encerramentos das empresas ou de fábricas, por motivos da crise económica.

Neste quadro de dificuldades, há mudanças em todos os níveis da sociedade, com agravamento de qualidade de vida. Na verdade, a crise financeira e económica, com as suas repercussões na retração do mercado de trabalho e na redução de salários, gera uma diversidade de impactos sociais que se traduzem num agravamento das situações de pobreza e na exclusão social, que atingem tanto os nacionais como os imigrantes residentes em Portugal.

No que se refere às estratégias para solucionar a crise e para fazer face a esse cenário de desemprego, os imigrantes estão a adaptar-se à situação, tornando-se trabalhadores por conta própria ou mudando para outros setores de atividade, de modo a

evitar o desemprego de longa duração. Sendo assim, de forma sucinta, pode-se afirmar que há uma certa mobilidade profissional, só que esta envolve uma transição para profissões com categorias profissionais de estatuto idêntico, ou seja, como não há trabalho, por vezes, os trabalhadores têm que mudar para setores diferentes daqueles a que estavam habituados, para poderem estar inseridos no mercado de trabalho. De acordo com o relatório da OIM (2010) citado anteriormente, em Espanha, existem alguns indícios de que os trabalhadores migrantes se adaptaram ao agravamento da situação do desemprego, tornando-se trabalhadores por conta própria ou mudando para setores de emprego não cíclico, de modo a evitar longos períodos de desemprego. Deste modo, a crise económica está a aumentar a mobilidade intersectorial dos imigrantes, uma vez que estes procuram novas oportunidades de emprego, em setores diferentes daqueles em que se encontravam incorporados. Em Portugal, há sinais claros de que os trabalhadores imigrantes da construção civil se transferem para outros setores para poderem estar inseridos no mercado de trabalho.

A migração para a Europa do Sul é laboral e as consequências da crise variam consoante o perfil dos migrantes e a respetiva posição na economia, notando-se um constante desenvolvimento da economia informal, como forma de ultrapassar as dificuldades do mercado de trabalho. Peixoto e Iorio (2010) evidenciam que a crise desenvolveu a economia informal através de trabalho não declarado e subdeclaração de salários. Por conseguinte, parecem ter-se desenvolvido as redes informais de subcontratação, por vezes de natureza coétnica, que colocam problemas às condições de trabalho. Ainda assim, alguns autores e os dirigentes associativos defendem que, neste período de grande dificuldade económica, muitos imigrantes não conseguem renovar o título de residência porque não têm rendimento ou por não terem como comprovar os meios de subsistência, podendo, desta forma, ficar irregulares e com um problema jurídico que se vai adicionar às carências económicas e sociais.

Neste quadro crescente de aumento de desemprego, muitos países estão a adotar políticas de retorno para estimularem os migrantes a regressarem para o país natal. Segundo o relatório da OIM (2010), no final de 2008, a Espanha adotou uma nova regulamentação para apoiar o retorno voluntário de migrantes não comunitários desempregados, em que os beneficiários deste programa recebem as suas prestações de

desemprego acumuladas em duas prestações fixas: uma antecipadamente e outra aquando do retorno, na condição de não regressarem a Espanha durante três anos.

Para além das estratégias acima apresentadas, pode-se ainda assinalar que há outras como: acomodação e precariedade; retorno à agricultura através de cultivo de hortas citadinas que constitui uma estratégia de subsistência alimentar, dado que o resultado da produção é exclusivamente para o consumo amenizando as despesas familiares; formação e capacitação dos imigrantes para as novas exigências do mercado de trabalho. Além disso, alguns autores destacam o acesso às prestações sociais, como forma de atenuar os efeitos da crise. Contudo, é uma solução com efeitos limitados, tanto no tempo, como no montante a receber. Desta forma, alguns imigrantes podem, muitas vezes, ter mais obstáculos em reclamar prestações de desemprego devido à sua condição particular de estrangeiros, principalmente aqueles que possuem baixas qualificações e se encontram em situações de irregularidade jurídica. De qualquer forma, em muitos países, os imigrantes estão a recorrer, em parceria ou isoladamente, às instituições que prestam apoio social, de cariz religioso ou outras, para pedir apoio para enfrentar a crise.

Finalmente, na atualidade, nota-se o aumento da mobilidade dos trabalhadores, tanto nacionais como imigrantes, tendo em conta a origem geográfica. No atual contexto da globalização, a reemigração é um fenómeno forçado pela recessão que abrange tanto os trabalhadores nacionais, como os imigrantes, que se tem intensificado muito nos últimos anos. Alguns autores defendem que, no contexto da crise, as medidas de patrulhamento de fronteiras reforçam o efeito da crise, colocando os migrantes em situação ainda mais candente. De acordo com a Agência Frontex (citado/a em relatório de OIM 2010), em 2008, os estados-membros registaram 175.004 deteções de entradas ilegais no território, nas fronteiras marítimas externas e nas fronteiras terrestres da UE, o que representou um aumento de 20 % em comparação com 2007.

Em síntese, salienta-se que o agravamento do desemprego que o mundo está a ressentir é consequência da atual situação económica, sendo fundamental avançar com políticas públicas que possam combater a tendência, dos últimos anos, de decadência das condições de funcionamento do mercado de trabalho. Obviamente, os efeitos da crise económica e financeira repercutem-se, naturalmente, sobre Portugal, já que já o

país tem uma economia aberta, muito dependente das suas relações com o exterior, quer como país exportador, quer como importador. As soluções para os problemas estão a ser difíceis de encontrar e espera-se pela alteração da conjuntura económica para melhorar o nível de vida da população, em geral, e dos imigrantes em, particular.

CAPÍTULO II

A Imigração cabo-verdiana em Portugal: uma síntese

2.1. A emigração cabo-verdiana: alguns fatores explicativos

A globalização marca todo o final do século XX e está intimamente ligada com o aumento dos fluxos migratórios. É neste contexto que a imigração cabo-verdiana atingiu o seu ponto mais alto em Portugal, na década de oitenta e de noventa do século passado. Como país do Sahel, Cabo Verde enfrenta, desde há muito, as rigorosas secas e fomes (Carreira 2002, citado em Furtado 2006). Para além das difíceis condições naturais, e tendo em conta os argumentos dos autores acima mencionados, dir-se-ia que os problemas de ordem estrutural do país têm a ver com a carência de vários suportes, a nível social e económico. Essas dificuldades associadas à escassez de recursos a vários níveis obrigaram os crioulos a procurar novos rumos, em busca de melhores condições de vida. Neste domínio, Portugal e outros países serviram como alternativa para uma demanda demográfica que, em muitos períodos, chegou a ser massiva, procurando a população crioula encontrar no exterior as oportunidades de trabalho e os recursos que escasseavam na própria terra.

Vários fatores têm contribuído para a continuada emigração cabo-verdiana, sendo de destacar: problemas económicos que resultam da irregularidade e escassez das chuvas, problemas relacionados com a fome e a miséria, problemas de carência dos serviços da primeira necessidade e sobretudo da falta dos recursos naturais. Considerando Cabo Verde como um país em formação, com taxa de desemprego, em 2007, de 17,8% para os homens e 25,7% para as mulheres, com um crescimento anual médio do PIB real de 5,7 por cento e um PIB *per capita* de 1.975 dólares (175 milhares de escudos, com elevada taxa da população na agricultura (INECV 2009)⁶, sem grandes indústrias, com escassos recursos naturais e bastante dependente das ajudas internacionais, é relativamente fácil identificar o quadro que sustentou, ao longo de séculos, uma significativa emigração.

Apesar da pertinência das causas económicas acima aludidas, a justificação principal para o problema em discussão não se confina apenas a elas. Há também que apontar a perspicácia e o “simples” desejo dos cidadãos de Cabo Verde em pretenderem deixar o seu país porque esta é uma prática que remonta há muitos séculos, tendo-se desenvolvido uma cultura migratória ativa que funciona como um dos sustentáculos

⁶ INECV: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde

para um transnacionalismo bastante intenso (Malheiros, 2001; Góis, 2004). Efetivamente, Cabo Verde tem uma forte tradição de emigração e este fenómeno está enraizado na sociedade como meio de sobrevivência para a maioria dos crioulos. Adicionalmente, também as questões psicológicas têm um grande peso na tomada das decisões de emigrar em Cabo Verde. Assim, a emigração contemporânea cabo-verdiana também está profundamente ligada ao fator psicológico e ao desejo de conhecer outros destinos e de realizar sonhos.

Da experiência relativamente ao que se passa na emigração cabo-verdiana para o mundo, é interessante notar que, tal como acontece na maioria dos países do sul, também Cabo Verde segue a lógica das migrações internacionais, daí que, ao contrário do que parece, as pessoas mais desfavorecidas dificilmente emigram dado que não possuem capital e informação suficientes para se deslocarem para outros países (Furtado 2006).

Contudo, neste âmbito, nota-se uma diminuição da tendência emigratória que tem marcado a vida de todos os cabo-verdianos. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2013), os valores da taxa de migração líquida têm diminuindo desde o período da independência, nos anos de 1970 – 1975, em que atingem o valor de -19,1 migrantes por mil habitantes, passando para -5,1 entre 2005 – 2010 e com uma projeção de -4,7 por cada mil habitantes no período de 2010-2015.

Em síntese, e segundo Góis (2002), a emigração cabo-verdiana surgiu como alternativa para atenuar a forte pressão demográfica resultante de elevadas taxas de crescimento natural e de desemprego que o arquipélago viveu ao longo da sua existência. Na realidade, as grandes alterações sociais verificadas nos últimos anos acrescentaram um dado novo, em torno das migrações, que é a questão das remessas dos emigrantes que, segundo os dados do Banco de Cabo Verde (2009), aumentaram em termos globais desde 1990 até 2008, apesar de alguns períodos de ligeiros retrocessos, como é demonstrado na Figura 5.

US\$ milhões

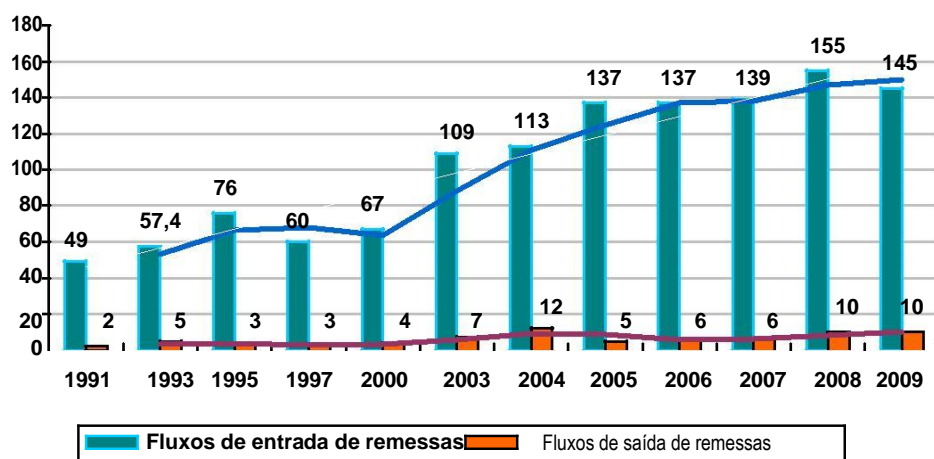


Figura 5: Fluxos de entrada e saída de remessas - Cabo Verde
Fontes: Banco de Cabo Verde

A generalidade dos estudos existentes aponta que a imigração cabo-verdiana para Portugal é apoiada por uma proximidade cultural e linguística e, também, pelas relações de confiança e solidariedade de familiares, amigos e conterrâneos. Deste modo, em Cabo Verde, as migrações dizem respeito a toda gente, sendo raro, se não mesmo impossível, encontrar gente que não tenha um familiar, amigo, parente, ou vizinho na diáspora, ou mesmo em Portugal (Góis, 2008). Sintetizando, muitos cabo-verdianos pretendem viver e trabalhar em Portugal, dado que os imigrantes podem contar com o apoio dos amigos e familiares que se encontram instalados há mais tempo no país e lhes podem oferecer habitação, apoio financeiro e outras formas de assistência consoante é necessário.

Pode ainda referir-se que a vinda de muitos cabo-verdianos na década de sessenta ficou a dever-se a fatores relacionados com as características e a dinâmica da economia e sociedade portuguesas, designadamente o desenvolvimento industrial e o crescimento urbano. Por outro lado, a guerra colonial e a forte emigração portuguesa para Europa Ocidental desviaram muita mão-de-obra nacional, sobretudo masculina, do mercado de trabalho, criando oportunidades de emprego na construção civil e nos serviços desqualificados (Fonseca 2009).

Note-se que, atualmente, os motivos laborais diretos já não serão a causa principal da imigração cabo-verdiana para Portugal, sendo de destacar, para além dos processos de reagrupamento familiar (Fonseca, 2005), presença de um elevado número

de imigrantes estudantes, sobretudo do ensino superior e profissional, alguns dos quais sem autorização para trabalhar e residir (SEF 2008). Efetivamente, o número de estudantes em cursos profissionais está a aumentar significativamente em todas as escolas profissionais de Portugal localizadas em municípios geminados com câmaras municipais cabo-verdianas. Trata-se de um problema complexo que afeta cada vez mais a comunidade cabo-verdiana em Portugal, uma vez que, após completada a formação, o mercado de trabalho de Cabo Verde não tem capacidade para absorver a larga maioria desses jovens, ainda mais quando o país está sob o efeito da crise económica mundial.

De uma forma geral, os principais fatores explicativos das migrações cabo-verdianas podem ser sintetizados da seguinte forma:

- Rápido crescimento demográfico que gera uma forte pressão demográfica;
- Secas prolongadas;
- Pobreza do subsolo e elevada carência de recursos naturais;
- Falta de acesso à propriedade ou ao uso da terra;
- Fomes (mais relevantes até aos anos 50);
- Fraco desenvolvimento da economia cabo-verdiana (economia frágil e de subsistência);
- Baixos níveis de vida da população;
- Altas taxas de desemprego e de subemprego;
- Baixos Salários;
- Facilidades dos meios de transporte e comunicação;
- Posicionamento geoestratégico de Cabo Verde no oceano Atlântico.

Para Portugal, as principais razões para a receção de cabo-verdianos são as seguintes:

- Falta de mão-de-obra no mercado secundário português;
- Diferenças salariais e de nível de vida entre Portugal e Cabo Verde;
- Circulação de informação sobre oportunidades de trabalho em Portugal;
- Acesso a redes sociais de familiares e amigos;
- Reunificação familiar;
- Melhor qualidade de Ensino em Portugal;

- Proximidade linguística e profundidade das ligações histórico-culturais;
- Facilidades dos meios de transporte e comunicação;
- Facilidade de movimento dentro do espaço Schengen e na Europa;

Sintetizando, várias razões provocaram as migrações cabo-verdianas para Portugal, verificando-se que todas estas causas unidas entre si caracterizam e determinam este processo imigratório e explicam o elevado número de crioulos residentes no país que, segundo os Censos de 2011, são a segunda comunidade estrangeira em Portugal, a seguir aos brasileiros.

2.2. Breve retrato da evolução da imigração cabo-verdiana em Portugal

A emigração de cabo-verdianos para Portugal é um fenómeno antigo que sempre acompanhou o desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana, cuja evolução ficou mais forte a partir da década de 60 do passado século XX e atingiu o seu pico na década de oitenta e noventa do mesmo século. De acordo com Góis (2008), os cabo-verdianos têm uma tradição e uma história migratória que os une a Portugal. Esta ideia é também partilhada por Pereira (2009) que defende que o fluxo de imigrantes laborais oriundos de Cabo Verde mais estabilizou mais cedo no cenário da imigração em Portugal. Paralelamente a esse facto, Malheiros *et al* (2012:13) salientam que a participação de Portugal na mobilidade internacional dos trabalhadores, no final do século XX, começou por envolver, em larga medida, cidadãos das ex- colónias que se deslocavam entre os seus países de origem e a metrópole, grande parte dos quais de origem cabo-verdiana.

Os estudos realizados por diversos autores Portugueses e Cabo-verdianos têm confirmado que a emigração cabo-verdiana para Portugal tem raízes históricas profundas e terá certamente começado ainda no século XVI ou XVII, pouco tempo depois da descoberta do arquipélago. Sendo assim, de acordo com dados históricos, a emigração cabo-verdiana iniciou-se com o povoamento, tendo a primeira grande corrente sido registada a partir dos finais do século XVII, sensivelmente entre 1685 e 1700 (Carreira, citado em Furtado, 2006). Note-se que, durante séculos, esta migração

desenvolveu-se quase subtilmente e sem despertar grande atenção. Pode-se dizer que durante muito tempo houve quase um desinteresse por este fenómeno migratório importante, mas sem grande visibilidade, uma vez que os valores absolutos de migrantes eram baixos comparados com os de outras origens e Cabo Verde é um pequeno arquipélago atlântico, periférico em relação ao continente africano.

Todavia, Góis (2002) salienta que a nação cabo-verdiana é constituída por povos que nasceram emigrantes, e a emigração pode ser considerada um fenómeno estável em Cabo Verde e acompanha mesmo a evolução socioeconómica das ilhas. Esta migração persistiu e consolidou-se ao longo da evolução da história de Cabo verde, mas só após a segunda Guerra Mundial veio a tomar outra visibilidade, uma vez que, Portugal passou a ser país de eleição dos cabo-verdianos que, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, totalizavam 43.920 cidadãos legalmente residentes em 2011 (43.979 em 2010). Sendo assim, Portugal é o segundo país, depois dos Estados Unidos, que ocupa o papel de recetor da diáspora cabo-verdiana. Porém, estudos recentes têm evidenciado Portugal como país da Europa com maior concentração de cabo-verdianos e seus descendentes. No que concerne à dimensão da comunidade, Batalha (2008) cita França, para realçar que a comunidade cabo-verdiana é única, grande e está concentrada em poucas cidades, enquanto os cabo-verdianos que vivem em Portugal encontram-se dispersos por várias e diferentes pequenas comunidades locais, cuja organização se verifica sobretudo ao nível das vizinhanças. Sendo assim, a presença da comunidade é visível e bem dispersa por todo país, incluído as ilhas da Madeira e dos Açores.

Fonseca (2008) afirma que a queda da ditadura em Portugal e a abertura à democracia em meados dos anos 70 do século passado, e a consequente independência das ex-colónias nos anos setenta, contribuíram para aumentar o número dos imigrantes em Portugal. Contudo, o caso cabo-verdiano assume, neste contexto, contornos particulares, uma vez que, como vimos atrás, os primeiros migrantes terão chegado nos anos 60 do século XX, portanto ainda durante o período colonial. Decorre daqui que os cabo-verdianos surgiram como os primeiros migrantes lusófonos a entrar em Portugal. Deve referir-se que a proximidade gerada pelas relações coloniais leva a que toda história da sociedade cabo-verdiana e muitas das referências culturais sejam profundamente influenciadas por Portugal, sendo bons exemplos os desportos (a maioria dos cidadãos apoiam equipas portuguesas) e a comunicação social, pois à hora a

que passa o telejornal, todos estão a usufruir das mesmas notícias, muito marcadas pelo que se passa em Portugal. Ademais, a comunidade cabo-verdiana continua a deixar a sua marca na sociedade portuguesa, não apenas como resultado da sua participação no mercado de trabalho, mas também do ponto de vista cultural, em domínios como a música, a gastronomia e também, de uma forma muito particular, a própria língua. Segundo Monteiro (2009:102) A música é entendida, como interação comunicativa, é fortemente sacudida, pelos ventos da globalização, sobretudo nos dias que correm, que a tornam mais universal, diversificada e híbrida e aproxima povos, culturas e fronteiras, facilitando a sua comunicação. Ou seja, é difícil irmos para as periferias norte de Lisboa, para Setúbal ou para o Algarve e não nos depararmos com pessoas pertencentes à comunidade cabo-verdiana que não conseguem compreender e comunicar em língua crioula.

Pereira (2009) realça que a evolução deste fluxo migratório para Portugal teve particular relevância nos vários laços que unem Portugal a Cabo Verde e que incluem a circulação de informação sobre as oportunidades de trabalho ou de residência e o acesso a redes sociais de familiares e amigos que facilitam a migração. Este fluxo é essencialmente de natureza laboral, em que a maioria dos imigrantes ocupa os sectores desqualificados do mercado de trabalho, tais como, a construção civil, serviços desqualificados, nomeadamente as limpezas domésticas e industriais (Batalha, 2008; Fonseca, 2008).

Pereira (2009) cita ainda Baganha et al (1999), para realçar precariedade laboral dos trabalhadores cabo-verdianos, fenómeno visível a partir da inexistência de vínculos laborais formais, não pagamento das contribuições para a segurança social, preponderância de contratos a termo, instabilidade no trabalho e maior fragilidade da situação do desemprego. Apesar da comunidade cabo-verdiana ser a mais antiga e consolidada, algumas associações entrevistadas afirmam que existem muitos trabalhadores da construção civil, no caso dos homens, e dos serviços domésticos, no que respeita às mulheres, que recebem salários inferiores aos da sua categoria profissional e dos trabalhos realizados, sobretudo quando comparados com os nacionais ou os trabalhadores de outras nacionalidades.

A evolução do número de Cabo-Verdianos residentes no país é crescente ao longo dos anos. Nestes 20 anos, em 1991 existiam 15714, sendo que 54,5% (8571) eram homens. Já em 2001, o número de imigrantes residentes no país ultrapassava os 30000, e tal como em 1991, o número de homens era superior ao de mulheres (apenas mais 843). Por último, em 2011 e face a 2001, o número de Cabo-Verdianos aumentou em 5750, e ao contrário dos últimos anos visados na análise, o número de mulheres era superior ao de homens, representando estas 52,3%, e os homens 47,7% do total de população residente, como demonstra a Figura 6.

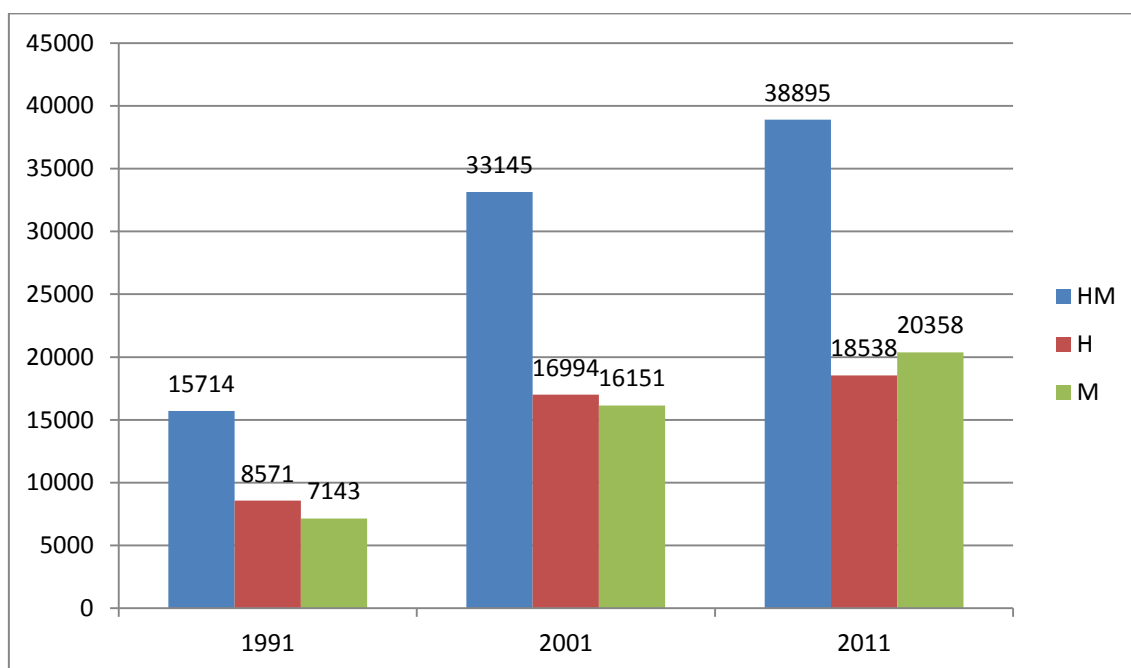


Figura 6 – Evolução da População Residente Cabo-Verdiana em Portugal, por género, 1991 a 2011 (N.º)
Fonte: Censos 1991; Censos 2001; Censos 2011

Ao fazer o historial da imigração cabo-verdiana para Portugal, Góis (2008) divide-a em três fases distintas: a primeira antes da independência de Cabo Verde; a segunda no período subsequente à independência e a terceira, mais contemporânea, corresponde à imigração laboral. Segundo esse mesmo autor, a primeira fase teve início antes da independência, nos anos 60 do passado século XX, com recrutamento de mão-de-obra cabo-verdiana para suprir a mão-de-obra local que por sua vez emigrara para Europa ocidental. Esta fase é caracterizada por ser essencialmente masculina, ou seja, a migração era principalmente de homens solteiros ou casados que deixavam famílias em Cabo Verde e vinham ocupar profissões não qualificadas, uma vez que havia falta de mão-de-obra em sectores como as obras públicas e algumas indústrias transformadoras. Segundo Esteves (citada por Malheiros *et al* (2012), este grupo de migrantes,

constituído por alguns milhares de indivíduos, vai tecer a rede onde se acolherão os migrantes futuros, criando as bases para o estabelecimento de uma cadeia migratória consolidada entre Cabo Verde e Portugal, com claro destaque para Lisboa e as suas periferias. Porém, pequenos grupos de migrantes cabo-verdianos ficaram instalados noutras zonas de país, onde os seus familiares ou conterrâneos já se tinham instalado. De entre as novas áreas destacam-se a região do Algarve, onde, a partir da década de sessenta, o incremento das atividades turísticas levou ao desenvolvimento do emprego na construção civil, obras públicas e nos serviços desqualificados.

Relativamente às mulheres começaram a chegar mais tarde, no quadro do reagrupamento familiar. Contudo, houve algumas que migraram individualmente. No entanto, logo na chegada, algumas mulheres, mantêm-se em casa levando a vida que tinham em Cabo Verde, cuidando das tarefas domésticas e dos filhos, enquanto outras começaram a trabalhar como ajudantes de cozinha, copeiras, vendedeiras de peixes, empregadas domésticas ou de limpezas industriais (França *et al* citado em Pereira, 2009). Nesta dinâmica crescente da imigração cabo-verdiana, Batalha (2008) afirma que os emigrantes cabo-verdianos com escolaridade básica e alguma qualificação profissional encaminharam-se para outros países da Europa, onde conseguiam emprego mais bem remunerado. A segunda fase, segundo Góis (2008), coincidiu com a independência de Cabo Verde e das outras ex-colónias africanas, verificando-se que muitos cabo-verdianos que viviam no arquipélago e noutros países africanos colonizados pelos portugueses, viajaram para Portugal, após o desmantelamento da administração colonial portuguesa. Segundo Góis (2008:15), em termos laborais, podem distinguir-se dois segmentos neste período migratório: i) os retornados cabo-verdianos com baixo nível de escolaridade e mais desqualificados que se inseriram em sectores como o da construção civil e obras públicas, os serviços de limpeza industrial ou doméstica, ou as vendas ambulantes; ii) os retornados cabo-verdianos mais qualificados que foram incorporados na função pública portuguesa.

A terceira fase da emigração cabo-verdiana para Portugal, segundo o mesmo autor em (2006), inclui os emigrantes laborais dos anos 80 até à atualidade. Esta fase teve início nos anos 80 do século XX e ficou marcada, para além da componente laboral, por um processo de reagrupamento familiar, o início da era da globalização e o pico da imigração cabo-verdiana em Portugal, coincidindo ainda, a partir de finais dos

anos 90, com a chegada dos imigrantes da Europa de Leste. O mesmo autor, Góis (2008) salienta que esta fase, ainda hoje a decorrer, é marcada por um forte predomínio de fluxos internacionais de trabalho e por um processo de reagrupamento familiar. Pelo descrito, parece claro que esses imigrantes se inseriram da mesma forma no mercado de trabalho, ou seja, nos sectores da construção civil e obras públicas, e dos serviços pessoais e domésticos, incluindo as limpezas industriais e domésticas.

Em suma, a partir da década de 80 do século XX, Portugal agrupou três tipos diferentes de migrantes cabo-verdianos: um primeiro tipo de migrantes laborais com entrada na década sessenta e que podiam possuir ou não a nacionalidade portuguesa; um segundo tipo de migrantes cabo-verdianos resultantes do repatriamento após independência ou de um processo de reunião familiar. Finalmente, identifica-se um terceiro tipo de imigrantes cabo-verdianos que corresponde aos trabalhadores imigrados mais recentes, a maioria inseridos no mercado de trabalho secundário.

No atual contexto da globalização que aparece associado à crescente dinâmica das migrações dos anos 80 e 90, os fluxos migratórios de cabo-verdianos para Portugal sofrem um crescimento assinalado, tendo atingido o seu pico neste período. Trata-se do período de entrada de Portugal na CEE e de expansão e modernização da economia portuguesa, ocorrendo faltas de mão-de-obra em diferentes sectores de atividade e uma corrida desenfreada por parte dos cabo-verdianos a integrarem-se nas supracitadas profissões que requerem baixo nível de qualificações.

Nos últimos anos, a situação dos imigrantes cabo-verdianos complicou-se a nível social e do emprego e mesmo a norma da emigração cabo-verdiana para Portugal parece estar a modificar-se. Efetivamente, os novos imigrantes têm níveis de escolaridade mais elevados do que os antigos, o que permite, pelo menos potencialmente e em termos de objetivos individuais, maior integração no mercado de trabalho e maior capacidade de reclamar os direitos e de lutar contra a discriminação e o racismo. Também estão a chegar num contexto sócio territorial distinto, marcado pelo desmantelamento dos bairros de barracas e degradados, o que implica maior dispersão no território e uma eventual redução das práticas comunitárias a nível local. Atualmente, esses imigrantes recém-chegados enfrentam a grande vaga de desemprego que Portugal, à semelhança de outros países do sul da Europa, está a viver. Peixoto e Iorio (2010)

adiantam algumas evidências em relação aos jovens que vêm estudar em Portugal, que não têm a noção de como irão fazer para pagar os estudos e que estão a ter problemas em renovar as suas autorizações de residência. Na verdade, como vimos, a imigração cabo-verdiana para Portugal não é exclusivamente laboral, pois o país acolhe uma grande comunidade estudantil de Cabo Verde, devido aos Acordos no domínio da Educação e Formação, quer a nível técnico-profissional, quer a nível superior. No momento atual, nota-se uma redução dos estudantes em relação ao nível superior, dada a propagação das instituições de Ensino superior em Cabo Verde, mas, pelo contrário, tem-se notado um crescente número de estudantes de cursos técnicos profissionais. Portugal recebe ainda, todos os anos, muitos doentes – e alguns dos seus familiares – provenientes de Cabo Verde, devido à cooperação dos dois países no domínio da saúde.

De acordo com os censos de 2011, a comunidade de nacionalidade cabo-verdiana é a segunda maior, com 38895 cidadãos residentes (33145 em 2001, o que se traduz numa taxa de variação de +17,4% para o decénio em causa). Tomando como referência o mesmo ano, mas recorrendo aos dados do SEF (2011), verifica-se uma ligeira diminuição da população de nacionalidade cabo-verdiana em relação a 2010 e 2009, o que resultará do efeito conjugado do incremento nas naturalizações proporcionado pela mudança legislativa de 2006 e de eventuais saídas do país indissociáveis do impacto do desemprego (na construção civil, por exemplo) e da atual crise económica e financeira. Estas saídas, como veremos, tanto podem ser por reemigração para países terceiros, como por retorno a Cabo Verde, país que vai dando sinais positivos em termos de desenvolvimento (passou de país de desenvolvimento baixo para país de desenvolvimento médio, segundo o PNUD) e de melhoria das condições de vida.

2.3. Os Imigrantes Cabo-verdianos na Área Metropolitana de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) tem 2 962,6 km² e agrupa 18 municípios da Grande Lisboa e da Península de Setúbal. É o território de maior aglomeração populacional do país, onde vivem quase 2,8 milhões de pessoas, segundo censos (2011). Segundo estes, residiam 394 496 estrangeiros em Portugal, representando 3,7 por cento do total de residente do país. Em termos da distribuição

geográfica, a AML concentrava mais de metade dos estrangeiros residentes no país (51,6%), sendo Sintra (8,9%), Lisboa (8,7%), Amadora (4,8%), Cascais (4,8) e Loures (4,5%), os municípios que mais contribuíam para esta situação.

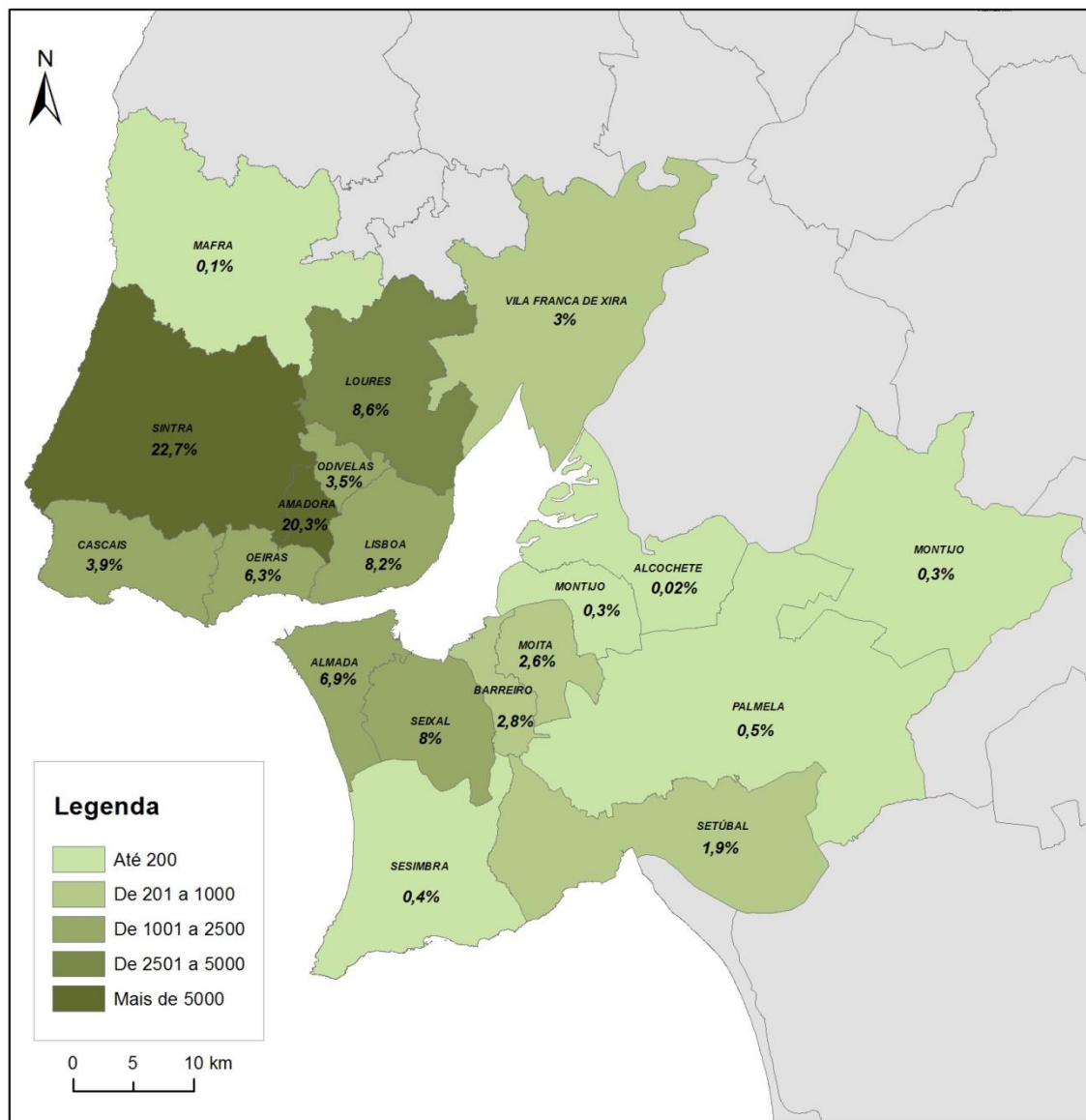


Figura 7: Distribuição espacial da população residente cabo-verdiana na área metropolitana de Lisboa

Fonte: Dados Censos 2011 (Elaboração própria).

De acordo com a figura 7, no que se refere à distribuição geográfica dos cabo-verdianos, observa-se que têm uma distribuição algo concentrada no território da AML, o que está em sintonia com estudos realizados em anos anteriores e que tomavam como referência os dados dos censos de 2001 (Malheiros e Vala, 2004; Malheiros e Fonseca, 2011). Os dois principais municípios de residência dos cabo-verdianos na AML são Sintra (22,7%) e Amadora (20,3%), que concentram pouco menos de metade desta

população. Num segundo nível, podemos identificar Loures (8,6%), Lisboa (8,2%), Seixal (8%), Almada (6,9%) e Oeiras (6,3%). Decorre destes dados, por um lado o facto de os cabo-verdianos estarem bastante mais presentes na Margem Norte da AML do que na Margem Sul e, por outro, a sua importante concentração na maior área metropolitana do país, espaço em que residiam 67% dos cabo-verdianos residentes em Portugal, em 2011 (INE 2012).

Relativamente à análise comparativa por sexos, esta revela um aumento do número de efetivos, tanto no que respeita a homens, como a mulheres (mais acentuado), entre 2001 e 2011. Com efeito, é interessante notar que da população residente, em 2011, havia mais mulheres 20351, do que homens 18537, ao contrário de 2001 em que o número dos homens foi superior ao das mulheres (16994 H e 16151 M - Censos, 2001). Em síntese, entre 2001 e 2011, ocorreram alterações com algum significado, verificando-se um crescimento de 5750 indivíduos, correspondendo a cerca de 10% do total, tendo-se alterado também a composição por sexos, com o número de mulheres a ultrapassar o número de homens. De fato, esta relação modificou-se, na última década, em resultado do efeitos do reagrupamento familiar dos últimos anos e do aumento do desemprego que tem estado a levar, sobretudo os homens, para a reemigração.

No que respeita à repartição territorial dos cabo-verdianos em Portugal, a AML é sem dúvida a principal área recetora, concentrando mais de dois terços da população total de residente e funcionando como porta de entrada dos imigrantes e mais tarde como placa giratória no interior da União Europeia (Góis, 2000). As razões desta concentração têm a ver com o facto de os primeiros imigrantes se terem instalado, em larga medida, nalguns concelhos da AML (Amadora, Lisboa, Sintra), o que levou à criação de redes de solidariedade e acolhimento que contribuíram para fixação dos imigrantes que posteriormente foram entrando no país (Malheiros 1996). Fonseca (2009) salienta que na Área Metropolitana de Lisboa e nas regiões urbanas os imigrantes podiam encontrar trabalho com maior facilidade, nomeadamente na construção civil e nos serviços mais desqualificados, como sejam as limpezas industriais e domésticas. De fato, as causas têm muito a ver com as oportunidades e facilidades de encontrar o trabalho.

É interessante notar que, sendo a comunidade crioula uma das mais antigas em Portugal e numericamente bastante grande, não se saiba exatamente os

números que lhe correspondem. Por um lado, muitos cabo-verdianos adquiriram a nacionalidade Portuguesa e não figuram nas estatísticas como estrangeiros ou cabo-verdianos, mas sim como cidadãos portugueses; por outro, a estatística tende a contabilizar somente aqueles que estão em situação regular e possuem Título de Residência válido. Por exemplo, nos dias que correm, é de realçar que existe um grande número de estudantes indocumentados e trabalhadores desempregados que não preenchem requisitos para renovação de residência e, portanto, não aparecem nas estatísticas apresentadas.

As estimativas atuais do número de cabo-verdianos a viver em Portugal variam, grosso modo, entre 50 mil e 80 mil, dependendo da fonte. As autoridades portuguesas apontam geralmente números mais baixos, enquanto as associações cabo-verdianas, de defesa dos direitos dos imigrantes e a embaixada indicam valores mais altos. Segundo o presidente da Federação das Organizações Cabo-verdianas em Portugal, Manuel Correia, em Portugal existem cerca de 200 mil a 250 mil cabo-verdianos residentes, o que, a ser verdade, aponta para um valor bastante superior aos números indicados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (os tais 43.920 cabo-verdianos).

CAPÍTULO III

Metodologia e Modelo de Análise

3.1. Metodologia

A componente de investigação empírica original desta tese baseou-se num conjunto de entrevistas realizadas a cabo-verdianos residentes na AML, a reemigrados e às associações que os representam, num período compreendido entre dezembro de 2012 e abril de 2013. O processo de seleção dos entrevistados tomou como ponto de partida os contactos possuídos pelo autor deste estudo e procurou obedecer a alguns critérios de equilíbrio amostral. Em termos concretos, foram entrevistados dez residentes (cinco mulheres e cinco homens), dez reemigrados (nove homens e uma mulher) e oito associações dos diferentes municípios da AML, onde se verifica grande concentração de cabo-verdianos. A identificação dos residentes e posterior realização das entrevistas revelou-se relativamente fácil, já que estes se encontram bastante concentrados no espaço e mostraram disponibilidade para responder às perguntas seleccionadas. Quanto ao processo de inquirição dos reemigrados, podemos aludir que foi ligeiramente mais difícil, uma vez que são pessoas que vivem fora de Portugal e que vêm ocasionalmente para passar férias ou resolver assuntos pontuais, tendo nós realizadas as entrevistas durante estes breves períodos de presença na AML. Refira-se que a discrepância entre homens e mulheres nas entrevistas dos reemigrados tem a ver com o grande número de indivíduos do sexo masculino desempregados resultante da crise na construção civil, o que se repercute numa aparente maior tendência para a saída destes. Finalmente, as entrevistas a associações foram justificadas pelo facto destas terem um papel importante na ajuda ao combate ao desemprego e às carências de imigrantes e suas famílias, essencialmente no momento difícil que o país de acolhimento atravessa.

É de salientar que todos aqueles que tentámos contactar, mostraram logo disponibilidade para colaborar com a referida entrevista. No entanto, um problema encontrado durante as entrevistas corresponde às dificuldades que alguns inquiridos tiveram em compreender as questões, processo que levou a uma reformulação destas, quer em termos de simplificação do vocabulário, quer à sua colocação em crioulo, para facilitar a compreensão. Refira-se que alguns inquiridos começavam a responder às perguntas em Português e terminavam em crioulo, o que constituiu um desafio adicional à interpretação dos resultados.

Para a realização deste trabalho, começámos por fazer consultas e pesquisas bibliográficas relacionadas com a crise e o tema em apreço. Num primeiro momento,

procurámos fazer um enquadramento das ideias e conceções veiculadas por diversos autores e entidades que se dedicam ao estudo dos fluxos migratórios. Assim, foi consultado um leque diversificado de obras que tratavam os assuntos em discussão, com destaque para as teorias que relacionam migrações e mercado de trabalho e, também, para as análises que se debruçam sobre os problemas dos imigrantes em contextos de crise económica e social. Sempre que possível, estas leituras foram confrontadas com a realidade e com casos empíricos.

Em termos mais concretos, a fundamentação teórica da dissertação baseia-se na exploração de bibliografia de referência específica, nacional e estrangeira, relativa às migrações, sobretudo laborais, à crise económica e aos impactos desta nas atividades laborais e no quotidiano dos imigrantes e, ainda, às estratégias mobilizadas por estes para superarem essas situações.

Relativamente à componente empírica do estudo, centrada na análise de casos de imigrantes cabo-verdianos residentes em Portugal, que se mantêm no país ou que reemigraram durante o período de crise (desde 2008), privilegiou-se o recurso ao método qualitativo que, para além de assegurar a exequibilidade no quadro do tempo disponível para a realização do trabalho, nos pareceu oferecer melhor visão e entendimento do problema em análise. Contudo, os casos de estudo foram devidamente enquadrados com base em informação proveniente de fontes secundárias, com destaque para as fontes estatísticas portuguesas produzidas, essencialmente, pelo INE e SEF e ainda pelo INE e Banco de Cabo Verde. A partir destas foram retidos ou construídos vários indicadores que caracterizam a comunidade cabo-verdiana apresentados em gráficos e mapas, para uma melhor leitura e interpretação dos dados.

A observação direta dos factos que se querem comprovar será realizada através de um conjunto de entrevistas efetuadas aos imigrantes residentes e às associações da área de estudo (AML). A nossa amostra tem um carácter ilustrativo e não representativo, sendo constituída por vinte e oito entrevistas, de dois tipos básicos: i) entrevistas individuais realizadas a dez cabo-verdianos residentes na AML e a outros dez cabo-verdianos que reemigraram de Portugal; ii) entrevistas institucionais dirigidas a oito associações cabo-verdianas localizadas em vários locais da Área Metropolitana de Lisboa, designadamente Setúbal, Seixal, Vale de Amoreira, Buraca, Amadora e Sintra. Estes locais foram escolhidos por registarem concentrações importantes de população

cabo-verdiana, para além de conseguirem dar uma imagem diversificada dos espaços ocupados pelos membros desta comunidade na AML.

Em termos mais detalhados, os dois tipos de indivíduos entrevistados respeitavam características relativamente específicas. Com efeito, o primeiro grupo (imigrantes na AML) foi constituído por indivíduos residentes, com idades compreendidas entre 23 e 51 anos, que imigraram entre 1997 e 2011, com o intuito de estudar e trabalhar. O segundo grupo de inquiridos (reemigrados) é composto por cabo-verdianos que viajaram para Portugal, entre 1989 e 2006, com a finalidade, por um lado, de estudar e, por outro, de melhorar as suas condições de vida, e que, posteriormente, deixaram o país para exercerem uma atividade profissional em outros países da União Europeia como a França, Holanda, Suíça, Luxemburgo e Inglaterra. Há ainda alguns que regressaram a Cabo Verde para tentar encontrar trabalho na área da formação que frequentaram em Portugal. Note-se que, no caso do segundo grupo, o número de entrevistas a indivíduos do sexo masculino é maior do que o número de entrevistas realizado a mulheres. Isto justifica-se pelo facto de o número de homens na reemigração ser superior ao de mulheres porque, conforme aludimos anteriormente, aqueles registam maior número de desempregados do que as mulheres, na medida em que este flagelo tem afetado mais os setores (e.g. construção civil) preferencialmente ocupados pelos homens. Além disso, apesar do modelo migratório tradicional marcado pela imigração inicial do membro masculino adulto da família e, apenas posteriormente, pela deslocação da mulher e, eventualmente, das crianças, não ter o carácter dominante do passado, ainda hoje se verifica uma sobre representação deste processo, o que também pode contribuir para a maior reemigração de homens.

No que diz respeito à natureza das entrevistas, é de lembrar que foram realizadas entre Dezembro de 2012 e Abril de 2013, tendo como base um conjunto de questões pré-selecionadas e direcionadas em função dos objetivos da investigação, respeitando, com flexibilidade, uma ordem de aplicação previamente estabelecida, a fim de facilitar a sequência do raciocínio e a posterior interpretação, embora se deixasse o entrevistado responder à vontade ao que lhe ia sendo colocado. Quanto ao contexto de aplicação, podemos dizer que as entrevistas se realizaram presencialmente, sendo gravadas e posteriormente transcritas. Para garantir a confidencialidade das informações obtidas, optamos pelo tratamento anónimo dos inquiridos, o que significou, no presente

trabalho, atribuir um número de um a dez aos inquiridos pertencentes a cada grupo de inquiridos.

Para proceder à realização das entrevistas, foi necessário contactar individualmente as pessoas que se haviam disponibilizado para dar o seu contributo, combinando, deste modo, a data, o local e a hora do encontro. Numa situação inicial, informámos aos inquiridos sobre os propósitos de estudo, o tempo de duração da entrevista e também pedimos a autorização para que a mesma fosse gravada, assegurando-lhes, *a priori*, total anonimato e confidencialidade das respostas, de modo a garantir a sua privacidade.

É de referir que o guião das entrevistas dos residentes é composto por quinze perguntas de resposta aberta; o guião dos reemigrados por dezoito perguntas e o das associações por vinte e cinco outras. Todas elas estão relacionadas com a vida em Cabo Verde, migração para Portugal, impacto da crise, experiência migratória dos cabo-verdianos em Portugal, intensidade da reemigração e efeitos da crise nos países para onde os crioulos fazem a reemigração. Pretende-se saber os motivos que os levaram a emigrar, a razão da escolha de Portugal, as suas trajetórias migratórias e profissionais, as principais dificuldades no momento de chegada e na obtenção de emprego, o ajustamento ou não do emprego atual à experiência profissional e às qualificações, os impactos da crise no trabalho e na vida quotidiana, o balanço da migração e as perspetivas de futuro. Em relação ao guião das associações, é constituído por perguntas relacionadas com dados da associação, mercado de trabalho, impacto e medidas para combater a crise.

Sintetizando a sequência de tarefas, para concretizarmos este trabalho, começámos por fazer consultas e pesquisas bibliográficas relacionadas com o tema. Seguidamente realizou-se o trabalho de campo que incorporava entrevistas às associações de imigrantes cabo-verdianos, aos residentes nos diferentes concelhos da AML e, também, a alguns imigrantes reemigrados que voltaram a Portugal (provenientes de França, Suíça, Holanda, Inglaterra e Luxemburgo), para um período de férias ou porque o ciclo de atividade de trabalho no exterior encerrou. Finalmente, procedemos ao tratamento e análise dos dados obtidos, com destaque para a exploração do conteúdo das entrevistas gravadas. Há que referir que a própria história da vida do autor do presente trabalho, que já esteve nas condições de um emigrante em Portugal,

contribuiu bastante, quer para identificar quais as questões essenciais a colocar nos instrumentos de pesquisa, quer para interpretar as respostas que foram sendo obtidas.

De resto, a identificação de alguns entrevistados foi facilitada por uma rede de contactos pessoais, envolvendo imigrantes, pessoas amigas e familiares e, ainda, pelo recurso às associações de intervenção local em bairros com forte concentração de imigrantes cabo-verdianos como a Bela Vista em Setúbal, Vale de Amoreira na Moita, Buraca na Amadora, Seixal e Sintra. Assim sendo, a escolha destas áreas de estudo deve-se à facilidade na aplicação dos questionários e à possibilidade de obtenção de informações fidedignas, dado o nosso conhecimento profundo da realidade em questão.

Após a realização das entrevistas, adotámos os seguintes procedimentos, em termos de tratamento da informação: em primeiro lugar, procedemos à sua transcrição; depois, efetuámos a construção de matrizes-síntese comparativas das respostas e, finalmente, realizámos a análise dos resultados propriamente dita que consiste na identificação de tipos de situações, problemas e opções e na sua interpretação com base no que os entrevistados afirmaram. Para a consecução desta última etapa, analisámos, primeiramente, as informações fornecidas pelos entrevistados residentes, reforçadas pelos dados facultados pelas associações, com o intento de contextualizar as referidas entrevistas. Seguidamente, fez-se a análise dos reemigrados e das suas estratégias de combate ao desemprego e à situação de crise económica e social e, por último, fizemos uma síntese comparativa das respostas dos residentes e dos reemigrados.

Não obstante a riqueza da informação recolhida, importa, igualmente, salientar algumas das suas limitações, nomeadamente as inúmeras dificuldades quanto ao acesso e/ou obtenção de dados estatísticos sobre a imigração cabo-verdiana como por exemplo a taxa de desemprego dos imigrantes cabo-verdianos. Outro constrangimento verificado é a escassez da bibliografia sobre os impactos sociais da crise económica em Portugal, nomeadamente sobre os imigrantes, uma vez que ela é recente e ainda não se conhecem os seus contornos absolutos.

3.1.1. Amostra - caracterização sociográfica básica dos entrevistados

No plano da caracterização da amostra, a maioria dos respondentes é jovem adulta com idade compreendida entre os 23 e os 51 anos. Cinco dos entrevistados vieram para Portugal no período de maior dinamismo económico e imigratório (1997-2006), um no ano anterior à crise e os restantes já na presente fase de contração da economia, essencialmente com o objetivo de estudar em Portugal. Importa, ainda, dizer que dos inquiridos três têm nacionalidade portuguesa, seis possuem títulos de residência válidos e um tem título de residência caducado. Todos os entrevistados vivem em municípios da AML.

No que tange à formação académica dos inquiridos, cabe-nos referir que abrange diferentes níveis de ensino, isto é, dois têm a formação básica, seis a formação secundária e dois a formação superior. No entanto, as diferenças relacionadas com o grau de escolaridade dos inquiridos não têm grandes reflexos nos seus modos de inserção no mercado de trabalho, uma vez que a maioria ocupa serviços que exigem baixa qualificação, como foi demonstrado na análise dos dados. Outro aspeto igualmente merecedor de destaque, diz respeito ao facto da maioria dos inquiridos, no momento da entrevista, viver com os familiares e repartir as despesas domésticas com os mesmos, contribuindo, desta forma, para reduzir o custo de vida e minimizar os efeitos da crise.

Relativamente aos reemigrados, trata-se de jovens-adultos e de alguns adultos com idades compreendidas entre 26 e 46 anos, sendo a maioria do sexo masculino, chegados a Portugal no período de maior dinamismo económico e imigratório (1989 – 2006), essencialmente com objetivos virados para estudos. Há, porém, outros motivos de emigração a salientar, que têm a ver com causas económicas (trabalho) e reunificação familiar. Contudo, apesar de a maioria ter formação superior adquirida em Portugal, o que reflete competências para exercer profissões qualificadas, verifica-se que há inúmeros problemas de inserção profissional desqualificante, dado o facto de os imigrantes não obterem, na maioria das situações, emprego equivalente à formação.

Em termos residenciais, todos os reemigrados inquiridos residiam em concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente Sintra, Setúbal, Lisboa, Amadora, Seixal e Vila Franca de Xira, antes de escolherem a nova área de residência.

3.2. Modelo de análise: esquematização da problemática

Nesta etapa, apresentaremos um esquema que integra toda a problemática em torno do tema desta pesquisa, isto é, das *Estratégias Mobilizadas pelos Migrantes Cabo-verdianos no Atual Contexto da Crise económica e financeira*, demonstrando todos os seus traços caracterizadores assim como a interligação entre os diferentes conceitos-chave, dos quais destacamos: crise, mercado de trabalho, efeitos económicos e sociais da crise, estratégias para fazer face à crise, qualidade de vida e, finalmente, imigração e imigrantes.

Com efeito, no centro do esquema, encontra-se o conceito de crise e na posição contextual de partida a mercado de trabalho, que inclui vulnerabilidades várias como, trabalho precário e frequentemente informal, grande mobilidade e a inserção em alguns setores, com particular destaque para a construção civil e para o serviço doméstico.

A crise económica que se vive em Portugal tem grande impacto no mercado de trabalho (e.g. despedimentos, reduções salariais), facto que contribui para o crescimento do setor informal e precário com nítidas consequências tanto para os trabalhadores nacionais como para os imigrantes. Ora dessas consequências, podemos destacar a redução da proteção legalmente conferida aos trabalhadores, o incremento da mobilidade, o aumento do número de horas trabalhadas e a escassez de oportunidades de promoção na carreira, que têm conduzido, deste modo, ao aumento da vulnerabilidade.

Reiteramos, igualmente, que a crise pode gerar problemas relacionados com o estatuto legal dos imigrantes. Efetivamente, como a renovação das autorizações de residência depende da posse de um contrato de trabalho, a passagem para situações de desemprego ou de trabalho informal impede que vários cabo-verdianos consigam manter a sua situação regular. Na verdade, existem vários cabo-verdianos com autorização de residência caducada, não conseguindo renová-la porque não têm meios suficientes para renová-la ou por não terem como comprovar os meios de subsistência

Para além dos problemas anteriormente mencionados, é de salientar que a crise parece estar a contribuir para o aumento da dependência do álcool e do consumo de drogas, de doenças depressivas e da violência doméstica segundo algumas associações

cabo-verdianas entrevistada. Um outro impacto relevante da crise consiste no aumento da exclusão e da discriminação ao nível do mercado de trabalho em termos de cor da pele, ao nome e mesmo o lugar da residência das pessoas. Isto, para além dos problemas familiares traduzidos nas dificuldades de satisfação das necessidades básicas (Peixoto e Iorio 2010). Contudo, um fator positivo a levar em linha de consideração é, sem qualquer margem de dúvida, o apoio que os cabo-verdianos têm recebido dos respetivos familiares, facto que, de certo modo, tem ajudado a esconder a pobreza e reduzir os impactos mais negativos da crise social. A família-providência emerge, também neste caso, como almofada capaz de atenuar os efeitos da crise económica e social e, eventualmente, como catalisador de ações pró-ativas da parte dos mais atingidos. De qualquer forma, o apoio de familiares é apenas uma das respostas que os imigrantes mobilizam para ultrapassar a crise. Uma vez que a dissertação incide, particularmente, sobre esta questão, o modelo analítico culmina com a identificação de possíveis estratégias “de superação de crise” que irão ser empiricamente testadas. De uma forma mais concreta, estas incluem:

- Recurso a reemigração sobretudo para os países da eu, por causa da falta de emprego, principalmente na construção civil, na hotelaria, na restauração e no serviço doméstico.
- Aceitação da maior precariedade laboral e acomodação a esta;
- Acumulação de emprego devido, por exemplo a processos de redução de salários e recurso à economia informal;
- Preferência pelo subsídio de desemprego atribuído pelo IEFP;
- Recurso à poupança;
- Recurso a instituições de solidariedade;
- Formação e capacitação dos imigrantes de modo a enfrentar o novo desafio do mercado de trabalho.
- Retorno à agricultura - cultivo das hortas urbanas.

Em síntese, os imigrantes cabo-verdianos em Portugal sempre viveram com dificuldades, sobretudo na fase inicial de inserção, que, em primeiro lugar, decorrem da sua sobre representação nos segmentos do mercado de trabalho secundário. Contudo, nestes últimos anos, com o espoletar e acentuar da crise e as consequentes deterioração

das condições salariais e aumento do desemprego, agravaram-se as dificuldades e reforçaram-se as carências e a precariedade. Na verdade, há relatos de diversos patrões sem escrúpulos, se estarem a aproveitar do momento de crise para aumentarem a exploração dos imigrantes, contribuindo para deteriorar o nível de vida dos mesmos, como ficou demonstrado na resposta de uma associação da região de Setúbal:

“ As condições de trabalhos de imigrantes são precárias em todos os sentidos, precária porque a nossa gente também por vezes não se informa e sujeita-se à exploração de patrões sem escrúpulos; precária mesmo os que têm contrato de trabalho por vezes são debitados nas folhas de salários, dias de falta suficiente para que em caso de desemprego aquela pessoa tenha o mínimo de subsídio porque os patrões querem fugir ao pagamento da segurança social e o trabalhador é prejudicado. Ainda precária, porque muitas vezes faz contrato de trabalho por ordenado mínimo nacional e depois recebem um outro acréscimo à parte, e eles não percebem que aquilo não é bom para eles mas sim para os patrões - eles são duplamente penalizados porque não descontam sobre aquele dinheiro: Efetivamente, se forem para o desemprego, o orçamento que vão receber também é baixo: em caso da reforma também será uma reforma mínima, e o que nós alertamos as pessoas que vêm ao nosso gabinete para tratar documentos, assim que nós vemos o recibo do ordenado, nós por vezes, questionarmos a pessoa é isto que ganhas? Um pedreiro a ganhar 485euros? Eles confirmam que não, mas não têm como contornar porque a proposta é de patrões e eles acabam por aceitar porque se não, há outras pessoas que aceitam. Portanto, há aqui um ciclo vicioso nos setores de trabalho que é preciso inverter e agora só conseguiríamos isso com uma boa regulamentação e fiscalização no terreno, porque não se pode construir uma obra em 6 meses quando metade dos trabalhadores trabalha 3 meses por ano. (...) Portanto, tinha que haver por parte da Segurança Social uma fiscalização melhor a esses patrões e não deixar os imigrantes na mão deles, porque o imigrante assina o recibo e a partir do momento que assinou, ele aceitou... (...) É imigrante, está fora do seu país, por vezes aceita isso por aliciamento do próprio patrão, não por vontade própria. Não é o imigrante que diz ao patrão para dar só 485 euros “e dás-me o resto fora porque me faz jeito” é o patrão que faz esta proposta.”

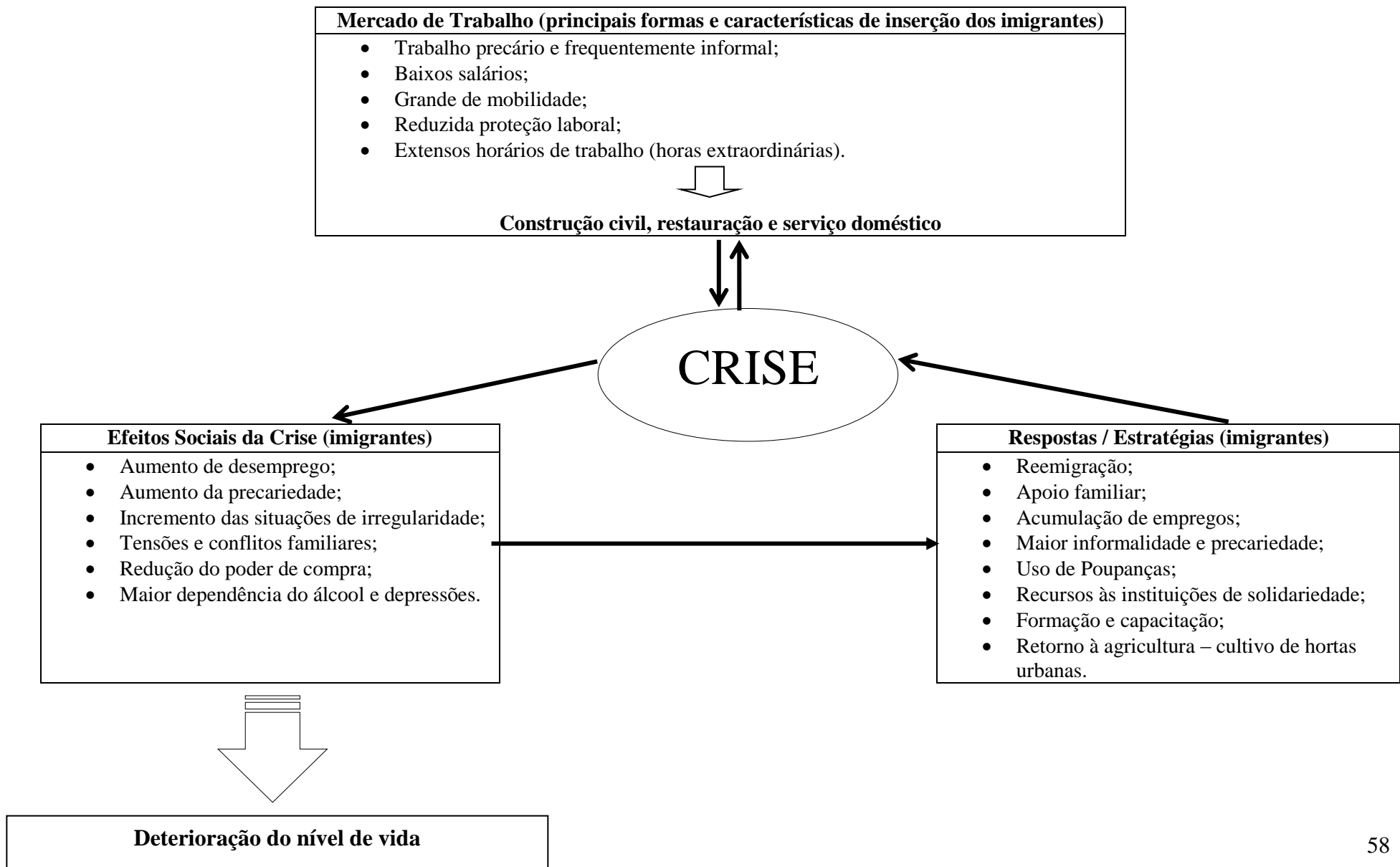


Figura 8: Modelo de Análise: Esquematização da Problemática (elaboração própria)

CAPÍTULO IV

Estratégias mobilizadas pelos migrantes Cabo-verdianos no Contexto da Crise

4. Estratégias Mobilizadas pelos Migrantes Cabo-Verdianos em Portugal no Contexto da Crise

No presente capítulo, procede-se à análise dos resultados obtidos a partir dos instrumentos de recolha direta de informação aplicados à amostra ilustrativa de imigrantes residentes e de reemigrados, com o objetivo de dar resposta às questões em estudo. Na primeira parte estão apresentados o percurso migratório dos entrevistados até chegada a Portugal. Na parte seguinte são apresentados os resultados dos impactos da crise. Na terceira parte, seguem-se as estratégias adotadas dos que ficaram e dos reemigrados e, por último, faz-se uma síntese comparativa entre os entrevistados residentes e os entrevistados reemigrados.

4.1. Percurso migratório de Cabo Verde até Portugal

Em relação ao perfil dos inquiridos, predominam os jovens e os adultos com idades compreendidas entre 23 e 51 anos. A maioria dos entrevistados veio para Portugal no período de maior dinamismo económico e imigratório (1989-2006), um entrevistado chegou no ano anterior ao espoletar da crise de 2007/08 e os restantes vieram já no período da crise económica e financeira. Dos entrevistados, onze têm nacionalidade portuguesa e, nove são cidadãos estrangeiros com nacionalidade cabo-verdiana, possuidores de títulos de residência, encontrando-se um destes caducado.

Quanto aos motivos da emigração para Portugal, verificou-se uma diversidade de fatores apontados, destacando-se como mais importantes: estudos, reunificação familiar, motivos económicos e a procura de melhores condições de vida. Neste âmbito, o Entrevistado nº5⁷ realçou:

“A principal causa da emigração é a necessidade de acesso ao ensino superior... e enfim, fazer uma licenciatura e ter um bom emprego na minha terra.”

⁷ Sexo: feminino; idade 29 anos; data de emigração 2002; profissão: empregada de mesa.

O entrevistado nº 7⁸ também referiu:

“ Vim para Portugal a procura de uma vida melhor e encontrar com a minha mulher e os meus filhos. Aproveitei para trazer o outro filho que estava em Cabo Verde.”

O entrevistado nº 15⁹ respondeu:

“O motivo que me fez viajar para Portugal foi basicamente os estudos. Tive conhecimento de um concurso lançado pela Universidade Católica Portuguesa para a atribuição de vagas para os estudantes estrangeiros, candidatei-me e fui selecionado.”

Mas há aqueles que destacam os motivos económicos e a melhoria das condições de vida, por vezes em associação com outros fatores. Por exemplo, o entrevistado nº 7 referiu:

“ Vim para Portugal a procura de uma vida melhor e encontrar com a minha mulher e os meus filhos. Aproveitei para trazer o outro filho que estava em Cabo Verde.”

Já o entrevistado nº 13¹⁰ diz:

“Vim para Portugal para trabalhar e proporcionar uma vida melhor para os meus familiares em Cabo Verde.”

Neste ponto é importante relembrar que a imigração africana para Portugal é essencialmente laboral, com exceção de alguns angolanos e guineenses que vieram por motivos políticos. Como evidenciam os excertos incluídos acima, a maioria dos cabo-verdianos chegou a Portugal para trabalhar ou para estudar, emergindo este motivo como uma razão fundamental da imigração dos jovens cabo-verdianos ao longo das últimas duas décadas como, de resto, vêm demonstrando outros estudos (Embaixada de Cabo Verde/Geoideia, 1999).

⁸ Sexo: masculino; idade 29 anos; data de emigração 2009; profissão: empregado de limpeza.

⁹ Sexo: masculino; idade: 26 anos; data da emigração 2006; país de reemigração: Luxemburgo; ano de 2010; profissão: operário de fábrica.

¹⁰ Sexo: Masculino; idade:43 anos; ano de Emigração 2000; País de Reemigração: França; Ano 2009; profissão pedreiro

As razões da escolha de Portugal têm a ver com língua, a proximidade geográfica, razões históricas e culturais e facilidade de obtenção de vistos, como ficou demonstrado nas respostas seguintes:

“Escolhi Portugal, porque na altura tinha trabalho e era único país europeu em que acolhia os imigrantes cabo-verdianos e, também porque era mais fácil emigrar para Portugal, em comparação com outros países europeus.” – Entrevistado nº 12¹¹

“Portugal é um país onde eu tenho muitos familiares, tenho facilidade na língua que é parecida com o crioulo.” - Entrevistado nº 1.

“Acho que Portugal é porta de entrada para outros países da Europa e é o país mais simples de entrar para nós os africanos.” - Entrevistado nº 7.

Escolhi Portugal por ser um país muito parecido com Cabo Verde, na qual, têm uma relação muito próxima, e também porque ambos falamos português, o que facilita muito. Também tinha cá o meu pai e o meu irmão.” - Entrevistado nº3.

“Foi em Portugal que encontrei vaga para dar continuidade aos meus estudos e também por causa da facilidade da língua.” - Entrevistado nº 19¹².

Góis (2008) defendeu que a emigração para Portugal é apoiada por uma proximidade cultural e linguística, e pelas relações de confiança e solidariedade de familiares, amigos e conterrâneos. O mesmo acrescenta que dificilmente se encontra cabo-verdiano que não tenha um familiar, amigo, parente ou vizinho em Portugal ou na diáspora. A proximidade entre os dois países contribui para suavizar a entrada em Portugal.

Em relação às profissões desempenhadas pelos entrevistados em Cabo Verde, há uma diversidade de níveis de qualificação e ocupações que incluem: estudante, jornalista, professor, fiscal da Câmara Municipal, oficial de justiça, pedreiro, servente, empregado de balcão, pintor, mineiro e motorista.

¹¹ Sexo: masculino; idade:42 anos; ano de emigração 1999; País de reemigração: França; ano 2008; profissão: armador de ferro.

¹² Sexo: masculino; idade: 27 anos; ano de emigração: 2002; país de reemigração: Cabo Verde; ano 2011; profissão: desempregado.

No que concerne às principais dificuldades encontradas no momento de chegada, constatou-se que todos os indivíduos tiveram dificuldades de adaptação. As respostas foram diversificadas, como retratam estas entrevistas:

“A maior dificuldade tem a ver com a adaptação ao clima e ao sistema administrativo e burocrático do país.” - Entrevistado nº 14¹³.

“A maior dificuldade tem a ver com a adaptação ao clima e a cultura, dificuldades financeiras para suportar os estudos.” - Entrevistado nº 20¹⁴.

Outros salientaram a dificuldade da língua, racismo e a burocracia, conforme se pode verificar na resposta do entrevistado nº 12¹⁵:

“As dificuldades foram muitas... Tive problemas com o idioma, porque não sabia falar bem o português, tive problema de integração, sofri muito com o racismo.”

Alguns dos respondentes apontaram dificuldades na entrada do mercado de trabalho, na integração, na alimentação, na procura de emprego, e na legalização da documentação:

“Um imigrante sempre sente dificuldade de vária ordem, por exemplo, ao nível do emprego, dificuldade financeiro, dificuldade de encontrar uma habitação e dificuldade na aquisição de documentação.” - Entrevistado nº 6¹⁶.

“Tive dificuldade principalmente na integração no mundo académico e a resistência ao clima. Foi muito difícil acompanhar a formação de início uma vez que cheguei muito atrasada e não estava acostumado com clima de Portugal.” - Entrevistado nº 5.

Na mesma linha de ideia é consensual que na vida de um imigrante não há facilidade como ficou comprovado na resposta do entrevistado nº 6:

¹³ Sexo: masculino; idade: 28 anos; ano de emigração 2003; país de reemigração: França; ano de reemigração: 2011; profissão: servente de pedreiro.

¹⁴ Sexo Feminino; Idade 32 anos; ano de emigração 2004; país de Reemigração: Suíça; ano 2011; profissão: Baby siter.

¹⁵ Sexo :masculino; idade: 42 anos; ano de emigração:1999; país de reemigração :frança; ano 2008; profissão :pedreiro

¹⁶ Sexo: masculino; idade: 30 anos; ano de emigração: 2008; profissão: empregado de balcão.

“ A vida dos imigrantes nunca foi fácil em Portugal. De uma forma geral, os africanos chegando ao aeroporto, saindo daquela porta onde se diz saída, desce numa escada que é sempre a descer porque vem com uma ideia de que na Europa a vida é boa, porque as pessoas quando vão passar férias em Cabo Verde, aparecem todos bem vestidos, com ouro e dinheiro. Só que chegando aqui, a realidade é diferente, porque aquele dinheiro que pensariam em ganhar não há, aquele trabalho bom não há, aquela casa boa não há, a liberdade principalmente não existe.”

Por vezes o imigrante sente falta do carinho a que estava habituado no seu país de origem. Destaca-se aqui a resposta de um líder associativo de um dos municípios perto de Lisboa:

“Sentimos mais a falta de carinho, companheirismo porque nós africanos somos muito da casa do vizinho, do quintal da vizinha, do colo do avô, chegamos a Europa tudo é diferente. Já em África a imagem é diferente comparativamente com a Europa sendo que lá as pessoas são sempre solidárias umas com as outras, as portas estão sempre abertas para todos, chegas à Europa não vês nenhuma porta aberta; tu para visitar uma prima tens que ligar a dizer “olha vou lá”, para ela dizer “ele vem cá, vou- me preparar”, ou dizer “então hoje não posso”. Em África não existe isso, amanhece vou para casa da minha tia arrumo e vou para casa dela, aquela pessoa recebe de braços abertos, aqui não. Se não avisares, chegas lá e a porta está fechada; se calhar a pessoa está lá dentro mas não te abre a porta porque não avisaste.”

Por outro lado, o que torna, mais fácil a vida dos cabo-verdianos em Portugal é a sua solidariedade comunitária e/ou familiar e as associações comunitárias que os apoiam na satisfação de grande parte das suas necessidades, desde as dificuldades económicas ao acesso a documentação. Isto está em sintonia com as análises que realçam a importância das redes de amigos e conterrâneos no processo migratório, que, frequentemente, possuem um papel na integração e no amortecimento das dificuldades encontradas. Refira-se que alguns inquiridos chegam mesmo a salientar que não tiveram grandes dificuldades devido ao apoio familiar, como se pode constatar nas seguintes respostas:

“Quando cheguei em Portugal tinha o meu tio que estava a viver há 36 anos no país e, o conhecia mais que ninguém. Por isso não tive grandes dificuldades em conhecer as

áreas de grande Lisboa, porque ele me orientou, me encaminhou e me fez conhecer a vida em Portugal.” - Entrevistado nº 15.

”No momento da minha chegada não tive grandes dificuldades porque já conhecia o país, tinha muita gente cá, e os meus familiares têm ascendência portuguesa. Portugal não era estranho para mim.” - Entrevistado nº 3¹⁷.

No que diz respeito às trajetórias migratórias e profissionais, nota-se que todos os indivíduos vieram diretamente para Portugal e estiveram com os familiares, amigos ou conhecidos nos diferentes municípios de AML logo à chegada. Apenas seis dos entrevistados foram para outras regiões do país. No entanto, mais tarde voltaram à Área Metropolitana de Lisboa, como fica patente nas seguintes respostas:

“Quando cheguei a Portugal fui estudar para Nisa onde havia estudante cabo-verdiano. Fiquei lá quatro meses, mas não consegui adaptar porque era uma localidade muito parada;, então decidi ir viver em Lisboa, onde tenho uma tia que precisava de alguém para ficar com ela, pois morava sozinha.” - Entrevistado nº 16¹⁸.

“Cheguei a Portugal, tive que ir para a universidade de Évora, onde tive que fazer amizades num ambiente onde não conhecia ninguém. Depois de dois anos tive que mudar de curso para estudar na universidade do Algarve, no curso de gestão de empresas. Tive que arranjar emprego através de amigos no McDonald’s e trabalhos de verão, contando ainda com a ajuda do meu pai para poder financiar os meus estudos. E agora vivo em Lisboa há três anos.” - Entrevistado nº 5.

“Quando cheguei em Lisboa fiquei na casa da minha irmã e depois de tratar alguns documentos era para ter ido ao norte inscrever-me na escola onde deram-me vaga para estudar, mas, por causa de dificuldade financeira, tive que ficar em Lisboa à procura de trabalho. No ano seguinte, consegui inscrever-me numa universidade em Lisboa e assim pude continuar com os meus estudos.” - Entrevistado nº 20.

Em termos de ocupações profissionais em Portugal, constatou-se que a maioria dos indivíduos desempenhava atividades de baixa qualificação como, servente de pedreiro, pintor, jardineiro, empregada doméstica, empregada de mesa, empregada de limpeza, empregada de balcão, empregado de limpeza, operador de caixa, guarda-

¹⁷ Sexo: masculino; idade 38 anos; ano de emigração 1997; profissão: Jornalista

¹⁸ Sexo: masculino; idade 33 anos; ano de emigração 2002; país de reemigração Cabo verde; ano 2011; profissão advogada

noturno, operário de fábrica. Na esteira de outros trabalhos (Malheiros, 2012), confirma-se a existência de percursos marcados por um processo de mobilidade profissional descendente (comparem-se as referências efetuadas atrás às profissões no país de origem com as desempenhadas em Portugal), normalmente mais significativa nos anos iniciais de inserção no mercado de trabalho português.

Apesar desta situação, alguns entrevistados eram estudantes e um exerceu função de jornalista, como ficou demonstrado na resposta do entrevistado nº 3:

“No Porto surgiu o convite, de vir trabalhar nestes órgãos de comunicação social em Lisboa e aí não tive nenhum problema de integração. Considero-me um privilegiado, cheguei numa altura em que estavam a abrir alguns canais de emissão para os países da Língua Portuguesa, canais com temática específica sobre a África e também, essa agência precisava de alguém para trabalhar e eu fui o escolhido, e fui fazer o que sempre quis fazer e gostei de fazer.”

É de salientar que, se vários entrevistados trabalharam com contrato, muitos houve que nunca o possuíram, demonstrando isto a precariedade existente no mercado de trabalho, que, de resto, se está a agravar, como ficou relatado pela resposta da Associação de Lisboa:

“Em Portugal não havendo o mercado de trabalho tão amplo, as pessoas fazem o que aparece. Os trabalhos que hoje são executados são aqueles que têm maior risco e são menos pagos. A qualidade de emprego diminuiu substancialmente aumentando a precariedade.”

Outro caso diz respeito a uma entrevistada que nunca chegou a trabalhar em Portugal, apesar das suas tentativas para encontrar emprego. Nas suas próprias palavras (entrevistada nº 4¹⁹)

“No momento da minha chegada, em 2010, fiquei com os meus familiares em Monte Abrão, apesar de vir estudar mas procurei emprego e não encontrei ainda. Queria trabalhar e estudar mas está a ser difícil para mim não há trabalho e estou a passar por dificuldades financeiras.”

¹⁹ Sexo: feminino; idade: 23; data de emigração: 2010; profissão: estudante

Em termos de profissões, quase todas as mulheres trabalham nas atividades de baixa qualificação, como empregada doméstica, serviços de hotelaria, limpeza, e na restauração, apesar de todas terem frequentado um estabelecimento de ensino no país de origem. Os homens também têm profissões de baixa qualificação, como servente de pedreiro, pintor, empregado de limpeza ou, jardineiro, frequentemente em situação precária, como se percebe na resposta de entrevistado nº 7, que disse:

“No momento da minha chegada comecei a trabalhar na construção civil, mas tarde trabalhei num supermercado como operador da caixa. Neste momento trabalho na Limpeza e com contrato a termo incerto.”

Em termos gerais, as profissões da construção civil tendem a ser dominantes entre os homens, mas a crise que atinge esta atividade tem levado a alguma diversificação. Efetivamente, em alguns bairros de grande concentração dos Cabo-verdianos, as profissões são, atualmente, muito diversas: barbeiro, cabeleireiros, mecânicos, bate-chapa, canalizador, comerciantes, pedreiro, carpinteiros, eletricitas, segurança, estucador, como ficou demonstrado na resposta da Federação das Organizações Cabo-Verdianas em Portugal:

“O primeiro domínio é o da construção civil e das obras públicas e o segundo agrupa profissões como área das limpezas e serviços de restauração, mas como esses setores estão em crise e aqui no bairro existem comerciantes, barbeiros, cabeleireiro, bate chapas, mecânicos, canalizadores, eletricitas, (...) .”

Neste quadro crescente da crise económica em Portugal, no seio da comunidade cabo-verdiana, há uma mudança de ocupação dos imigrantes. Assim, a crise aumentou a mobilidade intersectorial dos imigrantes e estes procuram novas oportunidades em empregos diferentes da construção civil e dos serviços domésticos em que o grosso de imigrantes está inserido. Para além da diversificação referida acima, há também sinais de que os imigrantes de sexo masculino, antes ocupados na construção civil, estão agora a regressar à agricultura de subsistência, cultivando as hortas citadinas como é observado ao longo do IC19 e no Vale de Amoreira, concelho da Moita. Destaca-se aqui o relato de uma das associações entrevistadas, da Margem Sul:

“ Há uma certa migração profissional, mas dentro da camada profissional, ou seja, como não há trabalho por vezes, os trabalhadores têm que mudar para poderem estar inseridos no mercado de trabalho. Por exemplo, muitos cabo-verdianos voltaram para a agricultura de sobrevivência.”

Importa ainda dizer, que em respostas aos elevados número de desempregado nos imigrantes, alguns estão a optar por trabalhar por conta própria como forma de combater o desemprego.

Com efeito, no seio da comunidade crioula, no presente momento existem muitos homens desocupados sem qualquer rendimento, o que afeta muito o processo de renovação do título de residência, dando origem a situações de irregularidade associadas ao desemprego.

Refira-se que a nova geração, nascida e/ou educada em Portugal, domina as áreas das novas tecnologias e algumas áreas de trabalho diferente das dos seus pais. Contudo, também neste caso, se verificam formas de inserção profissional desqualificantes, pois estes jovens tendem a estar inseridos principalmente em serviços na área de atendimento público ou segurança, em balcões de lojas, na McDonald's ou, nas *Telepizzas*, como foi relatado na resposta de uma das associações dose arredores de Lisboa:

“Nos últimos anos os cabo-verdianos não têm direção exata para determinado setor, porque essa mão-de-obra que estamos a falar é uma mão-de-obra não qualificada e estão em vários setores como por exemplo no comércio formal e informal, empreendedorismo, salão de cabeleireiro, *call center*, centros comerciais, principalmente na restauração das “comidas rápidas”.

É de salientar que a maioria dos indivíduos residentes ocupam profissões menos qualificadas, apesar de alguns possuírem curso superior feito em Portugal. Apenas um exerce uma profissão qualificada. Machado (2008) salienta que o facto de esses jovens serem, regra geral, mais qualificados do que os pais, se deve ao avanço estrutural das qualificações e ao próprio efeito de fase do ciclo de vida, Contudo, quanto à comparação na inserção no mercado de trabalho, pode concluir-se que as situações e percursos profissionais dos que estudaram são iguais aos que não estudaram, ou seja,

estão quase todos inseridos no mercado de trabalho secundário onde dominam a precariedade e o desemprego. De realçar que as entrevistas realizadas mostram que muitos migrantes, apesar de trajetos escolares mais ou menos longos, têm uma mobilidade profissional limitada, que os mantém dentro daqueles segmentos secundários do mercado de trabalho, apesar de algumas mudanças de ramo e de alguma melhoria das condições de trabalho.

Relativamente à procura de emprego e à inserção no mercado de trabalho, a maioria dos indivíduos respondeu que teve dificuldades para conseguir trabalhar, como se pode perceber na resposta do Entrevistado nº 5:

“Na altura da minha chegada, alguns empregadores tinham receio de contratar estudantes porque o documento não permitia trabalhar até a publicação de uma nova lei do estatuto do trabalhador estudante.”

Um entrevistado salientou que por falta de documentação teve dificuldade em ter contrato de trabalho. Importa sublinhar que os indivíduos que chegaram nos anos de 1997 a 2006 não tiveram problemas na procura de trabalho o que evidencia a prosperidade económica da época e a facilidade que vivia na altura, como nos conta entrevistado nº1²⁰:

“Assim que cheguei procurei o trabalho, já numa semana consegui o emprego e trabalhei logo com contrato, tudo legal e com desconto.”

A maioria encontrou emprego através de familiares, amigos, vizinhos, colegas de escola ou outros contactos, mais ocasionais como ficou relatado nas palavras do entrevistado nº 2²¹:

“No princípio quando cheguei as coisas estavam muito melhor de que agora, tive de procurar emprego e foi fácil encontrar com ajuda dos conterrâneos e familiares, trabalhei sempre com contracto de trabalho.”

²⁰ Sexo: masculino; idade: 51 anos; data de emigração 2000; profissão: pedreiro.

²¹ Sexo: masculino; idade: 50 anos; ano de emigração 1999; profissão Pintor

Alguns dos entrevistados apontaram como problemas, a falta de trabalho, burocracia, a crise económica e a falta da documentação legal para estar no país.

Destaca-se a precariedade no mercado de trabalho onde parte dos trabalhadores exerce atividade sem contrato, estando sujeitos a grande mobilidade, como ficou relatado na resposta da Associação da Região de Setúbal

“O trabalho dos cabo-verdianos é precário em todos os sentidos. Precário porque a nossa gente também por vezes não se informa e sujeita-se à exploração de patrões sem escrúpulos; precários mesmo os que têm contrato de trabalho - por vezes são debitados nas folhas de salários, dias de falta suficientes para que em caso de desemprego aquela pessoa tenha o mínimo de subsídio porque os patrões querem fugir ao pagamento da segurança social e é o trabalhador que é prejudicado. Também precário porque muitas vezes faz contrato de trabalho por ordenado mínimo nacional e depois recebem um outro acréscimo à parte e eles não percebem que aquilo não é bom para eles mas sim só para o patrão; eles são duplamente penalizados porque não descontam sobre aquele dinheiro. Assim, se forem para o desemprego, o orçamento que vão receber também é baixo, em caso da reforma também será uma reforma mínima.”

Constatou-se que a grande dificuldade de momento é a ausência de trabalho, o que dificulta a renovação de título de residência, como ficou demonstrado na resposta do líder da associação de Vale da Amoreira:

“Neste momento os sectores que os imigrantes ocupam estão em crise, daí a dificuldade na renovação do título. Há muitas pessoas que não têm como renovar o título de residência devido ao desemprego.”

Salienta-se que cinco dos entrevistados estão atualmente desempregados, o que exemplifica bem as dificuldades no mercado de trabalho devido aos efeitos da crise. É de realçar que as principais dificuldades que os imigrantes cabo-verdianos estão a ter neste momento são: dificuldades na renovação de título de residência, no acesso ao emprego e carências económicas das famílias. Neste domínio, destacam-se as palavras de um líder associativo da região de Setúbal:

“O caso mais complicado que estou a assistir neste momento é a falta do dinheiro e a diminuição de poder de compra das famílias, estas não podem comprar comidas para

os filhos, porque estão desempregados, penso que isto nos corta o coração quando nos chegam mãe, pai, ao mesmo tempo a dizer que não estamos a conseguir mais, temos dois ou três crianças e não há nada para comer em casa... O desemprego está a acabar com a dignidade do ser humano.”

Em relação à atuação das associações comunitárias, todos responderam que estas desempenham uma função importante no seio da comunidade cabo-verdiana, contribuindo para a resolução dos diferentes problemas das famílias. Entretanto, e em aparente paradoxo, a maioria dos respondentes afirmou que nunca recorreu à associação para resolver os seus problemas. Para além das referidas associações, outras instituições prestam apoio social, como as instituições religiosas, banco alimentar, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesias e outras.

Perante o contexto de crise, a emigração para outros países emerge como uma das alternativas possíveis. Contudo, e tal como seria de esperar, também estes enfrentam dificuldades nos países em que se instalaram, depois de saírem de Portugal. Em relação às dificuldades enfrentadas por estes reemigrados nas novas áreas de residência, as respostas são as mais diversas. Alguns mencionaram a língua como a maior dificuldade como se pode perceber nas palavras do entrevistado nº 13:

“ Tive dificuldade com a língua, o idioma que é falado no país é diferente do português, mas agora consegui perceber melhor.”

Outros indivíduos referiram a falta de documentos legais para trabalhar. Três dos entrevistados referiram a burocracia institucional como a maior dificuldade na nova área de destino. É de realçar as respostas de três dos reemigrados que apontaram outras dificuldades como adaptação ao clima, transporte e falta de trabalho.

Em síntese, pode-se frisar que são várias as dificuldades que os imigrantes enfrentam, nomeadamente, problemas de habitação, falta de trabalho, dificuldade no acesso à formação, dificuldade na renovação de título de residência, racismo, ausência da família, dificuldades económica das famílias entre outras. Deste modo, torna-se necessária uma cooperação entre o Estado de Portugal e Cabo Verde e as diferentes associações comunitárias de forma a melhorar o nível da comunidade.

4.2. Impacto da crise

A crise económica teve um impacto significativo na comunidade cabo-verdiana emigrada, embora as consequências sejam diferentes, variando de país para país. Durante a crise económica, a situação laboral dos imigrantes agravou-se mais rapidamente do que a dos nacionais. Entre 2008 e 2012, o aumento das taxas de desemprego dos imigrantes foi extremamente acentuado em comparação com os nacionais, devido à grande concentração de imigrantes em sectores como a construção civil, comércio, hotelaria e restauração. Assim, os efeitos mais diretos da crise sucedem ao nível do mercado de trabalho, com agravamento do desemprego e o aumento da precariedade laboral. De acordo com uma das associações da região de Amadora, as condições de trabalho dos imigrantes são degradantes, tanto para os homens como para as mulheres.

Relativamente ao impacto da crise, na pergunta relacionada com a situação atual dos imigrantes, constatou-se que a maioria dos residentes entrevistados está em situação de desemprego, como se pode observar em várias respostas:

“A minha situação é frustrante, estou desempregado há quatro anos e tenho estado deprimido com essa situação. De momento estou a sentir falta de muitas coisas. Estou a viver na casa da minha prima. Se não fosse ela, talvez estaria debaixo da ponte.”

Entrevistado nº 2:

“De momento estou desempregada e tenho problemas em arranjar emprego na área da minha formação e vivo com os meus familiares.” - Entrevistado nº 5.

“Neste momento estou a estudar numa escola profissional e estou desempregada e vivo com os meus familiares.” - Entrevistado nº 4.

“ O meu maior problema foi a falta de trabalho. Perdi muitas horas de trabalho, fazia 11 horas de trabalho diário e agora faço 12 horas de trabalho por semana. Perdi o trabalho porque tive doentes e não tinha regalias.” - Entrevistado nº 8²²

Verifica-se que a maioria dos entrevistados tem falta de trabalho e os que se encontram em situação de desemprego sobrevivem apenas com algumas horas de

²² Sexo: feminino; idade:46 anos: Ano de emigração:2002; profissão: empregada domestica

serviços em *part-time*, o que demonstra a dificuldade do mercado de trabalho. Estas dificuldades repercutem-se, naturalmente, na diminuição de rendimentos, sendo evidente o papel da família enquanto elemento de suporte afetivo e material, funcionando como uma verdadeira família que desempenha um papel de almofada da crise.

Efetivamente, todos os entrevistados vivem com familiares ou dividem a casa com amigos, parentes ou conhecidos, demonstrando o papel da família no acolhimento e apoio aos emigrados. Em termos de qualidade de vida, as condições dos imigrantes residentes pioraram bastante devido à carência dos recursos económicos, como é relatado na resposta de uma líder associativa da área de Sintra:

“As pessoas estão a perder recursos, estão a perder dinheiro, estão a perder o poder de compra. No outro dia fui a casa de uma senhora, o marido dela era reformado, por alguma razão abri o frigorífico e vi o vazio, aquilo fez-me impressão porque eu costumava ver o frigorífico da senhora em qualquer altura sempre cheio. Eu sinto que a crise está a ter impacto em tudo e mesmo a nível da alimentação. As coisas não estão fáceis, há pessoas que estão a dizer que já procuram trabalho de todas as formas possíveis e imaginárias até que já perderam a fé. Costumo dizer “não percam a fé”. Lembro-me de uma senhora que pediu microcrédito, abriu uma loja e depois fechou a loja e ficou com a dívida com o banco - tem marido doente -, essas situações retratam a realidade do que estamos a viver.”

Segundo Peixoto e Iorio (2010), a crise é transversal a toda a sociedade Portuguesa, mas atinge mais os imigrantes. No caso específico da comunidade cabo-verdiana, a crise tem afetado muitas famílias, com destaque para aquelas cujos membros desempenhavam trabalhos mais precários, gerando quer problemas materiais, quer um ligeiro aumento das tensões dentro da própria família e da comunidade, como se pode constatar pela resposta da Associação da Amadora:

“Hoje temos famílias que não conseguem pagar renda, água e a luz, e assim são despejadas de casa e tal situação tem contribuído para o crescimento dos Guetos, que sendo um problema social, origina conflitos e picardias entre a própria comunidade. Como consequência

de tudo isto, tem existido um aumento de situações de violência, suicídios, assassinios e outros tipos de problemas.

As pessoas que antes tinham situações relativamente estáveis acabaram endividadas, tal como os nacionais, devido à compra a crédito de carros e casas. Além disso, a crise económica tem trazido outros problemas como: aumento da dependência do álcool, problemas psicológicos como depressões, violência doméstica. O entrevistado nº 1 salienta: “está crise está a levar desunião no seio da comunidade, esta aumentar a separação dos casais, aumentar a delinquência”. Ainda a presente crise tem trazido atraso no pagamento da renda da casa e dificuldade para adquirir bens alimentares. O efeito da crise incita situações de desespero, pobreza e exclusão social, na sua manifestação exterior.

Relativamente à forma de pensar e de viver, a maioria dos indivíduos consideram que mudaram a sua maneira de ser e de pensar no contexto da atual crise, como ficou narrado nas respostas dos seguintes entrevistados:

“A crise não tem comparação, agora temos que tentar inventar algo para enfrentá-la. A crise está a levar desunião no seio da comunidade, está a aumentar a separação dos casais, aumentar a delinquência.” - Entrevistado nº1.

“Mudei a minha forma de pensar e de viver, porque a crise afetou o poder de compra. Isso vê-se na casa dos meus familiares em Lisboa em que antes havia tudo em casa e agora temos muito menos. O frigorífico antes andava sempre cheio agora está quase sempre vazio.” - Entrevistada Nº 4.

Dois dos entrevistados continuam a pensar da mesma forma, considerando a crise como passageira:

“A minha forma de viver não alterou porque continuo a fazer as mesmas coisas que fazia antes.” - Entrevistada nº3.

“Penso que a crise é passageira, por isso, a minha forma de pensar continua a mesma.”
- Entrevistado nº 10²³.

Em síntese, vários são os efeitos da crise no seio da comunidade e pode-se destacar a não renovação de título de residência, uma vez que os imigrantes desempregados não conseguem renovar a autorização de residência porque não têm meios suficientes para comprovar a sua subsistência. Desta forma, muitos imigrantes estão em situação irregular, como se pode verificar na resposta de uma das associações entrevistadas:

“O problema mais complicado é a legalização dos nossos imigrantes. Em todos os bairros que chegamos, deparamos com problemas que até para nós ficam complicados de perceber, de que forma é que as pessoas conseguiram viver tantos anos, sem saúde, sem apoio social, sem apoio do Estado. Como sabemos em Portugal quem não tem documentos não existe.”

Um outro efeito da crise é a mudança de ocupações dos imigrantes, sobretudo os homens que estão a procurar novas oportunidades de emprego em outros setores de atividade, que não sejam a construção civil, como se pode verificar na resposta de uma das associações de margem sul:

“Há uma certa migração profissional, onde os trabalhadores têm que mudar para poderem estar inseridos no mercado de trabalho. Por exemplo muitos cabo-verdianos voltaram para a agricultura de sobrevivência, o que permite minimizar os efeitos da crise.”

Em contraste com o que se acaba de descrever, a situação atual dos reemigrados entrevistados é bem distinta, uma vez que a maioria exerce uma atividade profissional remunerada. Três dos entrevistados mencionaram que a situação laboral é estável. Cinco dos respondentes admitiram que a sua situação se ajusta à experiência que adquiriram em Portugal. Contudo, a entrevistada nº 20 referiu que o seu emprego atual não se ajusta, uma vez que tem uma formação superior e está a trabalhar como *baby sitter*:

“Neste momento trabalho como *baby-sitter* e vivo com uma amiga dividindo as despesas.”

²³ Sexo: feminina; idade: 21 anos; ano de imigração 2011; Profissão estudante / empregada de mesa.

O entrevistado nº19²⁴, que se deslocou para o país de origem, encontra-se desempregado, procurando serviço na sua área de formação:

“Neste momento encontro-me desempregado. Vivo na casa dos meus pais, no Tarrafal de Santiago, e espero encontrar oportunidade de entrar no mundo laboral o mais breve possível.”

É de realçar que a maioria dos reemigrados possui cursos superiores adquiridos em Portugal. Dois dos inqueridos estão a desempenhar funções qualificadas, sendo um deles o entrevistado nº16, cujas palavras transpomos:

“Trabalho na Procuradoria – Geral da República de Cabo Verde, e vivo sozinho numa casa arrendada.”

Isto demonstra que o regresso a Cabo Verde pode, no quadro de algumas profissões, significar um aumento das possibilidades de entrar no mercado de trabalho e ter sucesso.

4.3. Estratégias adotadas pelos Entrevistados

Tal como muitos outros trabalhadores que perderam o emprego em Portugal, uma das estratégias mais imediatas mobilizada pelos inqueridos residentes desempregados e em situação regular, consiste em recorrer ao centro de emprego para encontrar trabalho e receber o subsídio, como destaca esta entrevistada:

“Neste momento vou manter a minha inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional. Ainda vou frequentar algumas ações de formação financiadas pelo mesmo, com direito a certificados e subsídios.” - Entrevistado nº 5.

Também a entrevistada nº 8 salientou que uma estratégia é:

²⁴Sexo: masculino; idade:27 anos; Ano de emigração:2002;país de reemigração Cabo Verde; ano 2011: profissão: desempregado

“Inscrever no centro de emprego e nas diferentes agências, para encontrar trabalho.”

O entrevistado nº 6 sugere outra solução, como fica demonstrado nesta resposta:

“A solução é procurar trabalho, recorrer às associações para formar e informar-se sobre o mercado de trabalho.”

Alguns apontaram outras estratégias, centradas não na procura de emprego, mas na redução da despesa, porventura complementada com a solicitação de apoio por parte de familiares, designadamente: comprar apenas o essencial, cortar na alimentação, arrendar casas com rendas baixas, fazer poupanças e recorrer a ajuda de familiares. A entrevistada nº 4 referiu:

“Para solucionar esse problema faço poupança com o dinheiro do subsídio da escola. E muitas vezes peço ajuda aos meus familiares.”

Destacam-se aqui as respostas da entrevistas realizadas a duas associações da Margem Sul, que mostram como estas organizações se mobilizaram para tentar dar respostas às necessidades crescentes de bens de primeira necessidade dos imigrados (e não só), identificando indivíduos carenciados, reforçando parcerias e implementando mecanismos de distribuição de alguns bens e de apoio à procura de trabalho, como evidenciam os excertos abaixo:

“Agora a associação tem um protocolo assinado com o Banco Alimentar e com a Segurança Social na área de fornecimento de géneros. Apoiamos mensalmente com géneros – arroz, massa, açúcar, feijão, atum, manteiga, e outras coisas mais, e todas as semanas, nas quintas-feiras, distribuimos os frios – hortaliças, iogurte às vezes quando recebemos, sumo, pão, bolachas e outras coisas e distribuimos indiscriminadamente às quintas-feiras. É claro, muitos cabo-verdianos por vezes não conseguem por motivo de trabalho, mas temos uma lista enorme, porque inicialmente distribuimos para toda a comunidade, independentemente de ser cabo-verdiano ou não, mas com as primeiras distribuições começaram a exceder, e começámos a ter dificuldades na distribuição. Deste modo, estabelecemos um parâmetro por x número de pessoas por semana e, neste momento, temos cento e tal pessoas e os géneros que costumamos receber não chega para uma distribuição... e às vezes nem chega para 50 pessoas, e assim estabelecemos um parâmetro por semana e as pessoas estão a receber alternadamente semana sim semana não.”

“A estratégia da associação é manter um diálogo contínuo com a população para nos percebemos quem está realmente a precisar de um apoio mais profundo e também manter o diálogo com redes de parceiros que nos vão dando indicação na procura de pequenos trabalhos, ainda que não sejam colocações douradoras, pequenos biscates que possam ajudar as pessoas nas suas despesas. Estamos solidários na procura de melhores soluções para ajudar os que mais necessitam.” Associação da Região de Setúbal.

Complementarmente, algumas associações, em parceria com o Centro de Emprego, promovem formações para capacitar os imigrantes para as novas exigências de mercado de trabalho. Segundo o relato da Federação das Organizações Cabo-verdianas em Portugal, essa formação pode ser em novas áreas como, por exemplo, as novas tecnologias de informação. O centro de emprego e os outros centros de formação devem cumprir o seu papel, incentivando as pessoas a frequentarem as ações de formação.

Uma outra estratégia não menos importante que os cabo-verdianos estão a usar neste momento para fazer face à crise, é o recurso ao cultivo de hortas urbanas, de onde sai uma ajuda preciosa para a subsistência de algumas famílias, como destacou um líder associativo do concelho da Amadora:

“As hortas urbanas é uma solução que têm vindo ajudar muitas famílias, em vez de a gente comprar couve no mercado temos uma hortinha e é sair ir buscar se calhar vão dar um pouco para o vizinho, quando não temos um Euro vai a horta comemos a couve, não dá para comprar o pão tiramos a batata e é uma rotatividade, aquilo está sempre a transformar-se e aqui em Portugal não existe falta da água e é só cuidarmos um pouco e atualmente as autarquias estão a ceder terrenos para isso e quem quiser pode fazer e isso acaba por ajudar muitas famílias e neste momento muitas famílias sobrevivem com aquilo que conseguem recolher do campo. A Câmara Municipal apoia a nível de adubos, água, e outros tipos de afins com finalidade de reduzir as necessidades das famílias.”

A prática desta agricultura urbana de proximidade ainda assume, em diversos casos, um carácter informal, apesar do esforço de regularização que está ser desenvolvido por diversos municípios metropolitanos, sendo complementada por outras estratégias de superação da crise, como o recurso à realização de biscates e ao apoio familiar e comunitário. Nas palavras do entrevistado nº3:

“Foram criadas hortas comunitárias a volta desses bairros, hortas que são ilegais, e que essas pessoas criaram como uma forma de sustento. Hoje, as Câmaras Municipais querem transformar essas hortas em hortas urbanas, mas nem todas as Câmaras Municipais têm terrenos e disponibilidade para tal; no entanto, há uma grande solidariedade entre a comunidade que de certa forma permite reduzir os efeitos da crise. O imigrante que mora no bairro nunca viveu bem e vive no limiar da pobreza, não tem como regressar para Cabo Verde e vai vivendo e sobrevivendo do trabalho que vai arrançando como empregada de limpeza, como pedreiro, e outros.”

Efetivamente, apesar das dificuldades da conjuntura económica, das limitações do mercado de trabalho e do já citado incremento de algumas tensões internas, a comunidade cabo-verdiana ainda se apresenta coesa e solidária e, muitas vezes, esconde a pobreza no seio da família e dos amigos, factos destacados nestas entrevistas: O entrevistado nº 3 referiu:

“O imigrante cabo-verdiano é um sobrevivente e se formos a um bairro como Cova da Moura há uma grande familiaridade, vizinhança, entreajuda, tu não tens comida eu tenho, tu precisas de açúcar eu tenho, portanto eu posso comprar durante um mês inteiro sem dinheiro; no final do mês pago a minha conta, há uma certa união entre as pessoas.” Entrevista nº3.

Alguns dos entrevistados apontam a reemigração, frequentemente com apoio familiar, como tentativa válida de solução para os problemas de momento, como se verifica nas palavras dos entrevistados nº 7, nº 1 e nº 4:

“A situação que estamos a enfrentar aqui é extremamente difícil, e pensamos que em outros países pode estar melhor, temos sempre uma alternativa em pensar sair, se calhar lá fora esta melhor.”

“Solução no futuro é sair de Portugal, não estou a ver trabalho em Portugal.”

“É sair para fora, ir à França, porque ali tenho a minha mãe e a minha filha.” - Entrevistado nº 4.

Contudo, mesmo no contexto de uma comunidade marcada pelo transnacionalismo (Góis, 2004), a opção por reemigrar nem sempre é imediata, uma vez que os laços sociais e familiares com Portugal funcionam como fatores de inércia geradores de dúvida, porventura com mais peso entre as mulheres, até porque o mercado de trabalho português parece ligeiramente mais favorável para estas. Como diz a entrevistada nº8:

“O meu projeto é o seguinte: se encontrar trabalho fico em Portugal, se não tenho que reemigrar, porque a situação não permite ficar.”

Já o entrevistado nº6 declarou:

“Não tenho um projeto, tanto posso ficar em Portugal, como sair para um outro sítio consoante a vida, porque muitas vezes o nosso plano é ter uma vida digna e pode ser aqui, em França ou na China, dependendo da oportunidade que tiver.”

Contudo, a reemigração é, efetivamente, vista como uma estratégia para fazer face à crise, verificando-se que muitos emigrantes cabo-verdianos já mobilizaram este processo no sentido de colmatar o problema do desemprego em Portugal.

Na amostra de reemigrados do presente estudo, todos os entrevistados deixaram Portugal entre 2008 e 2012, período dominado pelo agravamento da crise económica no país. As causas apontadas são: o desemprego, a crise económica, a falta de um trabalho digno e racional, as razões familiares, os estudos e a procura de melhores condições de vida. Contudo, a maioria dos indivíduos sublinhou o desemprego e a falta de ofertas de trabalho como as principais razões para a deslocação para o estrangeiro. Nesta linha, o entrevistado nº 12 referiu:

“O que me fez viajar para França, foi basicamente a falta de trabalho que havia em Portugal. Na altura, eu estava desempregado, por isso fui para Paris à procura de uma vida melhor.”

Ainda dois dos entrevistados salientaram a precariedade do mercado de trabalho, como destacou o entrevistado nº 14:

“Em Portugal há falta de trabalho estável e dignamente remunerado, por isso, muitas vezes trabalhamos para os patrões, sem grandes compensações.”

As respostas de três entrevistados realçaram outros fatores como: causas económicas, estudos e projeto da realização pessoal e a procura de emprego. O entrevistado nº 18²⁵ frisou:

“O que me levou a emigrar foi a situação económica e por outro lado, porque sempre tive projeto de depois de terminar os meus estudos em Portugal fazer um curso fora do país.”

Na maioria dos casos, os homens vão à procura de melhores condições de vida em outros países da UE, contudo continuando a maioria a manter o mesmo tipo de trabalho. De um modo geral, quem mais se aventura são os homens que possuem a nacionalidade portuguesa. As saídas estão a tornar-se claramente ligadas à facilidade de circulação no interior da UE e são influenciadas pela rede de amigos, vizinhos ou familiares que já se encontram nesses países. Repete-se, pois, neste novo quadro, a relevância da rede social dos imigrantes enquanto veículo de apoio à mobilidade e à inserção no novo contexto.

Tal como foi referido, apesar da maior vulnerabilidade dos imigrantes à crise económica, este não é um motivo suficientemente forte para o retorno à Cabo Verde. Contudo, existem casos de retorno entre os estudantes que concluem os seus cursos, algumas pessoas com certa qualificação ou indivíduos que já se reformaram. Os seguintes casos são ilustrativos deste processo, não dominante entre a maioria dos ativos:

“Penso ir para Cabo Verde trabalhar na área da minha formação.” - Entrevistado nº 10.

“Volto definitivamente para Cabo Verde, mas com dinheiro, porque a imigração já morreu desde há muito.” - Entrevistado nº 1.

²⁵ Sexo: masculino; idade:33 anos: Ano de emigração:2004;país de reemigração Holanda; ano 2011: profissão: Servente / *free Lancer*

No entanto, a maioria dos imigrantes não tenciona regressar ao seu país de origem, apesar de não terem a vida facilitada em Portugal e estão a recorrer a períodos de trabalho em outros países da UE, como França, Reino Unido, Luxemburgo, Holanda, Suíça (Pereira, 2008). A reemigração como estratégia para fazer face a crise é um fenómeno que pode ser apenas uma fase temporária de um percurso migratório que pode vir a passar de novo por Portugal ou por outros países de destino, ou, ainda, pelo retorno para Cabo Verde. Constatou-se que a reemigração acontece na maioria dos casos, quando o homem sai de Portugal para trabalhar em outros países da UE. É importante salientar que, tal como referimos anteriormente, essa forma de emigração é influenciada pela rede de amigos, vizinhos e ou familiares, que já se encontram nesses países.

Refira-se que o processo de reemigração está a tornar-se cada vez mais complicado, uma vez que muitos estão a sair de Portugal com títulos de residência que, como se sabe, têm uma validade limitada. É testemunho desta situação um outro líder associativo da margem sul:

“No quadro das atividades do nosso gabinete, pessoalmente tenho registado muitos casos da reemigração, em que as pessoas conseguem residência aqui e depois vão para outros países, quando a residência está a caducar volta de novo para renovar, porque tem um acordo com um patrão através de um intermediário, e tal vende um contrato e paga segurança social. Nestas situações, nem sempre as pessoas conseguem a renovação do título.”

Os motivos da escolha do novo país de residência prendem-se com fatores relacionados com a existência de apoio familiar no local, a informação relativa à existência de oportunidade de trabalho associadas a melhores salários e o melhor nível de vida. Em muitos casos, estes motivos combinam-se, sendo de destacar, como se referiu atrás, o papel dos familiares já instalados no país de reemigração. O entrevistado nº 12 referiu:

“Escolhi França para viver, porque é o único país europeu onde vive grande parte dos meus familiares. Tenho lá irmãos, tios, tias, sobrinhas... Fui para lá com apoios familiares.”

Também o entrevistado nº 15 destacou as vantagens salariais do Luxemburgo, associadas à presença de um primo já residente no grão-ducado:

“Escolhi Luxemburgo por duas razões: o primeiro motivo foi a procura de uma vida melhor e, na altura não pensei em mais nenhum país europeu a não ser Luxemburgo. E a segunda razão é o facto de ter lá um primo... No entanto, posso dizer que fui muito assediado pela remuneração mensal, que é o dobro daquilo que é pago em Portugal.”

Dois dos entrevistados escolheram um novo país de destino por causa da facilidade da língua, embora a língua e a presença de familiares também desempenhassem um papel no processo de decisão, como realçou o entrevistado nº 14:

“O atual país onde resido foi escolhido devido ao conhecimento da língua, oferta de emprego e presença dos familiares.”

Outro entrevistado mencionou:

“Escolhi Inglaterra porque é um país mais desenvolvido, oferece melhores condições devida no que diz respeito ao trabalho e apoio ao estudo e integração social do emigrante.”

Em relação à tomada de decisão de reemigrar, para a maioria dos indivíduos esta parece ter sido relativamente fácil. Esta noção encontra-se presente em vários relatos:

“Foi fácil, porque já tinha tudo bem planeado e bem organizado.” - Entrevistado nº 15.

“Foi fácil porque até agora não tenho a minha própria família, então como não tinha nada de especial em Portugal para fazer tive que dar novo rumo a minha vida.” - Entrevistado nº 19.

Por outro lado, dois dos entrevistados disseram que foi difícil tomar essa decisão e que não queriam deixar Portugal, como se constata nas seguintes respostas.

“Não foi fácil porque tinha uma perspetiva em Portugal e tal não se confirmou, por isso decidi projetar a minha vida noutro lugar. Foi uma decisão individual.” - Entrevistado nº 11²⁶.

“Não foi fácil porque não queria ir, mas como estava desempregado, o meu irmão insistiu comigo para ir para França, que lá tinha trabalho e pagavam bem, por isso, não tive outra alternativa, a não ser viajar para França.” - Entrevistado nº 12.

Alguns indivíduos referiram que foi uma decisão pensada e refletida conjuntamente com os familiares e amigos, como referiu o entrevistado nº 18:

“Foi uma decisão refletiva, porque independentemente das condições que Portugal estivesse, penso que ia sair. Já era um projeto de muito tempo.”

Relativamente às profissões desempenhadas pelos reemigrados na nova área de residência, estas são as mais diversas como por exemplo: pedreiro, servente, armador de ferro, operário de fábrica, segurança de *Chantier*. Uma entrevistada trabalha como *baby-sitter*. Três dos entrevistados ocupam serviços qualificados como advogado, *freelancer* na área de multimédia e administrador de empresa familiar. Para a maioria dos indivíduos, o emprego na nova área de residência não se ajusta à qualificação adquirida em Portugal. Muitos continuam a trabalhar nos serviços desqualificados seguindo o percurso normal que tinham em Portugal. No entanto, o emprego de dois dos entrevistados ajusta-se perfeitamente à experiência destes, porque tanto no país de origem, como em Portugal e também na nova área de residência trabalham na construção civil. A maioria dos reemigrados possui formação superior, e o emprego atual não tem nenhuma relação com os estudos que realizaram em Portugal, como se observou na resposta da entrevista nº 20: “Neste momento trabalho como *baby-sitter*.” Apenas um dos entrevistados, que regressou a Cabo Verde, está a exercer a profissão correspondente à sua área de formação académica como se pode verificar pela resposta do entrevistado nº 16:

“Em Portugal exercia função de estudante e empregado de mesa, e agora sou advogado estagiário e assessor do Procurador-Geral da República de Cabo Verde.”

²⁶ Sexo: masculino; idade 35 anos; ano de emigração 2001; país de reemigração: França; ano 2009; profissão: segurança de “Chantier”.

Isto demonstra, como foi mencionado antes, que nalguns casos de profissões qualificadas, há oportunidades de trabalho em Cabo Verde que, apesar de limitadas, são mais interessantes do que as ofertas que se encontram em Portugal e, porventura, noutros países da Europa.

Analisando o Quadro 4.1 que retrata as ocupações dos imigrantes, verifica-se que todas as mulheres têm trabalhado como empregadas domésticas ou de mesa e uma é *baby-sitter*. Os homens apresentam profissões de pedreiro, servente de pedreiro, carpinteiro, pintor, operador(a) de caixa, guarda-noturno, operário de fábrica, empregado de limpeza, estudante, empregado de balcão. Apenas um respondente é jornalista. No entanto, nota-se que o emprego de alguns respondentes ajusta-se à experiência profissional, uma vez que nos seus trajetos desempenharam sempre as mesmas funções. Por outro lado, em alguns casos, a experiência profissional não se ajusta à que tinham em Cabo Verde, em Portugal e na reemigração.

Um aspeto importante a realçar diz respeito à falta de ajustamento entre o emprego atual e a qualificação que os entrevistados possuem. A grande maioria está a desempenhar atividades que não se relacionam com o nível de qualificação que possuem, isto não só devido ao facto de muitos terem cursos superiores e estarem em empregos pouco qualificados como, também, muitos possuem o ensino secundário. Relativamente à experiência profissional, a situação não é muito diferente, pois raramente há concordância entre a experiência obtida em Portugal e a formação académica.

Quadro 1- Síntese das ocupações dos imigrantes entrevistados

Entrevistado	Em Cabo Verde	Em Portugal	Na Reemigração
1	Pedreiro	Pedreiro	-----
2	Pintor	Pintor	-----
3	Jornalista	Jornalista	-----
4	Estudante	Estudante	-----
5	Estudante	Empregada de mesa	-----
6	Estudante trabalhador	Empregado de balcão	-----
7	Mineiro/Condutor/Pedreiro	Pedreiro/ empregado de Limpeza	-----
8	Professora	Empregada Doméstica	-----

9	Estudante	Empregada de mesa	-----
10	Estudante	Estudante/ Empregada de Mesa	-----
Reemigrados			
11	Professor	Operário de Fábrica	Segurança de Chantier
12	Pedreiro	Pedreiro	Ferreiro
13	Servente de pedreiro	Pedreiro	Pedreiro
14	Empregado de balcão	Servente de pedreiro	Servente
15	Estudante/ Trabalhador	Operador de Caixa	Operário de Fábrica
16	Oficial de Justiça	Estudante/Empregado de Mesa	Advogado
17	a)	Estudante/ Servente	Administrador da empresa familiar
18	Professor	Servente de Pedreiro	Servente/ Free <i>Lancer</i> da Multimédia
19	Estudante	Guarda Noturno	Desempregado
20	Fiscal da Câmara Municipal	Operadora de caixa	Baby Sitter

a) Viajou com menos de um ano de idade.

No que diz respeito à frequência dos contatos com as pessoas em Portugal, todos os entrevistados mantêm contatos permanentes, como se pode verificar na resposta do entrevistado nº15:

“Atendendo o avanço dos meios tecnológicos, hoje em dia, temos vários métodos a nossa disposição; por isso, diariamente estou em contato com os meus familiares, amigos, através de *facebook*, *skype*, telemóvel.”

Relativamente à experiência migratória, todos os entrevistados consideram ter uma vida satisfatória. Deste modo, fazem um balanço positivo da reemigração, como ficou demonstrado pela resposta do entrevistado nº 17²⁷: “Tive um emprego bem remunerado e conheci novas realidades e novas culturas.” Comparando a vida na nova área de residência com o que tinham em Portugal, todos opinaram que mudou pela

²⁷ Sexo: masculino; idade: 27 anos; ano de emigração 1989; país de reemigração: Inglaterra; ano 2010; profissão: administrador da empresa familiar.

positiva, apesar de, por vezes, ter colocado desafios ao nível da organização familiar. Destacamos alguns relatos que ilustram esta situação:

“A mudança foi brutal. As condições financeiras melhoraram. Tive que aprender a poupar, a me virar sozinho fazendo todas as lidas de casa que não fazia em Portugal” - Entrevistado nº11.

“Muitas coisas mudaram... Em Portugal, mesmo estando a trabalhar, as minhas economias mal chegavam para pagar as minhas despesas e não tinha nenhum bem próprio. Mas agora, no período de um ano que estou a viver em Luxemburgo, já comprei o meu carro, tenho as minhas economias guardadas e consigo melhor ajudar os meus familiares.” - Entrevistado nº 15.

“Mudou e melhorou a minha situação financeira e profissional dando mais estabilidade a minha família.” - Entrevistado nº 20.

Em relação à procura de emprego e na inserção no mercado de trabalho na nova área de residência, três entrevistados referiram que não tiveram problemas, uma vez que conseguiram emprego logo após terem chegado ao novo país, se bem que facilitado por familiares, amigos ou conterrâneos que já se tinham instalado antes nessas regiões. A maioria teve dificuldades na compreensão e aprendizagem da língua e na aquisição de documentos legais para trabalhar, como referiu o entrevistado nº14:

“Tive dificuldades na aquisição de documentos solicitados para inscrever-me e conseguir um emprego.”

Contudo, um outro respondente mencionou que não teve nenhum problema. Por fim, em relação aos desafios enfrentados na nova área de residência, alguns fizeram referência aos preços dos transportes públicos e ainda às dificuldades na comunicação. Refira-se que um entrevistado destacou a delinquência urbana como principal dificuldade e ainda um outro referiu a falta de convívio entre as pessoas. Por último, há um entrevistado que destaca a falta de oportunidades para jovens quadros no país de reemigração, o que atesta, uma vez mais, o problema do desajuste entre as qualificações possuídas e o tipo de oportunidades profissionais que estão à disposição destes emigrantes.

Finalmente, no que diz respeito às intenções futuras dos reemigrados, verifica-se que estas divergem consoante as qualificações e as idades dos indivíduos, uma vez que os que têm curso superior pretendem regressar para Cabo Verde para trabalhar na área de formação. O entrevistado nº 15 declarou:

“Tenciono voltar para Cabo Verde num futuro próximo. Estou em Luxemburgo a trabalhar para arrecadar algum dinheiro para não regressar a Cabo Verde de mãos vazias.”

Três entrevistados tencionam manter-se no novo país de chegada, como referiu o entrevistado nº 12:

“Mesmo que as coisas melhorem em Portugal, não penso voltar tão cedo para Lisboa. É mais fácil eu voltar a viver na minha terra natal do que voltar a viver em Portugal, apesar de ser um país que eu amo muito.”

Alguns inqueridos estão indecisos entre regressar, deslocar-se para outro país ou voltar a Portugal, como explicou o entrevistado nº 18:

“Pretendo conhecer o máximo de países possíveis da Europa. Preferia viver em Portugal ou Cabo Verde. Mas como tenho o meu lema que é: O meu país é aonde estou no momento e neste momento Holanda é meu País.”

4.4. Síntese comparativa entre os residentes e reemigrados

Com o objetivo de sintetizar os resultados da análise efetuada nos pontos anteriores, efetua-se agora uma síntese comparativa entre os que ficaram em Portugal e os que reemigraram para os diferentes países da União Europeia.

Quanto ao perfil dos entrevistados residentes, todos são jovens adultos e adultos com as idades compreendidas entre 23 e 51 anos. Cinco dos entrevistados chegaram a Portugal no período de maior dinâmica da economia portuguesa (1997-2006), um dos entrevistados chegou no ano da pré-crise (2007) e os restantes chegaram nos últimos quatro anos (2008 - 2012), período da grande crise económica de Portugal. Vinham essencialmente com o objetivo de estudar, para obterem emprego ou com o fim de se

reunirem aos familiares que já se encontravam em Portugal. Em termos do estatuto legal, a maioria dos respondentes têm títulos de residência, três têm nacionalidade portuguesa e apenas um apresenta título de residência caducado. A maioria dos entrevistados exerce profissões pouco qualificadas. A principal dificuldade referenciada é a ausência de trabalho.

Paralelamente, em relação ao perfil dos reemigrados, todos são igualmente jovens adultos e adultos com idades compreendidas entre 26 e 43 anos, sendo a maioria do sexo masculino, chegados a Portugal no período de maior dinamismo económico e imigratório (1989 – 2006) e, essencialmente, para estudar e trabalhar. Todos os inquiridos saíram de Portugal entre 2008 e 2012, período dominado pelos efeitos da crise económica. Os estudos e, sobretudo, as causas económicas relacionadas com escassez de emprego são as principais causas da emigração cabo-verdiana. Grande parte dos entrevistados exerce profissões menos qualificadas, embora a maioria tenha adquirido curso superior em Portugal. O maior problema no novo país de destino é não obter emprego equivalente às qualificações. Em termos de estatuto legal, a grande maioria possui a nacionalidade portuguesa, o que facilite a circulação na UE, e apenas um inquerido possui título de residência. Foram feitas entrevistas aos reemigrados que vivem em França, Luxemburgo, Inglaterra, Holanda, Suíça e Cabo Verde.

De uma forma geral, em termos comparativos, as respostas dos residentes e dos reemigrados foram idênticas. Quanto ao motivo da emigração ambos os grupos apontaram razões escolares e económicas como as principais causas da emigração, funcionando a rede familiar como importante elemento de suporte. Há consonância em relação às razões da escolha inicial de Portugal enquanto país de residência, uma vez que os dois grupos de indivíduos referiram a língua e as facilidades de integração, demonstrando que a emigração cabo-verdiana é uma das mais antigas e mais bem consolidada em Portugal.

As maiores dificuldades apontadas por ambos os grupos de entrevistados têm a ver com o clima. Alguns residentes na AML sentiram dificuldades na entrada no mercado de trabalho, uma vez que chegaram no período da crise económica e financeira do país. Já os reemigrados não sentiram, inicialmente, esta dificuldade, dado que chegaram num período de prosperidade económica de Portugal. É de realçar que os

entrevistados tiveram apoio dos amigos e dos familiares na procura de emprego e isto facilitou muito a entrada no mercado de trabalho. Todos os respondentes apontaram a ausência dos familiares ou de pessoas próximas como principal problema experimentado. O sentido familiar e comunitário é, portanto, essencial ao bem-estar, tanto no que respeita ao comportamento local, como no que concerne ao contato regular com quem ficou na “nôs terra” e de quem se sente saudade.

No que concerne às trajetórias migratórias e profissionais, todos vieram diretamente para Portugal, sem passar para um outro país terceiro (ver Quadro 4.2). Alguns dos entrevistados, tanto residentes como reemigrados, depois de chegarem à AML foram para outras regiões do país e posteriormente voltaram para a Grande Lisboa ou para a Península de Setúbal. Em termos profissionais, a maioria direciona-se para o segmento secundário, com destaque para empregos pouco qualificados nos sectores da construção civil, restauração, hotelaria e serviços domésticos, com exceção de três reemigrados e um residente que trabalha como jornalista, advogado estagiário e *freelancer* de multimédia e um administrador de empresa familiar.

No que se refere à situação atual de vida, tanto os residentes como os reemigrados habitam com os familiares, mesmo que não sejam em primeiro ou segundo grau, e alguns contrerrâneos, o que facilita a divisão das despesas. Grande parte dos reemigrados estão inseridos no mercado de trabalho numa área que não corresponde à da sua formação e apenas um se encontra na situação de desemprego. No entanto, há um desajustamento entre o emprego e o nível de estudos adquiridos em Portugal. A maior parte dos residentes encontra-se na situação de desemprego ou falta de trabalho uma vez que grande parte dos homens trabalhavam na construção civil e esta encontra-se atualmente em crise.

Em termos das estratégias utilizadas para minimizar o efeito da crise, os imigrantes cabo-verdianos, para além de mobilizarem as suas poupanças, recorrem a ajuda de familiares, e à de diversas instituições como o Banco Alimentar, as Juntas de Freguesias e as associações comunitárias, variando isto com o município e os bairros dos entrevistados. Muitos dos residentes estão a praticar agricultura de subsistência, preciosa para a subsistência de algumas famílias com base nas chamadas hortas urbanas, para aliviar os encargos económicos e financeiros das famílias. Alguns apelaram à união

em torno da comunidade de modo a obter mais força para atenuar as carências e reduzir os vícios. Em relação aos reemigrados, a principal estratégia é fazer poupança para poderem viajar para Cabo Verde ou para a AML, com intuito de passar férias com os familiares. Claro que, neste caso, trata-se mais de mobilizar as poupanças com o intuito de pôr em prática desejos como viajar ou passar férias com famílias, do que utilizar os recursos para garantir a subsistência num quadro de forte restrições, como acontece com muitas famílias em Portugal. Refira-se que a reemigração não é uma estratégia consensual a todos os membros de comunidade, parecendo ser mais utilizados pelos homens adultos. Efetivamente, as mulheres e os homens com mais idade têm menos tendência para reemigrar.

Em relação ao balanço da experiência migratória ou de reemigrar, apesar das dificuldades apontadas, todos mencionam os aspetos positivos, uma vez que conseguiram melhorar o nível de vida em relação ao que tinham em Cabo Verde e em Portugal. A maioria dos entrevistados mencionou a situação económica e financeira do país como o motivo da emigração, tanto num primeiro momento (saída de Cabo Verde), como nos casos em que decidem voltar a emigrar, saindo de Portugal. Relembre-se que, apesar da crise, alguns pensam ficar em Portugal se a situação profissional melhorar. Alguns residentes com título de residência estão à espera da nacionalidade para poderem escolher outro país para viver e trabalhar se a situação continuar assim em Portugal.

Relativamente às causas que levam os inquiridos a partir para lá de Portugal, emergem, como já foi dito os motivos económicos (desemprego, escassez de oferta de trabalho, baixos salários) que afetam tanto os nacionais como os estrangeiros. Atualmente, a situação em Portugal é extremamente crítica, o que conduz diversos residentes a pensarem partir para outro país da UE, assim que obtenham a nacionalidade portuguesa. Quanto à razão da escolha do novo país tem a ver com o apoio da rede de familiares, amigos ou conhecidos que já se encontra nesse novo país de destino.

Por último, quando à forma de estar na atual situação da crise, a maioria mudou o seu modo de pensar e de viver, passando a ter mais cuidado e maior responsabilidade, o que parece optar num sentido da valorização das poupanças. Apesar de as crises serem cíclicas, a enorme extensão e dimensão da atual, leva a que alguns já não acreditem na

reviravolta da situação económica. Contudo, outros acham que é passageira e tudo vai voltar a normalidade. Para alguns, a crise está a levar a separação das famílias e ao aumento da delinquência e das tensões na comunidade.

Quadro 4.2: Quadro migratório e situação de Residentes na AML e de Reemigrados

	Residentes	Reemigrados
Data de chegada	1997 – 2011	1989 – 2006
Fatores da emigração	Razões económicas, estudos e Motivos familiares	Estudos Motivos económicos e familiares
Razão da escolha de Portugal	Proximidade cultural e linguísticas e relações de confiança e solidariedade de familiares, amigos e conterrâneos já instalados. Relações bilaterais entre os dois estados	Proximidade cultural e linguísticas e relações de confiança e solidariedade de familiares, amigos e conterrâneos já instalados Relações bilaterais entre os dois estados
Níveis de qualificações	A maioria com Ensino Secundário	A maioria com o Ensino Superior
Grau de dificuldades no momento da chegada	A maioria revela a dificuldade na entrada no mercado de trabalho e Ausência dos familiares	A maioria reclama do clima e da Ausência da família
Trajetórias migratórias/inserção profissional	Todos vieram diretamente de Cabo Verde para a AML Maioria direciona-se para o segmento secundário, com trabalho precário, pouco qualificado, nos setores da construção civil, fábricas, restauração hotelaria e serviços domésticos.	Todos vieram diretamente de Cabo Verde para AML/ Mais tarde para outros países da UE Maioria concentra-se no segmento secundário sujeito a grande precariedade como a construção civil, indústria transformadora e serviço doméstico
Problemas encontradas na inserção no mercado de trabalho	Ausência de trabalho Irregularidade formal	Facilidade no emprego Recurso a capital social (familiares, amigos e conterrâneos)
Impacto da crise		
Situação atual dos migrantes	A maioria não trabalha ou trabalha em <i>part time</i>	A maioria tem situação estável exercendo uma profissão
Estratégias para fazer face a crise	Recurso à família, as instituições e hortas urbanas	Recursos à poupança, designadamente na fase inicial de instalação.
Intenções futuras	Ficar em Portugal se a situação melhorar ou reemigrar para outro país da UE (manter a sua residência atual)	A maioria tenciona voltar para Cabo Verde dependendo da idade e da qualificação adquirida em Portugal (mobilidade para outro local

		prende-se com a existência de família noutros países)
Reemigração como estratégia		
Motivos		Crise económica Escassez de ofertas de trabalho Desemprego
Países escolhidos para reemigrar		França, Holanda, Inglaterra, Luxemburgo, Suíça e Cabo Verde
Razões da escolha da nova área de residência		Procura de melhores condições de vida (emprego e melhor salário). A presença de familiares e conterrâneas é fundamental para a opção tomada.
Problemas de inserção no mercado de trabalho na nova área de residência		A maioria aponta dificuldade na compreensão da língua e aquisição de documentos legais para trabalhar
Grau de facilidade	Muitos estão a pensar viajar para outros países se a situação não melhorar em Portugal	Para muitos foi fácil a decisão de deixar Portugal. Para alguns foi uma decisão pensada e refletida no seio da família.
Balanço da experiência migratória	A maioria está satisfeita com vida em Portugal apesar das dificuldades sentidas	Todos estão satisfeitos com a vida na nova área de residência, apesar de uma ou outra dificuldade

5. Considerações Finais

O estudo que agora se conclui permitiu analisar o impacto da crise no seio da comunidade cabo-verdiana em Portugal e conhecer as estratégias que os imigrantes cabo-verdianos adotam para dar resposta aos problemas que enfrentam. Neste momento de balanço final, registamos as principais conclusões que retirámos ao longo do desenvolvimento desta dissertação:

Das três maiores comunidades de imigrantes laborais em Portugal, os cabo-verdianos, embora não sejam a mais numerosa, são a mais antiga e aquela que implementa mais práticas transnacionais, possuindo núcleos importantes em diversos países europeus, com destaque para a Holanda, a França, a Itália e mesmo a Inglaterra, a Suíça ou o Luxemburgo (Góis, 2002; Malheiros, 2001). Estes dois elementos, que, por um lado traduzem experiência e conhecimento relativamente à sociedade e ao mercado de trabalho portugueses e, por outro, permitem mobilizar uma rede alargada de familiares e conterrâneos que facilita o apoio à instalação em países terceiros, desempenham um papel importante na conceção de algumas das estratégias de ultrapassagem da crise.

Efetivamente, tal como aconteceu com outros grupos de imigrantes, a situação dos cabo-verdianos no mercado de trabalho nacional degradou-se após 2008, verificando-se um agravamento de desemprego e o aumento da precariedade laboral, que envolve reduções salariais e fragilização dos vínculos contratuais. Note-se que, embora a degradação da situação laboral, no atual contexto da crise, seja transversal a toda sociedade portuguesa, o aumento do desemprego imigrante foi mais acentuado do que o registado pelos nacionais (Malheiros e Esteves, 2012), sobretudo na fase inicial da crise, isto é, entre 2007 e 2010. Em relação ao género, constatou-se que o agravamento recente do desemprego afeta mais os homens do que as mulheres, por estas se inserirem em setores, como serviços domésticos e de limpeza, um pouco menos atingidos pela crise, por comparação as atividades como a construção civil e as obras públicas. Contudo, as mulheres continuam a ser discriminadas nas contratações e em relação ao salário, auferindo, em média, menos do que os homens, mesmo que façam o mesmo trabalho, como acontece em diversos setores.

No entanto, a crise económica não resulta apenas do incremento do desemprego e das reduções salariais, uma vez que o aumento dos impostos e as perdas de subsídios (e.g. Rendimento Social de Inserção, subsídio de desemprego) também se refletem no deteriorar da capacidade de consumo das famílias e, portanto, na sua qualidade de vida. A crise económica transforma-se, portanto, numa crise social que afeta todos os membros dos agregados familiares.

Ao analisar os impactos da crise sobre os imigrantes cabo-verdianos e as suas famílias, verificámos que um dos aspetos mais significativos diz respeito à redução dos meios de subsistência necessários, em muitos casos, à própria satisfação das necessidades básicas das famílias, como evidenciam os relatos recolhidos nas entrevistas às organizações cabo-verdianas. Esta degradação das condições de vida contribui para o aparecimento de problemas sociais como, por exemplo, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e de drogas, a violência doméstica e a própria desintegração das famílias. Por último, também o estatuto jurídico dos imigrantes cabo-verdianos na sociedade portuguesa se degrada, uma vez que as perdas de emprego e a incapacidade de efetuar novos contratos de trabalho estão a levar diversas pessoas a não conseguirem renovar os seus títulos de residência. E sem estes, quase desaparecem os direitos sociais e é impossível ter acesso, por exemplo, ao subsídio de desemprego.

Quanto às diferentes estratégias mobilizadas pelos imigrantes cabo-verdianos para fazerem face à crise, elas são de tipo diversos, mas podem ser classificadas em quatro tipos principais: i) auxílio externo à satisfação das necessidades básicas de consumo; ii) mobilização de poupanças próprias para satisfazer necessidades básicas de consumo; iii) desenvolvimento de estratégias de produção de bens para autoconsumo e iv) procura de novo emprego, seja por via da mudança de setor de atividade, do trabalho ocasional, informal ou não, ou da reemigração. Relativamente ao primeiro tipo de estratégias, percebemos que os imigrantes cabo-verdianos apoiam-se bastante nas suas redes de solidariedade de familiares e conterrâneos, o que permite a implementação de estratégias de entreajuda que incluem a coresidência de familiares com o intuito de dividirem as rendas ou empréstimo de bens ou dinheiro àqueles que estão em pior situação. Ainda neste domínio, as organizações cabo-verdianas têm implementado, muitas vezes em colaboração com outras organizações, estratégias de recolha e distribuição de bens básicos, que as famílias carenciadas têm vindo a utilizar de modo

crescente. O segundo tipo de estratégias assenta na utilização das poupanças, muitas vezes destinadas a objetivos de melhoria das condições de vida (reparações na habitação, compra de carro ou casa) para satisfazer necessidades básicas e imediatas do quotidiano. Refira-se que a mobilização destes tipos de estratégia está associada, na maioria dos casos, a uma redução das despesas semanais, que passam a centrar-se no essencial.

Os dois últimos tipos de estratégias centram-se, não no lado do consumo, mas no lado do trabalho, materializando-se o terceiro tipo no crescimento do número de imigrantes que cria hortas urbanas, muitas delas de carácter informal. As estratégias centradas na procura de novo emprego ou na melhoria dos proveitos profissionais envolvem, por exemplo, a acumulação de atividades, o trabalho na economia informal e o aumento das horas de trabalho. Adicionalmente, os imigrantes acentuam os processos de mobilidade intersectorial, procurando novas oportunidades de emprego em sectores diferentes daqueles em que se encontravam inseridos, com destaque para os serviços de limpeza. Note-se que as diferentes estratégias aplicadas pelos imigrantes se tornam funcionais, possibilitando a sua sobrevivência no atual contexto da crise.

Apesar das dificuldades, preferem permanecer em Portugal do que regressar ao país de origem, uma vez que em Cabo Verde o acesso ao emprego e ao apoio social é pior do que em Portugal. Contudo, a mobilidade geográfica como via para obtenção de um novo emprego é praticada por bastantes cabo-verdianos, que optam por reemigrar para outros países da U.E, tirando partido da rede de solidariedade de familiares e conterrâneos que já estão imigrados nesses países e, também, de aspetos formais que permitem beneficiar da livre circulação de trabalhadores no contexto da UE, como a posse da nacionalidade portuguesa. Percebe-se assim que haja um esforço para obter a nacionalidade portuguesa, processo que corresponde a uma estratégia adotada para colmatar o desemprego em Portugal, particularmente no caso dos homens, que assim aumentam as suas possibilidades de trabalharem e fixarem a residência noutros países europeus. Ao contrário dos imigrantes de outras nacionalidades que retornam para os países de origem, os imigrantes cabo-verdianos optam por reemigrar para outros países da União Europeia, na perspetiva de regressarem a Portugal e posteriormente a Cabo Verde. Assim, a estratégia da mobilidade espacial assume-se como um instrumento

fundamental dos imigrantes cabo-verdianos perante a conjuntura da crise económica que o país está a viver

Perante o exposto, consideramos que os objetivos estabelecidos para a dissertação foram alcançados, tendo sido possível responder à questão de partida e à questão complementar que, relembramos, diziam respeito à identificação dos impactos da crise em Portugal sobre os imigrantes cabo-verdianos e às estratégias mobilizadas por estes para os mitigar ou ultrapassar. Contudo, este trabalho deparou-se com certas limitações, sendo de destacar alguma falta de bibliografia sobre a temática em estudo, mais concretamente sobre a relação entre a crise e a imigração em Portugal, défices em certos tipos de informação estatística e, também, uma limitação no tempo disponível para realizar a pesquisa.

Tendo em consideração os resultados a que chegámos, em futuras investigações seria importante estudar os cabo-verdianos reemigrados, não só avaliando o seu quadro de mobilidade intraeuropeu, mas também analisando as estratégias económicas e sociais após um determinado período de residência na nova área. De qualquer forma, os dados recolhidos no presente trabalho, bem como a sua análise, podem servir de base para um estudo ulterior e mais aprofundado sobre as estratégias mobilizadas pelos migrantes cabo-verdianos nas diferentes partes da diáspora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- André, I. (2005). *Metodologias de Investigação em Geografia Humana*. Programa Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Baganha, M. I., Ferrão, J. & Malheiros, J. (1999). Os imigrantes e o mercado de Trabalho: o caso português. In: *Análise social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Universidade de Lisboa: ICS. V.34, n.150, p.147-173.
- Batalha, L. (2008). Comunidade (s) cabo-verdianas: as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana, In: *Gois, P. (Org)*. p. 25-36. Lisboa: ACIDI.
- Baptista, S. e Gomes, A. M. (2003). *Imigração desenvolvimento regional e mercado de trabalho – O caso português*.
- Cardoso, M. (2011) *Migrações e APD: efeitos nas alterações socioeconómicas de Cabo Verde*. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des) igualdades. Universidade Federal da Bahia, pp 1- 17.
- Fonseca. L. (coord.) (2005). *Reunificação familiar em Portugal*. ACIME, Lisboa.
- Fonseca. L. (2005). *Migrações e Território – Programa. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano N° 64*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- Fonseca, M. L. (2008). Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais. In: *Ferreira, Lages, M. e Teodoro de Matos, A. (coords.)*, Portugal: percursos de interculturalidade. Volume II – Contextos e dinâmicas. Lisboa: ACIDI. P. 49-96.

Furtado, C. (2006). *A Emigração em Cabo Verde de 1974 a 2000: O caso de São Miguel: A Emigração o retorno e o desenvolvimento concelhio*. Dissertação de mestrado. Faculdade de letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.

Góis, P. (2000). *Do Trabalhador Convidado ao Subempreiteiro: A Inserção dos (I) Migrantes Cabo-Verdianos no Mercado Local de Trabalho: Área Metropolitana de Lisboa*. Atas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos, pp. 1-13.

Góis, P. (2004). *Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão e Roterdão*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Góis, P. (2008), *Introdução*, in Góis, P. (org), *Comunidade (s) cabo-verdianas: as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, pp. 9-24. Lisboa.

Instituto Nacional de Estatísticas Portugal - XIV Recenseamento Geral da População, Estatísticas Demográficas, 2001 a 2011.

Lains, P. (2012). A crise em 2012. *Relações Internacionais*. Lisboa. Nº 33, p. 43 - 51. Lisboa.

Machado, F. L. (2008). Filhos de imigrantes africanos no mercado de trabalho: acessos, perfis e trajetos, in Peixoto, João (org.). *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, n.º 2, Lisboa: ACIDI, p.121-158.

Machado, F. L. & Abranches, M. (2005). *Caminhos limitados de integração social: Trajetórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal*. p. 69-91.

Malheiros, J. (1996). *Imigrantes na região de Lisboa, os anos da mudança*. Edições Colibri. Lisboa: p. 90 – 100.

Malheiros, J. (2001). *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Lisboa. Lisboa.

Malheiros, J. (2002). Nova imigração e desenvolvimento regional. In: *Imigração e Mercado de Trabalho – Cadernos Sociedade e Trabalho* N°2. MSST/DEPP, Lisboa: p. 69- 88.

Malheiros, J.; Vala, F. (2004). “Immigration and city change: the region of Lisbon in the turn of the 20th century”. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, n.6, November 2004, pp. 1065-1086.

Malheiros, J.; Fonseca, L. (coord.) (2011), *Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal*. ACIDI, Lisboa.

Malheiros, J., Esteves, A. (Coordenação) Rodrigues, F., Estêvão, M., Mapril, J., & Afonso, C. (2012). *Diagnóstico da Situação da População Imigrante em Portugal: características, problemas e potencialidades*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Marques, J., C. e Góis, P. (2008). Imigrantes altamente qualificados em Portugal: uma tipologia. In: Peixoto, J.(org.): *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, n.º 2, Lisboa: ACIDI, p.73-94.

Monteiro, C. (2009). *Campo Musical Cabo-verdiano na área Metropolitana de Lisboa: Protagonistas, Identidades e Música Migrante*. Tese de Doutoramento. ISCTE-IUL, Lisboa.

OIM (2010): *A migração e a crise económica na União Europeia: implicações políticas* Research and Publications Division [Divisão de Investigação e Publicações]. Genebra.

OCDE. (2012). *Trends in International Migration 2012: Continuous Reporting System on Migration*. OCDE Publishing, Paris.

Peixoto, J. (2008). Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências. In: Peixoto, J. (org.): *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, n.º 2, Lisboa: ACIDI, p. 19-46.

Peixoto, J. e Iorio, J. (2010). *Crise, imigração e Mercado de Trabalho em Portugal, Retorno, Regulação ou Resistência?* – Cascais: Princípia.

Pena P. R. (2003). *Migrações e Integração*. Oeiras: Celta Editora.

Pereira, S. (2008). Trabalhadores imigrantes de origem africana: precariedade laboral e estratégias de mobilidade geográfica. In: Peixoto, J. (org.): *Revista Migrações – Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, n.º 2, Lisboa: ACIDI, p. 47- 71

Pereira, S. (2009). *Que lugar para os trabalhadores de origem africana no mercado De trabalho em Portugal? Análise do impacto de “novas” vagas de imigração*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.

Perista, P. (2004). Imigrantes de Leste na Área Metropolitana de Lisboa Novos Fluxos, Novos Perfis? In: *Cidades Comunidades e Território*. Lisboa.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Santos, O. R. (2008). Ponto Imigrante – Resposta de uma empresa para a integração socioprofissional de imigrantes. In: *OCDE (2012), International migration outlook* Paris, OECD Publishing.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2012).

SEF (2008), *Relatório de imigração, fronteiras e asilo*. Lisboa.

SEF (2009), *Relatório de imigração, fronteiras e asilo*, Lisboa.

SEF (2010), *Relatório de imigração, fronteiras e asilo*, Lisboa.

SEF (2011), *Relatório de imigração, fronteiras e asilo*, Lisboa.

SEF (2012), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, Lisboa.

SEF (2013), *Relatório de Contas Nacionais Trimestrais e Anuais preliminares (Base 2006) 4º Trimestre de 2012 e ano 2012*. Lisboa.

Silva, E. (2010). *Competências Linguísticas e Trajetórias Profissionais dos Imigrantes Ucrrianos e Moldavos na AML*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.

Rita, J. P. (2002), *Imigração económica e competitividade* in “Imigração e Mercado de Trabalho”, Cadernos Sociedade e Trabalho, nº 2, Departamento de Estudos, Prospetivas e Planeamento do Ministério da Segurança Social e Trabalho, pp. 37-55.

Tripier, M.(1990). L’immigration dans la classes ouvrière en France chapitre 5 LeImmigrés dans la crise”Pag 84 – 102 - CiemiL’harmattan.

Sites consultados :

www.acidi.gov.pt

www.bcv.cv

www.embaixadadecaboverde.pt

www.ine.pt

www.ine.cv

www.sef.pt

ANEXO

Guião de entrevista aos residentes

I - Vida em Cabo Verde e migração para Portugal

1. Quando emigrou?
2. Que motivos o levaram a emigrar?
3. Por que razão (razões) escolheu o Portugal para viver? Como veio para cá?
4. Em Cabo Verde que atividade desempenhava?

II - Migração para Portugal

1. No momento da sua chegada a Portugal, sentiu algum tipo de dificuldades? Quais?
2. Pode traçar brevemente a sua trajetória migratória e profissional desde que saiu de Cabo Verde? (Quando chegou a Portugal, onde ficou, com quem ficou; se teve que procurar emprego (onde e como) ou já tinha pré-estabelecido um contrato de trabalho antes de chegar; que emprego teve)
3. Teve algum (ns) problema (s) na procura de emprego e na inserção no mercado de trabalho português? (Se sim, especificar quais).
4. Desde que está inserido profissionalmente em Portugal, que trabalho tem desenvolvido? (com contrato? Sem contrato? Qualificados? Não qualificados?).
5. Alguma Associação de Imigrantes, ou até mesmo a Comunidade cabo-verdiana têm-no (na) ajudado? De que forma?
6. O que é que tem sido mais fácil e mais difícil na sua vida como imigrante e do que é que sente mais falta.

III – Impacto da crise

1. Qual a sua situação atual de vida (situação ocupacional, onde trabalha, o que faz, condições habitacionais, com quem vive...).
2. Quais são os problemas que estão a enfrentar neste momento? E que problemas não esperavam encontrar? Qual é o problema que considera mais complicado?
3. O que tem feito para solucionar esses problemas? (Estratégias para procura de emprego, reemigração e retorno; apoio institucional; utilização de poupanças, recurso a amigos familiares).
4. Qual é atualmente o seu projeto de vida ficar em Portugal ou sair para ir para outro país. Que país? Já pensou regressar a Cabo Verde? O que o leva a refletir sobre esse processo?
5. Sente que a sua forma de pensar e de viver se alterou com atual situação da crise? De que forma?

Guião de entrevista aos reemigrados

I - Vida em Cabo Verde e migração para Portugal

- 1.Quando emigrou?
- 2.Que motivos o levaram a emigrar?
- 3.Por que razão (razões) escolheu o Portugal para viver? Como veio para cá?
- 4.Em Cabo Verde que atividade desempenhava?

II - Migração para Portugal

- 1.No momento da sua chegada a Portugal, sentiu algum tipo de dificuldades? Quais?
- 2.Pode traçar brevemente a sua trajetória migratória e profissional desde que saiu de Cabo Verde? (Quando chegou a Portugal, onde ficou, com quem ficou; se teve que procurar emprego (onde e como) ou já tinha pré-estabelecido um contrato de trabalho antes de chegar; que profissão desempenhou).
3. O que é que tem sido mais fácil e mais difícil na sua vida como imigrante e do que é que sente mais falta.

III - Reemigração

- 1.Que motivos o levarem a emigrar? (Qual era a sua situação em Portugal?)
- 2.Por que razão (razões) escolheu o país europeu atual para viver? Como foi a viagem para lá?
- 3.Como caracteriza essa decisão? (Foi fácil, difícil; foi uma decisão refletida a nível individual? A nível familiar?)
4. Em Portugal que atividade desempenhava? E agora?
- 5.Tenciona voltar para Portugal ou pensa voltar ao seu país de origem ou viajar para outro país da Europa? Se pudesse escolher, onde preferiria viver? Porquê?
6. Mantêm contactos com Portugal? (se sim com que frequência)
7. Até ao momento, como caracteriza a sua experiência migratória em Portugal? Faz um balanço positivo ou negativo?

IV – Impacto da crise

- 1.Qual a sua situação atual de vida (situação ocupacional, onde trabalha, o que faz, condições habitacionais, com quem vive...).
- 2.No país em que reside atualmente, que dificuldades estão a enfrentar?
- 3.Comparando a vida com o que tinha em Portugal, o que mudou na sua vida? Sente falta de alguma coisa? O que é atualmente melhor?

4. Que problemas tiveram na procura de emprego e na inserção no mercado de trabalho no seu novo país de residência.

5. Que problemas estão a enfrentar na nova área de residência.

Guião de entrevista das associações

I – Dados de Associação

- 1.Quando é que foi fundado a associação? E Porquê?
- 2.Quantos sócios têm a Associação? E são Participativos?
- 3.Quais são as principais atividades desenvolvidas pela associação.
- 4.Como é que a associação está a adaptar a sua atuação no atual contexto da crise, ou seja como é que está a responder as novas necessidades sentidas com a crise?

II - Mercado de Trabalho

- 1.Quais são as principais ocupações dos imigrantes? Se tem a perceção de mudança de ocupação nos 2 anos recentes
- 2.Que diferença existe entre homens e mulheres no mercado de trabalho?
- 3.Como é que evolui o mercado de trabalho ao longo dos 2 últimos anos? Se esta mesmo pior ou se esta melhor?
- 3.Que problemas tiveram na procura de emprego e na inserção no mercado de trabalho Português?
4. Como considera serem as condições de trabalho dos imigrantes?
- 5.Como considera serem as condições de trabalho dos imigrantes nos últimos 2 anos?
- 5.O que é que tem sido mais fácil e mais difícil na vida dos imigrantes? O que é que os imigrantes sentem mais falta?
- 6.Como é que avalia a situação dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal no mercado de trabalho?

III – Impacto da crise

1. O que considera ser mais difícil nos últimos três a quatro anos para os cabo-verdianos?
2. Como é que os imigrantes estão a ser afetados pelo desemprego?
3. Considerando a dimensão género M/F, o desemprego afeta mais homens ou mulheres?
4. Os imigrantes estão a ter algum (ns) problema (s) na procura de emprego e na inserção no mercado de trabalho Português? (se sim especificar Quais?).

5. Em termos gerais, como avalia a qualidade de vida antes e depois da crise em Portugal?
6. As condições de vida dos imigrantes pioraram com a crise? Se sim como?
7. Quais os problemas gerados pela crise no seu bairro/ região/ concelho?
8. A nível geral, que problemas mais complicados têm enfrentado.
9. O quê que os imigrantes estão a fazer para ultrapassar a crise

IV - Medidas

1. Em termos gerais, quais são as medidas adotadas pela associação para combater a crise?

Em termos gerais, como avalia o contributo da Câmara Municipal/ Junta de Freguesia ou outras instituições para contrariar os efeitos da crise no seu bairro

2. Conhece algumas medidas adaptadas pela junta de freguesia para apoiar as camadas mais vulneráveis da população? Quais?

Matriz síntese comparativa de entrevistas de residentes

Entrevista		ENTREVISTAS									
Questões		1 (AP)	2 (JG)	3 (MR)	4 (EF)	5 (LP)	6 (AS)	7 (AL)	8 (CB)	9 (J)	10 (CD)
Características Gerais (sexo, idade, grau de escolaridade e estatuto)		Masculino, 51 anos, E. Básico, Nac. PT	Masculino, 50 anos, E. Básico, Nac. PT	Masculino, 38 anos, C. Superior, T. Resid.	Feminino, 23 anos, E. Secun., T. Resid.	Feminino, 29 anos, E. Superior, T. Resid.	Masculino, 30 anos, E. Secun., T. Caducado	Masculino, 29 anos, E. Secun., T. Resid.	Feminino, 46 anos, E. Secun., Nac. PT	Feminino, 23 anos, E. Secun. T. Resid.	Feminino, 21 anos, E. Secun., T. Resid.
I. Vida em Cabo Verde	1.Data de emigração	2000	1999	1997	2010	2002	2008	2009	2002	2007	2011
	2. Motivos de emigração	Procura de vida melhor	Procura de vida melhor	Estudos	Estudos	Estudos	Estudos	Reunificação o familiar	Reunificação familiar	Estudos	Estudos
	3. Razão da escolha de Portugal	Razões familiares, facilidade da língua	Cultura, língua parecidas	Facilidade de acesso ao E. Superior	Facilidade de acesso ao E. Superior	Razões familiares e acesso ao E. Superior	Semelhança da língua e cultura	Facilidade na obtenção de visto	Razões familiares	Facilidade no acesso à F. Prof.	Razões familiares e acesso ao E. Superior
	4. Função que desempenhava em Verde	Pedreiro	Pintor	Jornalista	Estudante	Estudante	Estudante e trabalhador	Mineiro/Pedreiro	Professora	Estudante	Estudante
II. Migração para Portugal	1.Principais dificuldades no momento de chegada	Não teve dificuldades	Não teve dificuldades	Não teve dificuldades	Língua e dificuldade na integração	Dificuldade de integração no mundo académico e clima	Entrada no mercado de trabalho	Entrada no mercado de trabalho	Integração e dificuldade em encontrar emprego	Burocracia, integração e clima	Não teve dificuldades
	2. Trajetória migratória e profissional	Carnide, servente de Pedreiro com contrato	Casal de Cambra, Pintor com contrato	Porto, Lisboa, Linda Velha, Jornalista	Lisboa, Monte Abrão, Bairro 6 de maio Estudante	Évora, Algarve, Lisboa, Venda Nova, Desempregada	Lisboa, Empregado de balcão sem contrato	Fetais, S. Marcos, Pedreiro, Empregado de limpeza Com contrato	Catujal Empregada doméstica com contrato	Braga, Lisboa Empregada de mesa com contrato	Zambujal Alcântara, Empregada de mesa com contrato

	3. Problema no emprego	Trabalhou logo com contrato e há dois anos se encontra desempregado	Teve emprego no início e está desempregado há quatro anos	Arranjou com facilidade o emprego	Nunca encontrou emprego	A documentação não permitia trabalhar	A documentação não permitia trabalhar	Teve dificuldades por causa da crise económica	Arranjou com facilidade o emprego	A documentação não permitia trabalhar	A documentação não permitia trabalhar
	4. Apoio de entidades	Nunca solicitou apoio	Nunca teve apoio	Não teve a necessidade e de pedir ajuda	Nunca recorreu a nenhuma associação	Teve apoio de Associações	Nunca solicitou ajuda	Não solicitou ajuda	Nunca procurou ajuda	Nunca recorreu ajuda	Nunca solicitou ajuda
	5. Dificuldades de imigrantes	Falta de emprego. Ausência dos familiares	Falta de trabalho e ausência dos familiares	Dificuldade e em encontrar trabalho na área da sua formação	Adaptação ao clima e ausência da família	Saudade da terra natal	Racismo	Falta de trabalho, companheirismo	Dificuldade em encontrar trabalho na sua área de formação	Dificuldades financeiras e saudade de terra natal	Ausência da família,
III. Impacto da crise	1. Situação atual	Desempregado, vive sozinho na casa do irmão	Desempregado, vive com a prima	Trabalha na agência lusa, vive com a família	Estudante vive com os familiares	Desempregado e vive com os pais	Desempregado, vive com a namorada	Trabalha numa empresa de limpeza, vive com a família	Trabalha no serviço de limpeza e vive com os filhos	Trabalha na restauração e vive num quarto alugado	Trabalha na restauração, vive com a tia
	2. Problemas atuais	Dificuldades financeiras	Falta de emprego	Nenhum problema	Falta de emprego, problemas financeiros	Desempregado	Desempregado	Problemas financeiros	Falta de emprego	Problemas financeiros	Nenhum
	3. Estratégias para resolução do problema	Reemigrar; cultivar hortas	Criação do emprego	Recorrer ao apoio familiar	Poupança e ajuda familiar	Inscrição no fundo do desemprego	Recorrer as associações para solicitar informações do mercado de trabalho	Poupança	Inscrição no centro de emprego	Poupança	Nenhuma sugestão

	4. Projeto de vida	Pretende voltar para Cabo Verde.	Pensa ficar se a situação melhorar.	Tencionar voltar para Cabo Verde	Pensa em reemigrar para França, mas tarde voltar para C.V	Reemigrar	Não sabe se ficar ou sair indeciso	Reemigrar	Pensa ficar no país	Pensa ficar no país	Pensa ficar em Portugal
	5. Forma de pensar	Passou a pensar diferente	Mudou a maneira de pensar e de viver	Continuou a pensar da mesma forma	Passou a pensar de forma diferente	Passou a estar mais atento para enfrentar os novos desafios	Não responder	Mudou a maneira de pensar e de viver	Passou a pensar de forma diferente	Passou a ter mais responsabilidade	Continua a pensar da mesma forma

Legenda: E. Básico - Ensino Básico; Nac. PT – Nacionalidade Portuguesa; C. Superior – Curso Superior; T. Resid. – Título Residência; E. Sec. – Ensino Secundário; F. Prof. – Formação Profissional; T. Caducado – Título Caducado;

Matriz síntese comparativa de entrevistas de reemigrados

Entrevistados Questões		ENTREVISTAS									
		11 (EC)	12 (FM)	13 (PL)	14 (AL)	15 (C)	16 (D)	17 (F)	18 (NM)	19 (JS)	20(RA)
Sexo, idade, grau de escolaridade, país e nacionalidade		Masculino, 35 anos, Superior, França, Nac. PT.	Masculino, 42 anos, E. Básico, França, Nac. PT	Masculino, 43 anos, E. Básico, França, Nac. PT	Masculino, 28 anos, C. Superior, França, Nac. PT	Masculino, 26 anos, C. Superior, Luxemburgo T. Resid.	Masculino, 33 anos, C. Superior, Cabo Verde, Nac. PT	Masculino, 27 anos, C. Superior, Inglaterra, Nac. PT	Masculino, 33 anos, C. Superior, Holanda, Nac. PT	Masculino, 27 anos, C. Superior, Cabo Verde, Nac. PT	Feminino, 32 anos, C. Superior, Suíça, Nac. PT
I. Vida em Cabo Verde	1. Ano de emigração	2001	1999	2000	2003	2006	2002	1989	2004	2002	2004
	Data de reemigração	2009	2008	2009	2011	2010	2011	2010	2011	2011	2012
	2. Motivos de emigração	Estudos	Procura de trabalho	Motivos económicos	Estudos	Estudos	Estudos	Reunificação familiar	Estudos	Estudos	Estudos
	3. Razão da escolha de Portugal	Língua e motivos familiares	Facilidade de legalização	Língua e relação de amizade	Facilidade de encontrar trabalho e língua	Relação de amizade entre os Estados	Facilidade de entrada no país	Encontrar os familiares	Relações bilaterais entre os Estados e língua	Acesso ao E. Superior	Oportunidade de ter uma formação académica
	4. Função que desempenhava em Cabo Verde	Professor	Pedreiro	Servente de pedreiro	Empregado de balcão	Estudante Trabalhador	Oficial de justiça	Não tinha idade para trabalhar	Professor	Estudante	Fiscal da Câmara Municipal
II. Migração para Portugal	1. Dificuldades encontradas no momento de chegada	Integração, dificuldades financeiras	Língua, racismo	Não teve dificuldade	Clima, Burocracia	Não teve problema	Clima e integração	Não teve dificuldade	Não teve dificuldade	Clima, racismo e integração	Clima e dificuldade financeira
	2. Trajetória migratória e profissional	Lisboa, Vialonga, Operário de	Lisboa, Setúbal, Pedreiro	Lisboa, Setúbal, Pedreiro	Lisboa, Fetais, estudante/ser	Lisboa, Vialonga, Campolide	Portalegre, Campo Grande,	Lisboa, Oeiras, estudante/ser	Portalegre, Cacém, Margem Sul,	Castelo Damaia, Lumiar,	Lisboa, Cacém Operadora de

		fábrica			vente	estudante/ operador de caixa	Estudante/ empregado de mesa	vente	Lisboa, Servente	Alfornelos, guarda- noturno	caixa.
	3. Dificuldades	Falta de trabalho	Falta de trabalho, ausência dos familiares	Viver longe dos familiares	Encontrar emprego na área da sua formação	Falta de companheirismo	Crise económica	Encontrar emprego na área da sua formação	Ausência dos familiares	Viver longe dos familiares.	Encontrar um emprego na área da sua formação, racismo.
III. Remigração	1. Causas da remigração	Crise económica e perda de emprego	Falta de trabalho e desemprego	Falta de trabalho e desemprego	Falta de trabalho estável e dignamente remunerado	Agravamento da crise, motivos familiares	Falta de oportunidades para os recém-licenciados	Falta de trabalho, dificuldades financeiras, burocracia	Causa económica e estudos	Causas económicas, Procurar emprego	Falta de trabalho estável e dignamente humana
	2. Razão da escolha do atual país	Língua, apoio familiar	Apoio familiar	Apoio familiar e dos amigos	Língua e apoio dos familiares	Apoio familiar	Oportunidade e de trabalho	Procurar trabalho mais bem remunerado	Procurar trabalho com melhores condições	Encontrar emprego na área da sua formação	Garantir a estabilidade económica e financeira
	3. Decisão de emigrar	Foi difícil porque não queria deixar o país	Foi difícil porque não queria deixar o país	Foi partilhada com familiares e amigos	Foi refletida a nível individual e familiar	Foi fácil porque foi planeada e organizada	Foi planeada e organizada	Foi fácil porque queria viver num país com melhores condições	Foi refletida porque era um projeto de muito tempo	Foi fácil porque queria dar um novo rumo à sua vida	Foi fácil porque foi uma decisão pensada há muito tempo
	4. Atividade em Portugal/No vo país	Operário de fábrica/ Segurança de Chantier	Pedreiro/ferreiro	Pedreiro/pedreiro	Servente de Pedreiro/servente	Operador de caixa/operário de fábrica	Estudante e empregado de mesa/advogado	Estudante e servente/Administrador de empresa familiar	Servente de pedreiro/Servente e <i>free lancer</i> da multimédia	Guarda-noturno/desempregado	Operadora de caixa/ <i>Baby Siter</i>
	5. Intenções futuras	Não sabe se fica ou volta	Pensa ficar em França	Quer ficar em França	Pensa voltar para Cabo Verde	Tem ideia de voltar para Cabo Verde	Pensa ficar em Cabo Verde	Quer ficar no país	Pretende conhecer outros países	Quer ficar em Cabo Verde	Voltar para Portugal e Cabo Verde
	6. Contactos com Portugal	Diariamente	Sempre	Semanalmente	Diariamente	Diariamente	Diariamente	Diariamente	Diariamente	Raramente	Diariamente

	7. Balanço da experiência migratória	Positivo	Positivo	Positivo	Positivo	Positivo	Positivo	Positivo	Positivo	Positivo	Positivo
IV. Impacto da crise	1. Emprego atual	Situação laboral estável	Ajusta a experiência que teve em Portugal	Ajusta a sua experiência profissional	Situação laboral estável	Ajusta-se porque tem conhecimento da fábrica	Ajusta-se à experiência que tem adquirido na faculdade	Situação laboral estável	Ajusta-se à experiência adquirida	Desempregado	Não se ajusta nem à experiência nem à sua qualificação
	2. Dificuldades no país de chegada	Transporte	Língua	Língua	Clima e documentos legais	Língua	Burocracia	Clima, língua	Língua	Não teve dificuldade	Clima, língua e burocracia
	3. Comparação Portugal/novo país	A mudança foi brutal	Mudança de rotina	Alteração de nível de vida	Melhoria de qualidade de vida	Melhorou a sua economia	Estabilidade no emprego	Melhorou o nível de vida	Alterou a vida quotidiana	Mudança de rotina	Melhorou a qualidade de vida
	4. Problemas no Mercado de trabalho	Não teve problema porque teve ajuda dos familiares	Não teve problema porque teve apoio dos familiares e amigos	Língua, dificuldade em encontrar trabalho fixo	Aquisição de documentos	Língua	Não teve	Língua	Língua	Burocracia	Língua, aquisição de documentos
	5. Problemas na nova área de residência	Transporte e elevado custo de vida	Falta de convívio	Língua e dificuldade de circulação	Nenhum	Transporte	Delinquência urbana	Nenhum	Nenhum	Falta de emprego	Nenhum

Legenda: E. Básico - Ensino Básico; Nac. PT – Nacionalidade Portuguesa; C. Superior – Curso Superior; T. Resid. – Título Residência; E. Sec. – Ensino Secundário;

Matriz síntese comparativa de entrevistas das associações

Entrevistados Questões		ENTREVISTAS							
		1	2	3	4	5	6	7	8
Características gerais (Bairro, Concelho)		Bela Vista, Setúbal	Avenida Almirante Reis, Lisboa	Vale da Amoreira, Moita	Margem Sul, Seixal	Buraca, Amadora (a) ⁱ	Amadora, Amadora	Buraca, Amadora (b) ⁱⁱ	Serra das Minas, Sintra
I. Dados de associação	1. Data de fundação e motivos da fundação	1996	2005	1993	1994	1976	2008	1984	2003
		Debelar os problemas do bairro	Divulgar a cultura Cabo-verdiana	Integrar a comunidade na sociedade portuguesa	Promover cultura e lazer	Defender o interesse da comunidade	Divulgar a cultura africana	Resolver problemas sociais e ambientais do bairro	Criar espaço para dinâmica cultural e reforço da identidade Cabo-verdiana
	2. Número de sócios	Cerca de 800 inscritos	55 Associações	483 Sócios	150 Sócios	770 Sócios	1800 Sócios	Número indeterminado	1200 Sócios
	4. Principais atividades desenvolvidas	- Apoio na legalização da documentação; - Formação e capacitação dos jovens do bairro	-Divulgação da cultura Cabo-verdiana; - Qualificação Quadros	- Distribuição de géneros alimentícios; - apoio na legalização da documentação	- Promoção da cultura Cabo-verdiana; - Prestação de serviços à comunidade	- Promoção do desporto; - Distribuição de géneros; - Apoio na educação das crianças	- Divulgação da cultura africana; - Apoio às famílias carentes	- Apoio ao pré-escolar, na inserção profissional, na legalização; -Promoção de atividades para ocupação de tempo livre	- Resolução de problemas entre escola/família; Acompanhamento das famílias; - Apoio na qualificação e procura de emprego

II. Mercado de trabalho	1. Ocupações dos imigrantes	Homem -Construção civil Mulheres - Serviço doméstico, limpeza e restauração	Homem -Construção civil e obras públicas Mulheres - Limpezas e atividades similares	Homem - Construção civil Mulheres - Serviço de limpeza	Homem - Construção civil Mulheres - Serviço doméstico, Limpeza industria	Homem -construção civil; - Barbeiros - Cabeleireiros; - Mecânicos - bate chapa; - Comerciantes	Homem - Traficantes - Construção civil; -Empregada doméstica	Homem - Construção civil - Comércio formal e informal; - Cabeleireiro; - Restauração	- Construção civil; -Limpeza - Restauração - Comercio
	2.Diferença no género	Discriminação das mulheres e diferença no salário	Mais homens desempregados do que as mulheres	Facilidade da mulher em encontrar o trabalho	Homens desempregados e mulheres nas limpezas	Mulher- a -dia, homens desempregados	Homens desempregados e mulheres nas limpezas	Discriminação das mulheres nos trabalhos domésticos	Mercado favorável às mulheres
	3.Evolução do mercado de trabalho	Cada vez mais perde mais posto de trabalho	Retrocesso no mercado de trabalho	Retrocesso no mercado de trabalho	Condicionamento ao acesso de mercado	O mercado de trabalho de trabalho piorou nos últimos anos	Retração no mercado de trabalho	O mercado de trabalho piorou gravemente	Mercado mais favorável às mulheres
	4.Dificuldades na procura de emprego	Falta de documentação e baixa qualificação	Falta de documentação, falta de formação	Falta de documentação, falta de formação	Falta de documentação, falta de formação	Falta de documentação	Falta de trabalho no mercado	Documentação e falta de trabalho	Falta de qualificação, domínio da língua
	5. Condições de trabalho	Precária	Precária e mal remunerado	Precária	Precária	Satisfatória	Degradante	Muito Precária	Precária
	7.Dificuldade e na vida do imigrante	Dificuldade na legalização, acesso ao emprego, acesso a formação	Falta de trabalho, dificuldades financeiras e na legalização	Dificuldade na legalização e falta de trabalho	Dificuldade na legalização, acesso ao emprego, acesso a	Dificuldade económica das famílias e na documentação	Racismo, xenofobia, problemas económicos	Documentação e desemprego	Desemprego, problemas económicos
	8. Avaliação da situação	Situação difícil	Muito complexa	Situação negativa	Situação catastrófica	Situação difícil	Situação precária	Situação difícil	Situação extremamente difícil
III Impacto	1.Dificuldades sentidas nos últimos	Falta de trabalho, falta de meios	Falta de trabalho	Degradação de nível de vida	Aumento de desemprego	Problemas de habitação e emprego	Problema na sustentabilidade económica	Degradação de nível de vida	Falta de qualificação e degradação de

da crise	quatro anos	económicos							nível de vida
	2. Desemprego no seio dos imigrantes	Muito afetado	Muito afetado	Muito afetado	Muito afetado	Muito afetado	Muito afetado	Muito afetado	Muito afetado
	3.Dimensão de género no desemprego	Homens são os mais afetados	Homens são os mais afetados	Homens são os mais afetados	Homens são os mais afetados	Homens são os mais afetados	Homens são os mais afetados	Homens são os mais afetados	Homens são os mais afetados
	4.Problemas na procura de emprego II. 3	Falta de trabalho e problemas de documentação	Ausência de trabalho e dificuldades na renovação de Título de residência	Falta de trabalho e dificuldades de renovação de título de residência	Problemas na resolução de Título de residência e falta de trabalho	Dificuldades de encontrar trabalho	Problemas de renovação de documentos	Ausência de trabalho e problema de documentação	Falta de trabalho
	5. Avaliação de qualidade de vida	A qualidade de vida piorou com o aumento de desemprego	A qualidade de vida complicou-se com a crise	As condições de vida pioraram bastante	A qualidade de vida tem deteriorado muito	As condições de vida pioraram devido as dificuldades económicas	A qualidade de vida piorou muito	As condições de vida pioraram muito	A qualidade de vida agravou com a crise
	6. Problemas gerados pela crise	Problemas financeiros	Abandono escolar	Problemas familiares	Problemas de alcoolismos, familiares	Dificuldades de pagamento das rendas, dos crés	Consumo de estupefacientes e problema de legalização	Problemas de habitação e documentação	Falta de trabalho
	7.Problemas difíceis	Dificuldades financeiras	Falta de trabalho	Problemas sociais	Problemas sociais	Falta de meios para enfrentar os problemas do bairro	Problemas sociais	Violência policial	Redução do posto de trabalho, coima do SEF
	8.Estratégias para enfrentar a crise III. 3	Manter diálogo contínuo com a população e redes de parceiros	Formar e capacitar os imigrantes	Apoiar na criação de hortas urbanas e distribuição de géneros alimentícios	Apoiar na legalização dos documentos	Distribuir bens alimentares e apoiar na educação	Emigrar para outros países	Formar e capacitar a comunidade	Ajudar as pessoas na resolução dos seus problemas
IV.	1.Medidas para combater a	Resolução de problemas pontuais	Inscrições das pessoas no Centro de	Resolução das situações pontuais da	Adoção de estratégias de acordo com os	Apoio a nível do pré-escolar e escolar	Resolução dos problemas das famílias	Resolução de problemas do bairro	Resolução dos problemas pontuais

Medidas	crise		Desemprego	população	parceiros				
	2.Contributo das outras entidades	Cooperação com SEF, CNAI e CM	Colaboração com CM e Governo	Cooperação com a CM e Junta de Freguesia	Colaboração com a CM e SEF	Cooperação com CNAI	Cooperação com outras Associações Comunitárias	Colaboração com ONG e IEFP	Colaboração com CM e SEF
	3.Outros atores no combate da crise	Igreja, Banco Alimentar, SEF	Associações Comunitárias	Banco Alimentar, Igreja	SEF	Entidades Privadas, Banco Alimentar	Entidades Privadas	Entidades Privadas, SEF, Banco Alimentar	SEF, Entidades Privadas

ⁱ Associação de Solidariedade social de Alto Cova da Moura

ⁱⁱ Associação Moinho da Juventude